

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JONATHA FARIAS CARNEIRO

**A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de
Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?**

São Luís – MA
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JONATHA FARIAS CARNEIRO

**A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de
Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro.

São Luís – MA
2016

JONATHA FARIAS CARNEIRO

**A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de
Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro.

Aprovado em: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro – PPGCSOC/UFMA

Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho - PPGCSOC/UFMA

Prof. Dr. Tadeu Gomes Teixeira – UFMA/Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela ajuda financeira, pois sem esses recursos seria impossível a realização deste trabalho. Agradeço ainda a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), que, através do auxílio de pesquisa concedido para a pesquisa “Controle do desmatamento e municipalização da regulação ambiental na Amazônia brasileira”, coordenada pelo Prof. Marcelo Sampaio Carneiro, tornou possível a realização de minhas atividades de pesquisa de campo.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA) pelo apoio material e informacional que me possibilitaram um maior aprofundamento nas Ciências Sociais, dando sustentação para elaboração deste trabalho.

Ao professor Marcelo Carneiro, pelo apoio e orientação acadêmica desde os tempos da graduação. Agradeço pela confiança na minha capacidade para desenvolver esta pesquisa, pela paciência demonstrada durante o percurso da minha vida acadêmica e por me motivar a dar continuidade aos estudos no mestrado.

Aos professores da banca de qualificação Prof. Dr. Juarez Lopes e Prof. Dr. Tadeu Gomes, pelas sugestões e esclarecimentos.

Aos colegas do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GEPTS) por compartilhar as dificuldades e alegrias da trajetória acadêmica. Em especial agradeço a Marcia Pereira pela parceria na pesquisa de campo realizada no X ENEL em Imperatriz, a Evaristo Neto, pelo auxílio na minha segunda viagem de campo ao assentamento São Jorge e a Lidielze Dourado, por compartilhar informações e elementos que foram fundamentais para elaboração deste trabalho e pela parceria na última viagem que realizei ao assentamento.

Aos camponeses do assentamento São Jorge, por dispor de tempo para conceder entrevistas e informação que foram fundamentais para concretização desta pesquisa. Em especial agradeço a liderança camponesa Luís Gonzaga, que nos forneceu as condições de estadia e alimentação durante o período do trabalho de campo. Ao Sr. Jonas pela atenção e disponibilização de informações valiosas sobre a inserção dos camponeses do assentamento na atividade leiteira. Ao Sr. Carlinhos e sua esposa, Fagna, pela atenção e paciência todos às vezes em que estivemos no tanque de resfriamento para observar o trabalho diário do *freteiro* e dos fornecedores de leite às

indústrias de laticínios. Agradeço a Lucinha pela atenção e cuidado demonstrado conosco durante visita ao assentamento, ao seu marido pelas seções de filmes que transformaram nosso trabalho de campo ainda mais prazeroso e ao seu filho Raony pela disponibilização em nos levar até seu lote, onde tive a oportunidade de observar as suas atividades com o rebanho e a produção agrícola. Em fim, gostaria de agradecer a todos os camponeses que nos forneceram informações, durante as vistas realizadas.

Agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe (Dora) e pai (Carneiro) pelo amor incondicional. E a minha companheira e esposa, Érica Roberta, pelo apoio e paciência durante a trajetória de construção deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a inserção da agricultura camponesa na cadeia de produção de leite na microrregião de Imperatriz, tendo por eixo analítico a questão da autonomia/subordinação do campesinato ao mercado. O crescimento da produção maranhense de leite é um processo recente, ocorrido a partir do início do século XXI, e concentrado na microrregião de Imperatriz, que responde pela maior parcela do rebanho bovino estadual e das unidades de fabricação de leite e seus derivados. A inserção do campesinato nessa cadeia produtiva é um processo também recente e, traz consigo o debate sobre a possibilidade da perda da autonomia camponesa quando inserida em uma cadeia produtiva industrial, com a perspectiva da especialização produtiva. No caso específico do campesinato da microrregião de Imperatriz, observei que as famílias envolvidas na produção de leite utilizam diferentes estratégias para se relacionar com os atores responsáveis pelo processo de comercialização (laticínios, queijeiros, intermediários), através da manutenção de atividades econômicas auxiliares, que servem como defesa contra as oscilações do mercado e mudanças climáticas. Para abordar esse processo, desenvolvi um estudo de caso no assentamento São Jorge, localizado no município de Cidelândia/MA, onde realizei entrevistas e, através de observação direta, acompanhei o processo de produção e comercialização de leite por unidades familiares.

Palavras-chave: Campesinato. Mercados. Cadeia produtiva do Leite. Qualidade.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à analyser l'inclusion de l'agriculture paysanne dans la chaîne de production de lait dans la microrégion de Imperatriz, avec l'axe d'analyse de la question de l'autonomie / subordination de la paysannerie au marché. La croissance de la production de lait maranhense est un cas récent a eu lieu depuis le début du XXI e siècle, et concentré dans le microrégion de Imperatriz, qui concentre la plus grande part du bétail de l'Etat et des usines de production de lait et leurs dérivés. L'inclusion de la paysannerie dans cette chaîne de production est également affaire récente, et apporte le débat sur la possibilité de la perte d'autonomie paysanne lorsqu'il est inséré dans une chaîne de production industrielle, avec la perspective de la spécialisation productive. Dans le cas spécifique de la paysannerie de microrégion de Imperatriz, je remarquai que les familles impliquées dans l'utilisation de la production de lait l'utilisation différentes stratégies pour se rapportent aux acteurs responsables du processus de commercialisation (produits laitiers, fromagers, intermédiaires), en maintenant les activités économiques auxiliaires, ils servent comme une défense contre les fluctuations du marché et les changements climatiques. Pour faire face à ce processus, j'ai développé une étude de cas dans le règlement São Jorge, situé dans la municipalité de Cidelândia / MA, où j'ai mené des entrevues et par l'observation directe, accompagné le processus de production et de commercialisation du lait par les unités familiales.

Mots-clés: Peasantry. Marchés. chaîne de production de lait. Qualité.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Faixa de Campanha contra o leite clandestino, realizada no município de Imperatriz.....	55
Figura 2 – Veículo que faz o transporte do leite produzido no assentamento São Jorge.....	78
Figura 3 - <i>Freteiro</i> coletando leite.....	79
Figura 4 - Filho de camponês “ <i>tirando leite</i> ”.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução populacional do município de Imperatriz entre os anos 1950, 1960 e 1970.....	37
Gráfico 02: Número de assentamentos de reforma agrária criados no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990.....	43
Gráfico 03: Distribuição por microrregião da produção anual de leite do Maranhão (2006).....	51
Gráfico 04: Produção de leite segundo o tamanho do rebanho bovino na microrregião de Imperatriz (2006).....	53
Gráfico 05: Comparação da produção média diária de leite por assentado do PA São Jorge (Novembro 2015 e Maio 2016).....	83

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Localização da microrregião de Imperatriz no estado do Maranhão.....	19
MAPA 02: Assentamento São Jorge, com identificação dos povoados, principais estradas e localização no município de Cidelândia/MA.....	63

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01: Principais agentes presentes no APL do leite da microrregião de Imperatriz.....	58
Diagrama 02: Calendário Agrícola e organização do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários.....	82
Diagrama 03: Configuração esquemática da organização econômica dos camponeses do assentamento São Jorge.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Área e número dos estabelecimentos por grupo de área total no município de Cidelândia (2006).....	62
Tabela 02: Produção de leite segundo área dos estabelecimentos agropecuários no município de Cidelândia, 2006.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tamanho do lote e do rebanho bovino em amostra selecionada no assentamento São Jorge, 2015.....	69
Quadro 02: Viagens a campo realizadas no andamento da pesquisa.....	102

LISTA DE SIGLAS

AGED	Agência Estadual de Defesa Agropecuária
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão
APL	Arranjo Produtivo Local
ASPRAJORGE	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Jorge
APP	Área de Preservação Permanente
BNB	Banco do Nordeste
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAPEMA	Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão
GEPTS	Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade
IN	Instrução Normativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento de Trabalhadores Sem Terra
MRH	Microrregião Homogênea
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNQL	Programa Nacional de Melhoramento da Qualidade do Leite
PPGCSOC	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SIF	Selo de Inspeção Federal

SIM	Selo de Inspeção Municipal
SINDILEITE	Sindicado de Leite e Derivados do Estado do Maranhão
STTRI	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Processo de construção do objeto de estudo.....	20
Metodologia.....	22
Estrutura do trabalho.....	24
CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE O CAMPESINATO E O MERCADO AGROALIMENTAR: ENTRE A SUBORDINAÇÃO E A RESISTÊNCIA.....	25
1.2 Agricultura familiar e campesinato: de quem estamos falando?.....	25
1.3 A inserção do campesinato em atividades mercantis.....	28
1.4 Os novos mercados de qualidade como desafios à reprodução camponesa.....	30
CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA MICRO REGIÃO DE IMPERATRIZ: CAMPESINATO, GRANDE PROPRIEDADE E CONFLITO FUNDIÁRIO.....	33
2.1 Processo de ocupação da Amazônia Oriental e constituição dos grupos camponeses na microrregião de Imperatriz.....	34
2.2 A grande propriedade rural, desapropriação camponesa e conflito fundiário na microrregião de Imperatriz.....	39
2.3 Mobilização camponesa e a ocupação de terras no maranhão: consolidação de uma agricultura familiar autônoma e integrada?.....	42
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO E A ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ.....	45
3.1 Transformações político-econômicas e reorganização da cadeia de produção leiteira.....	46
3.2 Novas exigências de qualidade e reconfiguração da cadeia de produção de leite na microrregião de Imperatriz.....	50
3.3 Estruturação do arranjo produtivo local (APL) do setor lácteo na microrregião de Imperatriz.....	56
CAPÍTULO 4 – A INSERÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO ARRANJO PRODUTIVO LEITEIRO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ: O CASO DO PA SÃO JORGE.....	61
4.1 O processo de ocupação e constituição do assentamento São Jorge.....	63
4.2 A pecuária de leite como alternativa econômica para os camponeses do assentamento São Jorge.....	72
4.3 A organização da produção e comercialização do leite no assentamento São Jorge.....	78
<i>a) O papel do freteiro na dinâmica produtiva leiteira.....</i>	<i>78</i>

<i>b) Influência verão/inverno para economia dos camponeses.....</i>	81
4.4 A economia camponesa e a divisão do trabalho entre agricultura e pecuária nos estabelecimentos familiares do assentamento São Jorge.....	84
4.5 A produção camponesa de leite e sua inserção em diferentes circuitos de comercialização.....	89
4.5.1 Comercialização com os laticínios.....	90
4.5.2 Comercialização com atravessadores.....	91
4.5.3 Fabricação de queijos.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE.....	102
1. Descrição do trabalho de campo.....	102
<i>a) Primeira visita ao assentamento São Jorge.....</i>	104
<i>b) Segunda visita ao assentamento São Jorge.....</i>	105
<i>c) Terceira visita ao assentamento São Jorge.....</i>	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo central compreender o processo pelo qual camponeses vêm se inserindo na cadeia produtiva do leite da microrregião de Imperatriz¹, a partir da análise das repercussões dessa inserção para o funcionamento e a reprodução da economia do grupo familiar. Além disso, procura entender os efeitos sobre a produção camponesa de um conjunto de medidas sanitárias relativas à qualidade do leite, consubstanciadas nas instruções normativas (INs) 51 e 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Tais medidas foram construídas em congruência com o Programa Nacional de Melhoramento da Qualidade do Leite (PNQL) que, por sua vez, teve como principal intuito difundir uma reorganização na cadeia de produção de leite no Brasil através de uma política modernizadora do processo de produção em todas as esferas da cadeia produtiva.

A partir disso, buscamos compreender essas mudanças no território regional através de alguns elementos centrais: o movimento de constituição dos grupos camponeses e da estrutura fundiária da microrregião de Imperatriz, o processo de inserção desses camponeses na cadeia produtiva do leite; as condições socioeconômicas pelas quais foram impelidas as mudanças no processo de produção do setor leiteiro brasileiro e as principais repercussões dessa estruturação sobre a organização econômica da agricultura camponesa.

Nesta perspectiva, procuro entender quais as principais repercussões dessa inserção para a organização camponesa na região. Ela tem levado a um processo de especialização camponesa? Os camponeses, ao contrário, buscam alternativas para manutenção de uma agricultura tradicionalmente polivalente, mista e diversificada em seu interior?

Por conseguinte, minha análise se ancora em uma perspectiva da sociologia rural, na medida em que esta pontua que uma das lacunas da abordagem dos economistas agrícolas (NAVARRO; CAMPOS, 2013) é não levar em consideração os elementos histórico-culturais pelos quais a economia camponesa se organiza. Esta abordagem nos permite romper de um enfoque que concebe a relação entre a agricultura camponesa e a economia de mercado apenas pelos seus resultados, buscando perceber o papel da estrutura social e dos elementos históricos para sua conformação. Buscamos,

¹ De acordo com o IBGE os seguintes municípios compõem a microrregião de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Vila Nova dos Martírios.

através dessa perspectiva, descrever o comportamento do camponês não como à deliberação espontânea de vontades individuais, impulsionadas pelo ganho econômico, mas pensá-lo a partir de sua imersão em redes de relações pessoais concretas (GRANOVETTER, 1985).

Consideramos elementos centrais para análise do problema da inserção da agricultura camponesa na cadeia de produção de leite, não o que os economistas agrícolas chamam de “atraso” da “pequena produção rural”, ou da necessidade de especialização que privilegia o conhecimento tecnológico e a modernização do campo brasileiro, mas a especificidade do funcionamento da unidade camponesa (CHAYANOV, 1981), sua capacidade de resistência e adaptação a diferentes contextos socioeconômicos (LAMARCHE, 1993) e a reprodução da polivalência e da alternatividade como suas principais características (GARCIA JUNIOR, 1989).

Para tanto, delimitamos a microrregião de Imperatriz como espaço empírico de análise, escolha que se justifica em razão desta ser uma microrregião que concentra, de acordo com dados do IBGE (2006), a metade da produção de leite do estado do Maranhão. O elevado número de estabelecimentos especializados na produção de leite e derivados e a considerável participação da agricultura camponesa nesse mercado também foram informações fundamentais para escolha dessa microrregião.

MAPA 01: Localização da microrregião de imperatriz no estado do Maranhão.



Fonte: SIDRA (IBGE)

Para pensar as principais repercussões das transformações ocorridas na regulação da produção de leite nos apropriamos da noção de arranjo produtivo local (KELLER, 2006b), lançando o enfoque analítico para a dinâmica de construção da estrutura que envolve o mercado de leite da microrregião de Imperatriz e privilegiando os principais agentes que influenciam, de forma direta e/ou indireta, para conformação de sua organização atual. Utilizaremos aqui os conceitos de arranjo produtivo local e cadeia de produção de maneira intercambiável, pois, ambas as expressões designam a organização do setor da produção leiteira, embora a noção de arranjo produtivo local seja mais ampla.

Utilizamos como plano de fundo para as conclusões inferidas neste trabalho as informações coletadas entre um grupo de camponeses do assentamento São Jorge (Cidelândia/MA), considerando o significativo número de camponeses envolvidos na cadeia de produção leiteira da microrregião de Imperatriz e uma complexa rede de

comercialização que envolve indústrias de laticínios, atravessadores e estabelecimentos especializados na fabricação de queijos.

O processo de construção do objeto de estudo

O processo de construção de um trabalho científico, em especial um trabalho na área das ciências sociais, é marcado por curvas, rupturas, frustrações, tensões e desvios. Como ciência que reivindica a compreensão do mundo social – de um mundo social muito dinâmico, complexo e fragmentado, onde as análises estão intimamente ligadas a um modelo teórico e a uma escola do conhecimento a escolha destas escolas e aplicação destes modelos está imbricada, ao mesmo tempo, a subjetividade do pesquisador, que é também um sujeito social que possui uma trajetória social e intelectual e que, em certa medida, precisa encontrar o lugar ideal entre suas posições pessoais e a necessidade da objetividade científica (BOURDIEU, 1988) – as ciências sociais são marcadas por tensões de diversas ordens. Todos esses elementos tornam a profissão do cientista social minada de perigos, e faz do trabalho do pesquisador um infinito campo reflexivo sobre “si mesmo”.

Esta pesquisa se constituiu a partir dos esforços despendidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade (GEPTS) para compreender a organização do arranjo produtivo do leite na microrregião de Imperatriz, como parte das atividades previstas no Projeto de Pesquisa coordenado pelo Professor Marcelo Carneiro, denominado “Controle do desmatamento e municipalização da regulação ambiental na Amazônia brasileira (2013)²”, que é executado com apoio de recursos do Edital Universal da FAPEMA.

Venho dedicando-me ao estudo desta temática desde o ano de 2010, período em que recebi o convite do Professor Marcelo Sampaio Carneiro (UFMA), para fazer uma pesquisa a respeito da organização da cadeia de produção de leite no Maranhão. De forma geral nossos objetivos se centravam em entender como estava organizado o arranjo produtivo de leite na microrregião de Imperatriz, destacando o papel desempenhado pelos diferentes agentes que o integram. Dentro deste universo, busco

² Também fazem parte desta equipe de pesquisa o estudante de Doutorado do PPGCSOC, Evaristo José de Lima Neto, que analisa o processo de construção de uma convenção de qualidade para produção de leite na microrregião de Imperatriz, a estudante de Graduação em Ciências Sociais, Marcia Pereira de Sousa, que estuda o funcionamento do sistema de vigilância sanitária na microrregião de Imperatriz e a graduanda do curso de Geografia, Lidielze Oliveira Dourado, que analisa o processo de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no assentamento São Jorge.

estudar as principais repercussões das exigências de qualidade no setor agroalimentar para a agricultura camponesa da região de Imperatriz.

Inicialmente, quando me deparei com a “necessidade” de escolher um tema de pesquisa e um campo empírico de análise, sabia que queria estudar “pequenos produtores”, pois esse termo me remetia à vida no campo, repleta de representações sociais que podiam ser descritas sociologicamente, num trabalho análogo aos estudos etnográficos da antropologia clássica. Ao mesmo tempo, entendia que uma descrição densa demandava muita dedicação e um longo trabalho de campo, condições que não dispunha na ocasião.

O período de construção das inquietações do objeto de análise foi marcado pela leitura e apreensão das ideias de Karl Marx, principalmente as análises das desigualdades sociais do sistema capitalista. Essas leituras influenciaram de forma significativa as primeiras abordagens inferidas na relação entre os produtores de leite do assentamento São Jorge e os agentes envolvidos no arranjo produtivo da indústria de lácteos maranhense.

Apesar de Marx ter dado pouca atenção às relações de dominação no campo, minhas primeiras leituras das relações no âmbito da produção leiteira maranhense foram fortemente marcadas por esse viés, alimentadas posteriormente pela leitura dos trabalhos de Karl Kautski (1968) e José Graziano da Silva (1982). Nesse sentido, a ênfase dada a essas relações eram marcadas por uma abordagem materialista e orientada pelo viés da subordinação econômica do campesinato à indústria.

A incorporação de outros elementos teóricos, a saber – o trabalho do economista Chayanov (1981) sobre o funcionamento da economia camponesa – foram reorientando as questões centrais de minha pesquisa. A partir de sua leitura, percebi que a economia camponesa é muito mais complexa do que sugerem os estudos sobre o campesinato de linha marxista e seu tratamento analítico ultrapassava as questões levantadas pela abordagem materialista.

A grande questão que atravessava minha investigação estava ligada a inserção – ou não – da agricultura camponesa na indústria de leite, tendo em vista a necessidade de sua adequação às normas sanitárias e de qualidade. As tensões que nesse momento apareciam com maior efervescência estavam ligadas, por um lado, i) a subordinação deste segmento econômico à indústria leiteira e suas exigências, e, por outro, ii) ao seu funcionamento interno específico e sua capacidade de adaptação à essas exigências.

Minha hipótese inicial apontava para a exclusão camponesa do arranjo produtivo do leite, em função das dificuldades indicadas pela bibliografia (Kautsky principalmente) da relação entre camponeses e os segmentos industriais. Ao mesmo tempo em que as normas sanitárias e de qualidade (provindas do mercado industrial) estavam impulsionando a exclusão dos “pequenos produtores” nestes circuitos.

Os problemas e dualidades presentes na minha pesquisa só foram sendo superados a partir das discussões e reorientações impulsionadas, principalmente, pela inserção nas discussões do grupo de pesquisa (GEPTS), inferidas, principalmente, por meu orientador. A partir destas, fui percebendo que a ênfase dada a determinados aspectos (subordinação e resistência) limitavam a compreensão das relações que eram mantidas no arranjo produtivo (RAMALHO; ESTERCI, 1996).

O processo de reorientação das questões centrais de minha investigação foi se intensificando, ao mesmo tempo, quando comecei a mergulhar no campo empírico de análise – assentamento São Jorge. O cruzamento das informações de campo com os instrumentos analíticos que vinha aplicando para compreendê-los suscitaram maiores problemas que, por sua vez, exigiam um tratamento mais específico, e muitas das vezes na combinação de alguns elementos teóricos.

As leituras de trabalhos sobre a constituição do camponês no espaço agrário maranhense e a inserção do campesinato em um cenário econômico altamente exigente do ponto de vista da “qualidade” levaram-me a reorientar minhas preocupações empírico-analíticas centrais. Percebi então, a “delicadeza” e a complexidade do meu objeto de análise, o cuidado em pensá-lo a partir de sua inferência mercantil considerando, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência e manutenção dos principais elementos que o caracterizam.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos dados foram obtidos através da realização de entrevistas semi-dirigidas e observação direta com os camponeses do assentamento São Jorge, através das quais as principais conclusões deste trabalho foram extraídas.

Além do material de pesquisa obtido junto aos camponeses, também utilizo informações coletadas pela equipe de pesquisa, que realizou entrevistas com representantes da iniciativa privada, sindicalistas, órgãos estatais e instituições não governamentais envolvidas no arranjo produtivo do leite da microrregião de Imperatriz.

Trata-se, assim, de um estudo de caso (YIN, 2010), a partir do qual serão exploradas as informações coletadas junto aos produtores do assentamento São Jorge (considerando o significativo número de camponeses envolvidos no arranjo produtivo do leite) como expoente para as conclusões inferidas posteriormente.

As atividades realizadas durante a pesquisa consistiram na revisão da bibliografia, no levantamento de dados secundários e na realização de trabalho de campo. A revisão de literatura concentrou-se na análise da situação da pecuária no estado do Maranhão, no estudo sobre as características socioeconômicas da agricultura camponesa e no papel desempenhado pela pecuária para a reprodução do campesinato. O levantamento de dados secundários foi realizado no sistema de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), através de consultas aos dados do Censo Agropecuário, da Pesquisa Trimestral do Leite e da Produção Pecuária Municipal, tendo como foco o município de Cidelândia, onde se localiza o assentamento São Jorge.

Para elaboração desta dissertação foi feita uma visita (precedidas de visitas anteriores, realizadas em outras etapas da pesquisa³) ao assentamento São Jorge no período de 27 de novembro a 02 de dezembro de 2015, oportunidade em que realizamos entrevistas com 06 camponeses (registradas com gravador de voz), além de conversas informais com outros produtores e observação direta do cotidiano da produção de leite no assentamento.

Além das entrevistas realizadas nesta viagem, utilizamos neste trabalho trechos de entrevistas realizadas em outras etapas da pesquisa e entrevistas com representantes da sociedade civil e de instituições públicas realizadas pela equipe de trabalho do grupo de pesquisa trabalho e sociedade (GEPTS).

Durante pesquisa de campo participamos de um evento sobre estratégias camponesas de preservação ambiental organizado pela associação de produtores do assentamento, oportunidade em que, a convite da liderança local, meu orientador fez uma exposição dos principais resultados da pesquisa.

A viagem ao campo de pesquisa foi importante, pois possibilitou fazer um levantamento de informações que foram fundamentais para compreender os principais elementos da história coletiva de constituição do assentamento, da organização

³ Para uma descrição mais detalhada dos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa, considerando as etapas que precederam a elaboração desta dissertação de mestrado, consultar o *apêndice* desta dissertação.

econômica dos camponeses estudados e sua relação com a produção de leite na microrregião de Imperatriz.

Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos interdependentes, precedidos por essa introdução e seguidos por uma conclusão, através das quais exponho o percurso da pesquisa, a metodologia utilizada e os resultados alcançados durante a pesquisa realizada no assentamento São Jorge.

No primeiro capítulo busco fazer uma discussão a respeito da relação entre o campesinato e o sistema capitalista, destacando a capacidade deste segmento econômico em ajustar-se a distintos ambientes e mercados. O segundo capítulo apresenta um esboço do processo de formação da estrutura fundiária na microrregião de Imperatriz, descrevendo os principais fatores que impulsionaram a ocupação desta região, destacando o papel central desempenhado pelo conflito entre a grande propriedade e o campesinato.

O capítulo terceiro se debruça sobre a situação atual da produção de leite e da agricultura camponesa na região, através da análise da configuração econômica e sanitária do setor lácteo brasileiro e da situação da pecuária leiteira no estado do Maranhão e na microrregião de Imperatriz. O último capítulo traz uma análise da organização dos camponeses do assentamento São Jorge, onde buscamos compreender a organização da economia camponesa e as repercussões de sua integração ao arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz, através da articulação com indústrias de laticínios.

CAPITULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE O CAMPESINATO E O MERCADO AGROALIMENTAR: ENTRE A SUBORDINAÇÃO E A RESISTÊNCIA.

Este capítulo tem como objetivo central apresentar a abordagem teórica que norteou a construção do meu objeto de pesquisa e fazer uma discussão a respeito da relação da agricultura camponesa e familiar com o mercado, buscando destacar a capacidade deste segmento econômico em ajustar-se a diferentes ambientes econômicos. A partir de uma análise relacional a respeito do campesinato e do sistema capitalista, tentaremos fazer uma discussão que busque privilegiar o funcionamento interno e específico da unidade de produção camponesa sem perder de vista as influências externas constitutivas de um sistema econômico capitalista.

1.1 Agricultura familiar e campesinato: de quem estamos falando?

O debate sobre o lugar do campesinato na economia brasileira nos anos 1970 convergia, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial nos passos da industrialização e modernização do campo e a consequente decomposição e subordinação das unidades familiares e camponesas. As discussões, nesse âmbito, foram construídas a partir de uma perspectiva de modernização da agricultura e urbanização do meio rural (WANDERLEY, 2009).

Todavia, os rumos que o campesinato nacional têm trilhado nos últimos anos mostram que, apesar das mudanças impulsionadas pela modernização no campo brasileiro, a ampliação da concorrência e intensificação das exigências de nível mundial, sua inserção no mercado global não significaram uma homogeneização e/ou decomposição das unidades econômicas baseadas no trabalho familiar.

Os desafios que atualmente se apresentam, de forma latente, nas discussões sobre a agricultura familiar brasileira se constituem numa tentativa de compreender que tipo de campesinato está se construindo nesse novo contexto, visto que esse segmento econômico ocupa um lugar importante na economia nacional. Segundo Wanderley (2009):

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para o meio rural, definido pela modernização de suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial, do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo sobre o significado da agricultura familiar, neste novo

contexto da integração da agricultura e do meio rural, é por que esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras (WANDERLEY, 2009, p. 185)

No âmbito do debate sobre os impactos da integração do camponês aos mercados globais, podemos destacar duas abordagens principais: por um lado, os defensores de uma agricultura familiar capaz de se integrar e adaptar as exigências de mercado e, de outro, aqueles que defendem a noção de um campesinato “tradicional” como uma forma específica de funcionamento e reprodução.

Embora o agricultor familiar seja um conceito que surja munido do desafio de teorizar as tensões entre os modelos de produção do sistema capitalista e o modo de vida rural, muitas das vezes – e na maioria delas – busca encontrar um lugar conciliador entre ambos. Este conceito se figura a partir do desafio de dar conta da “nova agricultura” que surge nesse novo contexto.

Alguns autores como Karl Kautski (1968) e José Graziano da Silva (1982) compartilham da ideia de que o campesinato tradicional é cada vez mais pressionado pela capacidade expansiva do modelo capitalista de produção a se decompor, proletarizando-se gradativamente e transformando-se em um produtor de mercadorias. Esses autores enfatizam a capacidade do capitalismo em “destruir as localidades” e, ao mesmo tempo, subordinar as unidades produtivas baseadas no trabalho familiar.

Tal perspectiva representa um avanço no entendimento das mudanças provocadas pela integração da agricultura aos modernos mercados globais. Todavia, tal abordagem pode significar um risco ao pesquisador menos atento, pois esconde elementos importantes para análise das relações no campo, no que se refere à natureza familiar do trabalhador rural.

Considerada mais “tradicional” e “inflexível”, a noção de campesinato, por sua vez consegue dá conta de elementos internos da vida econômica e social do homem do campo, permitindo ao sociólogo compreender de maneira enriquecedora os aspectos inerentes da propriedade rural e da vida no campo.

Nesta perspectiva, podemos destacar o trabalho do economista Chayanov (1981), que no clássico texto *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* esforça-se em compreender o funcionamento interno do campesinato e demonstrar como este se diferencia e reivindica certa autonomia em relação ao modelo capitalista de produção. Segundo Chayanov (1981):

Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um sector muito vasto da vida econômica (mais

precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (CHAYANOV, 1981, p. 479).

Com efeito, é preciso insistir em algumas considerações elaboradas por Wanderley (2009) sobre o conceito de campesinato e agricultura familiar. Em primeiro lugar, o campesinato tradicional não pode ser concebido como um mundo a parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem como tal a partir de sua relação com a “sociedade englobante”, e pelo fato de manterem laços de integração e vínculos mercantis.

Em segundo lugar, este campesinato pode (e deve) ser visto de maneira mais restrita, como uma forma específica de organização (CHAYANOV, 1981). Esse segmento econômico pode ser identificado a partir da lógica que integra e orienta a unidade de produção. Trata-se de compreender o lugar central da unidade familiar para organização do trabalho – dentro e fora do estabelecimento – através da colaboração dos membros da família no trabalho coletivo.

Nesta perspectiva, o estudo da inserção do campesinato na dinâmica global de produção capitalista requer do pesquisador o cuidado de não desconsiderar as influências externas na dinâmica da organização produtiva familiar. Dessa forma, salientamos para a necessidade de compreendê-la, tendo em vista, seu contexto local, global, político e social:

A exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja, tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais (LAMARCHE, 1993).

Diante disso, é importante destacar que estas abordagens não são antagônicas; pelo contrário, ambas estão imbricadas. O saber tradicional do campo não é mais suficiente para orientar o comportamento do camponês, pois a produção agrícola exige cada vez mais dos trabalhadores rurais o domínio de conhecimentos e saberes técnicos ligados à modernização econômica.

Desta maneira, propomo-nos nesta dissertação, superar as análises que são elaboradas sob estas perspectivas e, dessa forma, dão ênfase aos processos de ruptura, opondo ao mesmo tempo, as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno) (WANDERLEY, 2009). Em vez disso, adota-se uma análise que considere os elementos de continuidade e rupturas entre as duas categorias, enfatizando os

processos de resistência e adaptação na relação entre passado e presente desses agricultores:

Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas, que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente que a “modernização” desta agricultura não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Por certo é que ambos os conceitos se complementam em muitos aspectos, enriquecendo ainda mais o debate sobre as tensões econômicas e sociais no campo brasileiro. Nessa perspectiva, consideramos de fundamental importância acionar as noções de agricultura familiar e campesinato como ferramentas teóricas interdependentes (e não polares), ao passo que, mobilizar ambas ao mesmo tempo, permite ao cientista social compreender as implicações da inserção do homem do campo na dinâmica de produção capitalista sem perder de vista sua especificidade, lógica interna e relativa autonomia.

Para isso mobilizamos a noção de alternatividade (GARCIA JUNIOR, 1989) que chama a atenção para a capacidade da agricultura camponesa em utilizar de forma alternada, tanto para comercialização e como para subsistência o total de sua produção, e pontuamos o que o mesmo autor denomina de tripé da produção camponesa, que tende a reproduzir a combinação *agricultura, negócio e criação*, perspectiva adotada neste trabalho.

1.2 A inserção do campesinato em atividades mercantis

No momento em que se constata a consolidação da agricultura camponesa maranhense, após uma trajetória social de luta pela terra, o debate a respeito de sua capacidade de adaptação e seu lugar nos modernos mercados de qualidade se converge na defesa de um campesinato integrado e polivalente (GARCIA JUNIOR, 1989, CARNEIRO, 1999, WILKINSON, 2008) em contraponto a análise de uma agricultura que precisaria, e em algumas circunstâncias, tenderia a especialização (NAVARRO; CAMPOS, 2013).

Aqueles que acreditavam que o campesinato tenderia a desaparecer com o avanço do sistema capitalista, defendem que a manutenção de uma economia baseada no trabalho e satisfação das necessidades familiares só poderia sobreviver através do processo de especialização produtiva, tornando-se assim, uma empresa familiar, mais viável e eficiente economicamente.

O desenvolvimento dos mercados de longa escala, baseados nos sistemas de certificação de qualidade, implicaria, para abordagem econômica clássica, na exclusão dos micro e pequenos empreendimentos, condenando-os a incapacidade competitiva e explicando sua sobrevivência, em alguns casos, quando passíveis da apropriação de sobre lucros por parte da grande indústria:

Sem defesa analítica os micro e pequenos empreendimentos tradicionais parecem fadados a sucumbir face às exigências de se adaptarem às normas e regulamentações sobre sanidade e qualidade. (WILKINSON, 2002. p. 807).

Quando subestima os segmentos econômicos baseados no trabalho familiar, explicando sua existência ancorada sobre a necessidade de especialização produtiva, a economia clássica, se torna um instrumental muito limitado quando busca analisar a articulação da agricultura camponesa com a indústria agroalimentar, caracterizada pelas embalagens e certificações de qualidade (WILKINSON, 2008).

Em contraponto, alguns pesquisadores da sociologia rural acreditam que as relações entre as práticas de autoconsumo no interior dos estabelecimentos familiares e de venda para o mercado não são excludentes. Pelo contrário, esses autores defendem que as características que fundamentam a economia camponesa (autoconsumo, polivalência e alternatividade) favorecem sua integração mercadológica o que não significa, necessariamente, que este segmento econômico estaria em vias de decomposição.

As pesquisas de Garcia Junior (1983; 1989) têm demonstrado que o funcionamento da econômica camponesa favorece sua integração econômica ao mesmo tempo em que permite a manutenção de suas formas tradicionais. Wanderley (2011) defende que os camponeses integrados às indústrias agroalimentares permanecem capazes de dirigir e organizar seu processo produtivo, mantendo uma autonomia relativa em relação ao mercado.

Da mesma maneira Sabourin (2009) destaca a singularidade de funcionamento da economia camponesa, segundo este autor as redes de relações

interpessoais e a confiança construída entre consumidores e produtores são elementos fundamentais para a dinâmica e inserção econômica agrícola e camponesa.

Dentro desta discussão, como indicam alguns estudos (SOUZA; BUAINAIN, 2013), a pecuária de leite é uma das principais atividades em que a agricultura camponesa tem se inserido de maneira competitiva. Segundo Wilkinson (2008) a vantagem de pagamentos quinzenais ou mensais pode ser um dos elementos que explicam essa tendência recente, pois, possibilitam a constituição de uma renda regular e segura aos criadores de menor porte.

Da mesma maneira, durante nosso trabalho de campo, observamos que alguns elementos ligados à possibilidade de utilização de trabalho marginal (idosos, mulheres e crianças) (TEPICHT, 1973 *apud* FARIA, 2001) e através das sinergias que a atividade leiteira é capaz de estabelecer, quando desloca, em algumas circunstâncias, parte da produção para alimentação animal (suinocultura) são determinantes para a consolidação da atividade leiteira nos estabelecimentos da agricultura camponesa.

Entendendo a agricultura camponesa como um segmento econômico dotado de capacidade de adaptação a diversos contextos sociais, políticos e econômicos; mas que em seu interior reivindica um funcionamento e uma dinâmica muito específica; busco em minha investigação; verificando através da pesquisa de campo; entender o processo de inserção dos produtores de leite do assentamento São Jorge no arranjo produtivo do local da pecuária leiteira.

1.3 Os novos mercados de qualidade como desafios à reprodução camponesa maranhense.

Na última década ocorreram mudanças significativas na organização produtiva agroalimentar brasileira e nas formas de intermediação entre a agricultura camponesa e o mercado (WILKINSON, 2008). Estas mudanças possibilitaram não somente uma readequação agroindustrial, mas transformaram o campesinato e agricultura familiar em agentes estratégicos e capazes de sobreviver em mercados altamente exigentes do ponto de vista da qualidade.

Esses novos mercados, construídos com base na ideia de qualidade, incidem ao mesmo tempo em novas formas de inserção da agricultura familiar e camponesa. Utilizaremos aqui a classificação de Wilkinson (2003) que aponta para quatro formas básicas de acesso a esses mercados: a) acesso direto (como no caso do mercado local e

informal), b) inserção através da intermediação via atravessador, c) inserção através da integração com a agroindústria (como caso descrito no capítulo III) e d) vinculação com o estado (como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA⁴).

Como demonstra ainda Wilkinson (2003) às novas exigências possibilitam uma mudança importante na gramática de luta dos agricultores familiares maranhenses, pois tais mudanças implicam no aparecimento de novas relações de poder no campo:

Os novos patamares de qualidade implicam novas relações de poder econômico. Assim, as associações dos agricultores e as suas representantes devem negociar os padrões de qualidade com base no princípio que objetivos comuns podem ser alcançados com instrumentos diferentes. Deve-se identificar as práticas agrícolas que, ao mesmo tempo, garantem níveis adequados de qualidade e viabilizam a permanência da agricultura familiar na atividade em questão. Ao mesmo tempo, precisa negociar a transição de mercados locais, informais, que funcionam com base em redes de proximidades para mercados regionais e nacionais por meio do desenvolvimento de redes sociais mais extensas e formas apropriadas de reconhecimento (marcas, certificações, etc.). (WILKINSON, 2003, p. 15 e 16)

O grande desafio, e que perpassa a questão da reprodução camponesa maranhense recentemente, gira torno da adaptação e inserção desses produtores (agora fornecedores de matéria prima) na cadeia de produção de bens alimentícios (como é o caso do leite) tendo em vista todos os elementos ligados à “qualidade e higiene” previstos, por exemplo, nas instruções normativas 51 e 62, que tornam estes passíveis de serem comercializados⁵.

Agora parte importante da cadeia de produção agroalimentar nos chamados mercados de qualidade (WILKINSON, 2008) estes produtores precisam se adequar aos novos padrões de qualidade que são construídos com base em elementos ligados à aparência, a embalagem, a higiene e valor nutricional.

Esse novo cenário incide em “novas questões de pesquisa” acerca da questão agrária maranhense. Problemas que não se relacionam diretamente à expropriação e luta pela terra (embora este tema tenha fundamental importância), mas problemas que estão ligados, sobretudo, aos desafios e repercussões da inserção desses

⁴ O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal criada para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, através de processos de comercialização que favorecem a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. Segundo Braga (2013) o PAA se propõe a ser uma ação estruturante a fim de promover a estabilidade da atividade econômica dos agricultores familiares.

⁵ Importante destacar que surgem, em congruência com as exigências de qualidade e higiene, outros obstáculos à reprodução da agricultura familiar e camponesa como, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que aparece originalmente como um dos critérios para a saída da listagem de municípios em situação crítica para o desmatamento na Amazônia e passa a ser uma exigência de regularização ambiental válida para todo território nacional a partir da aprovação do novo Código Florestal (Lei 12.651/05/2012). (CARNEIRO, 2013a)

camponeses nesses novos mercados. Nesse sentido é de fundamental importância o investimento nos estudos que buscam mensurar os efeitos dos novos obstáculos à inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares.

Dentro desta discussão inserimos nosso estudo, e caso empírico, quando buscamos entender os obstáculos colocados pelas exigências de sanidade e qualidade do leite aos grupos familiares maranhenses. Tentaremos nesta discussão, mobilizar os elementos necessários para compreender qual a importância da agricultura familiar maranhense na produção de alimentos (mais precisamente a produção de leite). Para isso nos concentramos no estudo dos impactos e repercussões das normas e exigências relacionadas à produção de leite no Brasil, que podem ser encontradas na instrução normativa 51 de 2002 do MAPA, para os agricultores familiares e na análise das condições de inserção de um grupo de camponeses na produção de leite maranhense, tendo como base um estudo de caso realizado no assentamento São Jorge, localizado no município de Cidelândia.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ: CAMPESINATO, GRANDE PROPRIEDADE E CONFLITOS FUNDIÁRIOS.

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar uma análise do processo de ocupação da microrregião de Imperatriz, com destaque para os fluxos migratórios que possibilitaram a sua ocupação. Analisa-se a conformação de sua estruturação territorial e a gênese dos grupos sociais que ali se estabeleceram, tomando como ponto de partida o processo de abertura da rodovia Belém-Brasília, por volta dos anos 1950.

A constituição do território da microrregião de Imperatriz desenvolveu-se por conta de diferentes frentes de expansão⁶ em direção a Amazônia Oriental. Tais ocupações podem ser entendidas a partir de dois fluxos migratórios distintos. Um fluxo inicial de camponeses maranhenses e nordestinos de outros estados nos anos 1950, que, em busca de terra livre e terra para plantio, começaram a estabelecer roças na mata amazônica. Posteriormente, desenvolve-se uma frente migratória, a partir de 1958, de baianos, capixabas e mineiros, de composição mais heterogênea, formada inicialmente por grupos de camponeses e criadores (buscando terra sem dono) e fazendeiros (dispondo de certo capital econômico) que foram se estabelecendo em grandes extensões territoriais.

As primeiras ocupações permitiram a constituição de grupos de trabalhadores rurais mais homogêneos e a formação dos primeiros grupos camponeses da região, que eram, em sua maioria, produtores de arroz (principal produto de comercialização da época) que combinado com a produção de mandioca, milho, fava e feijão (produtos destinados à subsistência dos grupos camponeses) completavam a renda e consumo familiar.

As ocupações posteriores favoreceram o estabelecimento de grandes fazendeiros, vindos principalmente do estado da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo,

⁶ Utilizamos a conceituação de Martins (1975) que entende a frente de expansão como “uso privativo das terras devolutas que não assumem equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.” Cabe destacar a diferenciação feita pelo autor de “frente pioneira”, entendida pelos geógrafos como deslocamento de empreendimentos orientados pelo mercado e o conceito sociológico “frente de expansão”, utilizado para compreender o processo de ocupação de terras devolutas pelos camponeses. O que é importante compreender, segundo Martins (1975), é os “efeitos destrutivos do choque entre duas ordens econômico-sociais diversamente estruturadas”, mais especificamente, no nosso caso, o conflito entre camponeses e grandes fazendeiros.

que detinham um volume relativo de capital econômico e social e que não demoraram em ocupar grandes extensões de terra.

Os fluxos migratórios que impulsionaram a ocupação do território da região de Imperatriz permitiram, assim, o estabelecimento de grupos sociais heterogêneos, tanto camponeses detentores de pouco capital escolar e econômico (BOURDIEU, 2000), como fazendeiros de origens mineira, capixaba e baiana, com certa força econômica.

Neste capítulo tentarei resgatar a história da constituição socioeconômica da região em estudo, buscando entender como ocorreu o seu processo de ocupação, tomando como referência central a descrição da trajetória dos grupos camponeses que ali foram se estabelecendo e as várias nuances que condicionam os conflitos fundiários entre campesinato e a grande propriedade.

O desenvolvimento do argumento está organizado em três seções. Destacamos num primeiro momento os fluxos migratórios que possibilitaram a constituição dos grupos de trabalhadores rurais da região e as condições para sua reprodução como grupo social. Na segunda seção, faço uma análise dos principais condicionantes para a conformação da estrutura político-fundiária maranhense e os conflitos pela terra na microrregião de Imperatriz. Na terceira e última seção resgatamos os principais elementos que propiciaram a mobilização e ocupação de terras por camponeses no estado do Maranhão o que possibilitou a consolidação de uma agricultura familiar autônoma e integrada economicamente.

2.1 - O Processo de ocupação da Amazônia Oriental e a constituição dos grupos camponeses na microrregião de Imperatriz.

A partir da segunda metade do século XX, com a construção de uma estrada que ligava Imperatriz a Grajaú (1950) e a rodovia Belém-Brasília (1958) que faz ligação entre os eixos sul (Brasília) e norte do país (Amazônia), a região de Imperatriz assistiu a um acentuado processo de ocupação de seu território. Os principais protagonistas desse processo de ocupação foram grupos camponeses que tinham, desde o início, o plantio do arroz como principal produto comercial, ao lado da produção de milho, feijão, mandioca e feijão que eram destinados ao consumo da unidade familiar.

Essa região, especialmente a cidade de Imperatriz, permaneceu fracamente ocupada até a década de 1950, quando nela encontravam-se vastas extensões de floresta amazônica (KELLER, 1975). De acordo com Asselin (2009), nesse período Imperatriz era conhecida como a “Sibéria Maranhense” por causa do seu isolamento. O único meio de acesso a cidade se dava pelas frentes do rio Tocantins, por onde se escoavam os produtos comercializáveis: “Os barcos levavam produto exportado e traziam querosene, tecidos e outros produtos” (ASSELIN, 2009, p. 32).

Ainda sobre seu isolamento, Frankilin (2008) afirma que Imperatriz era a única dentre as cidades maranhenses da região “que não possuía estradas e aonde nem sequer chegara um caminhão”. (FRANKILIN, 2008, p. 101). Ainda segundo Keller (1975), Imperatriz permaneceu um simples povoado com somente três ruas e uma população de 1.000 habitantes até metade do século XX.

Em 1852, ano de fundação do povoado de Santa Tereza de Imperatriz, encontram-se registros dos que seriam dos primeiros grupos camponeses a se instalarem na região: “Ao norte de Imperatriz, a floresta amazônica formava uma barreira, na orla da qual e ao longo das matas ciliares encontrava-se uma agricultura de subsistência”. (KELLER, 1975, p. 671).

Em 1950 foi construída uma estrada carroçável que liga Imperatriz a Grajaú⁷, permitindo com isso, a fuga do isolamento imposto à cidade pelas condições anteriores e a abertura de relações com o restante do estado e parte da região Nordeste. Com isso, a prefeitura municipal de Imperatriz logo articulou a compra de um veículo motorizado para trafegar na região. (KELLER, 1975, p. 671).

A construção da nova estrada possibilitou a penetração de maranhenses e nordestinos de outros estados num movimento migratório de camponeses que, fugindo da seca e dos conflitos agrários, chegavam à região com a esperança de encontrar “terra boa” e “sem dono”.

Esse processo de intensificação das relações entre a microrregião de Imperatriz e outras regiões possibilitou não somente uma profunda ocupação deste território, mas, permitiu também a penetração mais efetiva de grupos camponeses que foram ocupando as áreas da Amazônia maranhense. Estes começaram a formar pequenos aglomerados tendo no plantio do arroz sua principal fonte de subsistência.

⁷ Cidade as margens do Rio Grajaú, polo comercial, centro de navegação ligada a cidade de Barra do Corda e ao estado do Piauí. (KELLER, 1975)

Contudo, foi com a construção da rodovia Belém-Brasília em 1958, estrada que pretendia ligar o Distrito Federal à região amazônica, que o fluxo migratório em direção ao município de Imperatriz sofreu um aumento considerável, intensificando a ocupação das áreas de floresta, multiplicando os aglomerados camponeses e fazendo crescer a produção de arroz, como nos relatou um camponês durante pesquisa de campo sobre o deslocamento de sua família vinda do estado do Ceará:

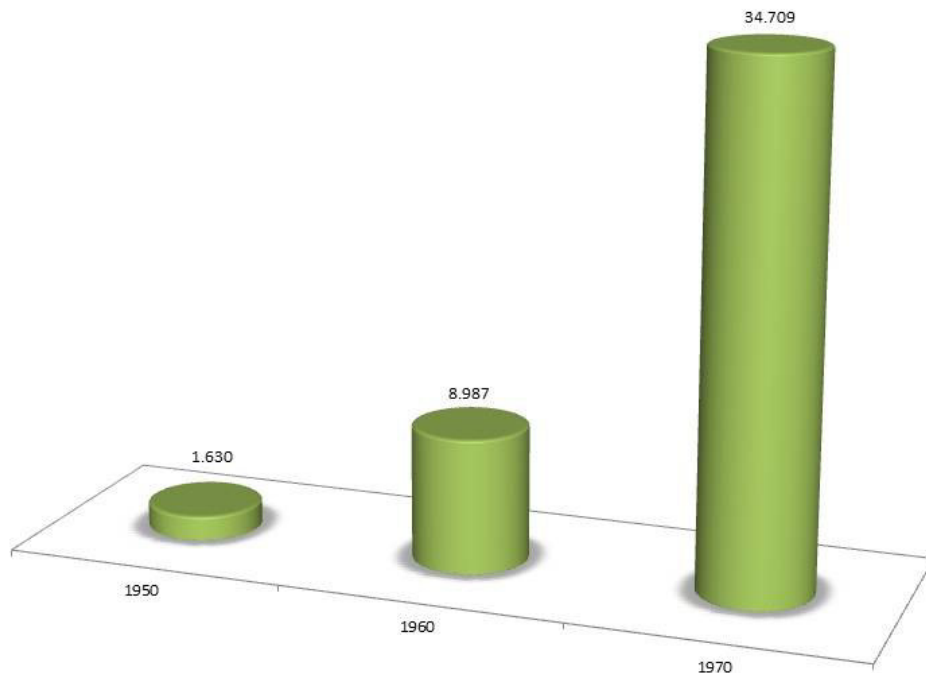
Produtor 07: Quando foi pra nós vir embora pra cá, em 58, na seca de 58, aí começamos pensar em vir embora pro Maranhão. Tinham um sobrinho nosso que andava pra cá. Aí dizia: tio José vai embora pro Maranhão você com esses homens. Lá você “enrrica” homem. Lá é bom demais. Lá dá muito legume. Lá ninguém é dono de nada. Você bota roça onde quer. Você trabalha onde quer. Agora meu pai não acreditava na história dele. Engraçado que pra ele isso era impossível, ter um lugar que não tinha dono ainda. E no caso tinha o Maranhão todinho com esse Parázão. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Paralelamente começam a chegar à cidade de Imperatriz camponeses vindos da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que interessados em fugir da “sujeição⁸” buscavam terras devolutas suscetíveis de serem utilizadas para plantio o que garantia, ao mesmo tempo, a reprodução desse grupo social.

Com o processo de ocupação da região o município de Imperatriz passou por um aumento populacional considerável, como demonstra o Gráfico 01, passando de 1.630 habitantes em 1950, 8.987 no ano de 1960 (dois anos após a construção da Belém-Brasília) para chegar a um número de 34.709 na década de 1970.

⁸ Para uma discussão das condições sociais para reprodução da sujeição camponesa na grande propriedade, ver Garcia Junior, 1989.

Gráfico 01: Evolução populacional do município de Imperatriz entre os anos 1950, 1960 e 1970.



Fonte: KELLER, 1975.

Os migrantes, baianos, mineiros, capixabas e de outras regiões do Maranhão, dispostos de técnicas agrícolas simples e pouco capital escolar, começaram a penetrar a mata amazônica, próxima à rodovia Belém-Brasília, abrindo roças inicialmente muito próximas, e formando conglomerados de unidades camponesas chamadas de “centros”⁹.

Mas, com o passar do tempo, o terreno ocupado pelos camponeses foi sendo desgastado e após duas ou três colheitas não apresentava a mesma produtividade, o que os obrigava a deslocarem as roças para mais longe, penetrando ainda mais a mata amazônica e levando a criação de novos aglomerados para onde se deslocavam parte dos habitantes dos antigos centros e se estabeleciam os novos migrantes.

Os centros foram se constituindo como grupos sociais organizados, com hierarquias, funções e regras, por exemplo, para chegada de novos membros. Keller (1975) descreve seu funcionamento com riqueza de detalhes:

⁹ Um centro surge quando um indivíduo ou vários indivíduos, ligados por laços de parentesco, amizade ou compadrio, entrando pela mata adentro encontram um sítio que lhes agrada e resolvem “situar” ali. Trazem suas famílias e iniciam a abertura de roças. Logo a notícia corre e novas famílias vêm juntar-se, aumentando o número das casas. (KELLER, 1975)

Todo centro tem seu fundador reconhecido, o primeiro que se situou no local e cuja família se relaciona, como já mencionamos, por parentesco, compadrio e amizade com um grande número de famílias do centro. As primeiras famílias que chegam após a abertura do centro dirigem-se ao fundador, participando que desejam ficar e abrir roça. As roças são abertas logo atrás das casas construídas em alinhamento. Só muito mais tarde é possível a “compra de terrenos”, isto é, a posse de benfeitorias realizadas, uma vez que as terras não são tituladas. (KELLER, 1975, p. 677)

A notícia de que em Imperatriz havia “terra boa”, “terra de comum”, “terra liberta”, “terra sem dono”, matas boas para lavoura, atraía cada vez mais camponeses do Nordeste, ao passo que, além dos que chegavam por “convite” dos familiares já estabelecidos, se assistiu um profundo deslocamento de lavradores impelidos pelo desejo de romper com as relações de sujeição, onde deviam pagar a renda aos proprietários de terra (fazendeiros) e, em algumas ocasiões, oferecer força de trabalho para terem o direito de cultivar a terra e garantir a reprodução de seu grupo social¹⁰, como relata um entrevistado:

Produtor 07: Meus pais trabalhavam na roça. Fazendo a rocinha deles e trabalhando pro patrão. Por que lá [estado do Ceará] não tem esse negócio, você trabalha de roça e tem que trabalhar pro patrão ao mesmo tempo. Dois dias na tua roça, três, quatro dias na roça do patrão. [...] o patrão sustentava a família, a nossa família. Meu pai gostava muito dele né? Era compadre dele e era morador dele há muito tempo, morou uns 25 anos na terra dele lá. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

A relação estabelecida entre o patrão e os camponeses respondia a uma situação de dominação marcada pelo que Garcia Junior (1989) denominou de “dons generosos” numa situação que toma a forma de “troca de favores” favorecida pela criação de uma dívida entre o *morador* e o *patrão* que não podia ser saldada, como destaca o produtor 07:

Produtor 07: Aí ele [pai] trabalhava pra ele, dois, três dias na semana, por que, durante o ano, antes da safra, ele [patrão] sustentava com farinha, arroz, feijão, rapadura, carne, essas coisas. Quer dizer, ele mantinha a família. Aí, por isso, ele teve que trabalhar mais pro patrão do que pra ele. Mas nunca o que ele tirava dava pra comer até chegar o outro ano. Assim coisa da roça, feijão, arroz, não dava. E o “cabra” lá [patrão] é quem continuava sustentando. Aí no final do ano eles ajustavam tudo direitinho. Aí quantas diárias ele tinha dado. Tudo o que ele tinha botado lá pra ele. O patrão dele somava tudo direitinho: você deve tanto compadre. Agora a gente desconta aqui, e o resto, se não desse pra pagar ficava já pro próximo ano. E assim foram 25 anos. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Observa-se no relato acima que a constituição da dívida pelo camponês criava as condições para a manutenção da situação de dominação, pois quem estava em

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada das relações de sujeição nas propriedades rurais ver Garcia Junior, 1989.

posição de devedor permanente se via despossuído dos meios de saber o valor exato que devia ao *patrão* e não tinha outra alternativa senão a de se submeter aos interesses de outrem.

Dessa maneira se deu o processo de ocupação e colonização da microrregião de Imperatriz. Paralelamente, como tentamos demonstrar, foram se constituindo na cidade de Imperatriz os primeiros grupos camponeses, oriundos dos estados da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e de outras regiões do Maranhão.

2.2 A grande propriedade rural, desapropriação camponesa e conflito fundiário na microrregião de Imperatriz.

Todavia, não só camponeses com poucos recursos se deslocaram à região de Imperatriz nos fluxos migratórios citados anteriormente, após a construção da rodovia Belém-Brasília. Além dos lavradores que se estabeleceram nos centros, chegaram à região outros agentes sociais, caso de fazendeiros, grileiros e madeireiros oriundos dos estados da Bahia, Minas e Espírito Santo (KELLER, 1975).

Esses migrantes, diferente dos camponeses que se estabeleceram nos chamados “centros”, detinham certo capital econômico, social e escolar e tinham conhecimento referente à legalização da posse da terra. Além disso, muitos desses fazendeiros, principalmente os baianos, já haviam exercido cargo público e político e tinham laços de parentesco e amizade com políticos do estado de origem. Segundo Asselin (1985), esses fazendeiros ocupavam cada um, cerca de 200, 300 e até 500 hectares de terras, formando um tipo de classe média rural (ASSELIN, 1985, p. 33).

Assim que se estabeleceram na região de Imperatriz, esses fazendeiros procuraram obter a legalização de suas terras, através da articulação com elites locais e funcionários públicos que ocupavam posições importantes nos órgãos fundiários do estado. O resultado desse processo foi o confronto entre fazendeiros e camponeses, um movimento que foi definido por José de Sousa Martins como o conflito entre a frente de expansão (camponesa) com a frente pioneira capitalista (MARTINS, 1975), ou, em termos mais empíricos, como um processo de transformação de “terras livres” em “terras de dono”.

De acordo com Keller (1975, p. 687) os primeiros títulos de terra na microrregião de Imperatriz foram expedidos em fevereiro de 1961, abrangendo uma

área de 3.000 hectares. Outros três títulos foram expedidos em dezembro de 1965, relativos a áreas de cerca de 1.000 hectares. Posteriormente mais 20 títulos foram expedidos em janeiro de 1966, todos abrangendo áreas que variam em torno de 500 a 1000 hectares.

É importante destacar que nas ocasiões em que as terras foram tituladas, a região vivia uma situação de intensa luta política, onde o prefeito da cidade de Imperatriz João Menezes de Santana, apoiado pelo então presidente João Goulart, fazia oposição ao governador do estado do Maranhão, Newton Bello:

Em 1960, João Menezes de Santana, contador formado no Rio de Janeiro, foi eleito prefeito. Desencadeou-se, então, um processo político em que o migrante passou a ter oportunidade de participar do destino político da região. Apoiado pelo governo de João Goulart, João Menezes insurgiu-se abertamente contra os fazendeiros baianos, a tal ponto que a família Vaz – (...) – que representava os interesses dos fazendeiros baianos, aliou-se então ao governador Newton Bello contra o prefeito local, com o objetivo de conseguir a titulação de 30 fazendas, em nome dos baianos. Conseguiram. (ASSELIN, 1985, p. 35)

Foi neste cenário, e através de articulações políticas que os fazendeiros, em sua maioria, baianos, conseguiram a titulação de grandes áreas na região mais próxima à rodovia Belém-Brasília, estabelecendo ali grandes fazendas.

Para os camponeses que procuraram se manter nessas áreas, agora tituladas, restou à alternativa de resistir ao processo de expropriação, sendo, por isso, considerados como “invasores”. O que na maioria das vezes não surtiu efeito, posto que a recusa em abandonar as terras ocupadas gerava atritos, conflitos, ameaças, intimidações, sendo utilizado, em muitos casos, força policial para expulsar os camponeses.

Em 1968, o então governador do Maranhão, José Sarney, implantou a Delegacia de Terras com o objetivo de regularizar o processo de ocupação e titulação das áreas transferindo terras que pertenciam ao domínio público para o domínio privado. O principal resultado da Delegacia de Terras foi à criação da Lei das Terras, nº 2.949, de 17.6.69, do Estado do Maranhão, promulgada pelo decreto 4.028, de 28.11.69, que manifestava o propósito de incentivar a grande propriedade. O resultado dessas duas iniciativas foi o processo de concentração fundiária, favorecendo com isso, a desapropriação camponesa em terras do estado.

Esse período foi marcado, como destaca Carneiro (2013b), pela expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira (SILVA, 1981). Essa política de

financiamento público da grande propriedade favoreceu o aparecimento, na região de Imperatriz, de uma indústria da grilagem¹¹, como demonstrado no livro do padre Asselin (1985) e o progressivo processo de desapropriação e expulsão dos camponeses estabelecidos neste território.

Os fazendeiros, agora proprietários titulados das terras da Amazônia maranhense, iniciaram o processo de expulsão dos camponeses das áreas ocupadas por volta dos anos 1972, processo pelo qual foi denominado por Asselin (1985) de operação de limpeza da área:

Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paraenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e, de posse de títulos “frios” – adquiridos e providenciados nos seus Estados de origem e trazidos ao Maranhão apenas para o registro o Cartório de Imóveis – iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Tudo se conseguiu com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muitos deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar nas rodovias Belém-Brasília ou Açailândia-Santa Luzia, foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem, e, quando procuravam um entendimento para proteção do que lhes pertencia por direito, foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas. (ASSELIN, 1985, p. 121)

Os camponeses expulsos das terras foram obrigados a se deslocarem para outros locais, muitos deles deslocaram-se para bairros periféricos em Imperatriz, constituindo-se como reserva de mão de obra urbana, pois a cidade de Imperatriz não possuía, nesse período, um desenvolvimento industrial que pudesse absorver essa mão de obra. Porém, como destaca Keller (1975) a maioria destes continuaram ligados a atividades agrícolas na região denominada Trecho Seco, para onde se deslocavam nos períodos de plantio e colheita.

Esses foram anos de crescente expropriação de terras e conflitos fundiários no campo maranhense, marcados pela violência, grilagem de terras e expropriação camponesa no Maranhão e mais especificamente na microrregião de Imperatriz.

¹¹ Denominam -se “grileiros” os indivíduos que, usando de documentação forjada e recorrendo a artifícios, consegue apossar-se “legalmente” de grandes áreas de terra, com o objetivo de vendê-las.

2.3 Mobilização camponesa e a ocupação de terras no Maranhão: consolidação de uma agricultura familiar autônoma e integrada?

Vimos nos tópicos anteriores que a trajetória dos grupos familiares da microrregião de Imperatriz é marcada pelo conflito entre a grande propriedade e a pequena produção. Este período demarca um cenário de ampla concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, violência no campo e subordinação camponesa.

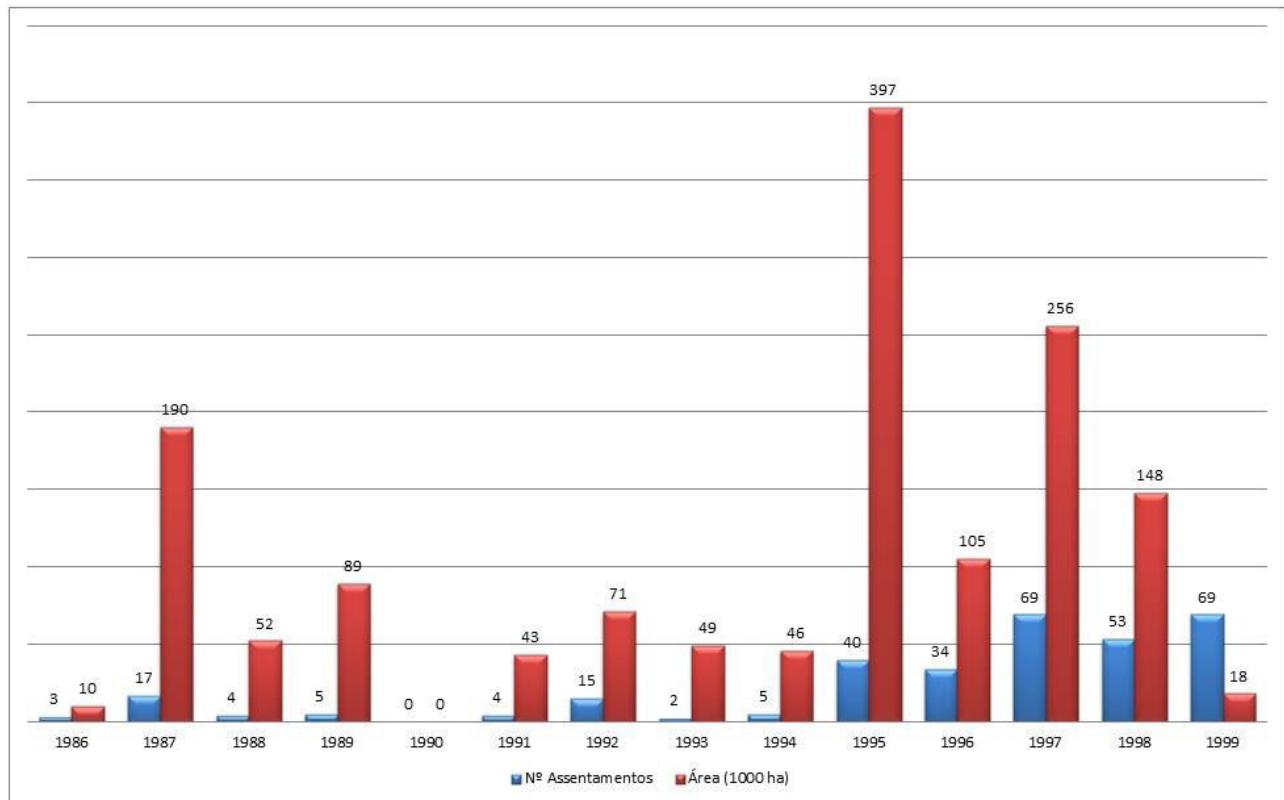
Muitos desses camponeses, depois de conflitos com grandes fazendeiros e com a estrutura política fundiária maranhense, se “viram” numa situação de terem suas terras tomadas por processos, muitas vezes violentos, de desocupação e desapropriação de terras.

No entanto, a partir dos anos 1980, com a consolidação de uma política de reforma agrária e criação em 1985 do I Plano Nacional de Reforma Agrária, a luta pela terra no estado sofre profundas mudanças. Estes foram anos marcados por um intenso movimento de trabalhadores rurais na ocupação de terras em todo estado do Maranhão e pela criação de um número expressivo de projetos de assentamento (CARNEIRO, 2013b).

Ainda segundo Carneiro (2013b), a mobilização camponesa para ocupação de terras e a criação de assentamentos rurais continuaram se fortalecendo nos anos 1990, atingindo assim, todas as regiões do estado. De acordo com as informações do INCRA coligidas por Carneiro (2013b), no período entre 1986 e 2009, a microrregião de Imperatriz respondeu por aproximadamente 48 assentamentos criados.

Em todo o estado do Maranhão este cenário não é diferente, a partir dos dados apresentados no gráfico 02 podemos observar que a criação de assentamentos de reforma agrária que se inicia no ano de 1986 sofre uma queda significativa no final da década de 80, tomando novo folego no início da década de 90. Os períodos mais expressivos correspondem à soma dos extratos de 1997, 1998 e 1999 quando no Maranhão foram registrados 161 novos assentamentos.

Gráfico 02: Número de assentamentos de reforma agrária criados no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990.



Fonte: MATTOS JUNIOR, 2007.

O gráfico acima demonstra também que o número de assentamentos criados não corresponde ao tamanho das áreas ocupadas, pois na maioria dos casos as famílias já haviam se estabelecido no território o que dá a ação de desapropriação pelo INCRA um caráter de regularização fundiária. Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que as desapropriações foram pacíficas e sem conflitos.

No entanto a retomada do agronegócio em 1995 impõe aos movimentos em torno da luta pela terra no campo maranhense, antigos problemas e novos desafios, pois significou o fomento a expansão da grande propriedade sojícola, do plantio de eucalipto destinado à produção siderúrgica (incentivados principalmente pelo governo federal através de incentivos fiscais e redução dos impostos incidentes sobre a exportação) o que levou, ao mesmo tempo, a um aquecimento no mercado de terras e a retomada de processos de expropriação camponesa no estado (CARNEIRO, 2009).

De acordo com Mesquita, Sá Silva, Paula (2009), a expansão da sojicultura no Maranhão cresceu mais de 20 vezes entre os anos 1990/2005 ocupando áreas

tradicionais da agricultura familiar nas regiões centro e oeste do estado. Essas ocupações são, em sua maioria, protagonizadas por grandes proprietários com mais de 05 mil hectares de terras, o que implica no processo de exclusão de agricultores camponeses na região.

Nessa nova estruturação, o Maranhão aparece como plataforma de exportação¹² (CARNEIRO, 2013) no mercado internacional e os camponeses e agricultores familiares como agentes fundamentais dessa cadeia. Esse novo cenário é marcado também pelo reaparecimento da grilagem e violência no campo¹³ e possibilita a expansão dos mercados de *commodities* agrícolas e da pecuária baseadas na divisão internacional do trabalho, o que coloca aos trabalhadores rurais a necessidade de retomar as frentes de resistência e luta pela terra.

¹² Destaca-se o papel da economia chinesa para constituição deste cenário.

¹³ Esse novo contexto provoca uma sensação de insegurança mesmo nas situações em que os camponeses pareciam ter conquistado o direito de propriedade à terra, ao mesmo tempo em que coloca para outros camponeses (inseridos numa estrutura fundiária concentrada) a necessidade de pagamento da renda da terra.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO E A ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ.

Este capítulo tem como objetivo central apresentar uma visão socioeconômica das mudanças estruturais no setor lácteo brasileiro a partir dos anos 1990 e suas repercussões sobre a organização da cadeia de produção de leite da microrregião de Imperatriz, situada na região oeste maranhense.

Observou-se que a partir da instauração das instruções normativas 51 e 62, que estabelecem um conjunto de exigências relacionadas à produção, ordenha, logística e transporte no âmbito da cadeia produtiva do leite, o setor lácteo nacional vive um processo de transformação acentuada. Estas mudanças foram sentidas com mais intensidade, como mostra nosso estudo, nas unidades de produção camponesa, especialmente as da região Nordeste (tendo em vista ter sido uma região que historicamente foi privada de recursos e incentivos estatais).

No caso maranhense, as mudanças ocorridas no plano da economia brasileira incidiram várias modificações na organização da produção dos gêneros agroalimentares. Na cadeia de produção de leite do estado, que quase quadruplicou entre os anos 1997 a 2011 (IBGE *apud* CARNEIRO, 2015), tais mudanças foram acompanhadas por novos desafios que são colocados à inserção e reprodução das famílias camponesas envolvidas na produção leiteira.

O que chama atenção na organização da cadeia de produção leiteira maranhense, mais especificamente na microrregião de Imperatriz, é o esforço empreendido tanto por instituições públicas como parte da sociedade civil no enfrentamento da chamada “produção clandestina” de leite e derivados, que adveio a partir das mudanças nos parâmetros de qualidade exigidos pelas INs 51 e 62.

Com o objetivo de fazer uma análise das condições de reprodução da agricultura camponesa nesse novo cenário, desenvolvemos um estudo tendo como plano de fundo a organização do arranjo produtivo (KELLER, 2006) do setor de leite da microrregião de Imperatriz (considerando a existência de um número significativo de laticínios especializados na produção e comercialização de produtos lácteos) como espaço empírico para nossa pesquisa.

Neste capítulo tentaremos demonstrar a importância da agricultura camponesa para produção leiteira maranhense, descrevendo as relações travadas entre

os diferentes agentes envolvidos no arranjo produtivo do setor de leite, de forma a compreender as principais repercussões das mudanças nas exigências de comercialização do leite e derivados para a organização da economia camponesa.

O argumento está organizado em três seções. Apresento em um primeiro momento uma visão socioeconômica das transformações no plano da economia brasileira, suas implicações para a cadeia de produção leiteira e repercussões para a organização dos produtores familiares.

Na segunda seção, apresento uma análise da organização da cadeia de produção de leite da microrregião de Imperatriz. Para isso, mobilizo elementos que permitem entender o processo de construção de um ambiente socioeconômico favorável para conformação de uma cadeia produtiva diversificada, favorável para o desenvolvimento da atividade pecuária e para a inserção da agricultura camponesa.

Na terceira e última parte faço uma análise da organização do arranjo produtivo local da pecuária leiteira na microrregião de Imperatriz descrevendo as relações que são travadas entre os diferentes agentes envolvidos na produção e a situação da agricultura camponesa nesse cenário.

3.1 Transformações político-econômicas e reorganização da cadeia de produção leiteira.

A organização da agricultura brasileira nas décadas de 1950 a 1970 era caracterizada pela política fiscal de incentivos a grande propriedade o que, por sua vez, impulsionou a ocupação do território maranhense, principalmente, a partir da atividade pecuária e, posteriormente, da sojicultura e eucalipto. Essa política econômica passou por um profundo processo de mudança a partir da crise fiscal de 1980 e da adesão das elites comerciais aos preceitos liberais em 1990 (MESQUITA, SÁ SILVA, PAULA, 2009).

A cadeia de produção de leite no Brasil vem passando, nas últimas duas décadas, por um intenso processo de transformações que se deve, principalmente, a dois fatores: a) o desmantelamento da intervenção do Estado no mercado, com o repasse para a iniciativa privada da responsabilidade de controle de importações que antes era feita pelo governo federal (com o intuito de controlar o abastecimento interno) e, b) a abertura e integração regional, o que, por sua vez, possibilitou a integração do Brasil ao

Mercado Comum do Sul (Mercosul), reduzindo as tarifas de importação dos países sul-americanos e permitindo que a Argentina e Uruguai – países fortemente competitivos no mercado do leite – confiassem seus investimentos no Brasil, exportando, assim, o leite a preços inferiores do praticado no mercado nacional (WILKINSON, 2008; SOUZA, 2011).

Essa nova estruturação da organização econômica brasileira implica em profundas transformações no âmbito da produção leiteira nacional, ao passo que aponta para uma profissionalização e readequação da cadeia produtiva nos moldes previstos no mercado internacional o que cria as condições sociais e econômicas para uma “reformulação” de competência industrial e sanitária na pecuária leiteira, que está ligada principalmente à “qualidade do leite”. Para que a agricultura camponesa mantenha-se nesse novo mercado, ancorado sobre exigências sanitárias, precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Como considerado por Wilkinson (2008) “isto exige novas inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas” (WILKINSON, 2008, p.15).

Nesse contexto, foi criado, em 1997, o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL) que desencadeou uma profunda discussão a respeito da questão da qualidade do leite no país. A proposta mais objetiva de tais discussões foi à implantação das instruções normativas (IN) 51/2002 e 61/2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que sugerem um conjunto de exigências quanto à produção de leite no Brasil que dizem respeito aos procedimentos de ordenha do leite nas propriedades rurais, às condições de sua refrigeração e ao transporte do leite até a indústria, como nos explicou um informante:

A ideia é o primeiro tratamento que o leite vai receber lá na fazenda é o resfriamento. Na verdade não era – com dez anos da Instrução Normativa – não era para ter um litro de leite em latões, mas era pra nós termos isso tudo em tanques instalados nas propriedades ou em pontos chamados de comunitários, esses produtores se unem lá na fazenda e reúne esse leite todo lá, isso não superior a um tempo de duas horas após a ordenha, (depois coloca) no tanque num tempo não superior a 3 horas, (passando com) o resfriamento de uma temperatura de 35 para 4 graus Celsius, para manter a característica qualitativa do leite e microbiológica para, posteriormente, num prazo não superior a 48 horas ser transferido para dentro da indústria processadora. (Representante de um laticínio, realizada em 14 de fevereiro de 2012).

A maior mudança nos critérios de qualidade do leite, depois da edição das INs 51 e 62, se refere à garantia da correta e mais adequada – tendo em vista os parâmetros do mercado internacional – coleta do leite. A instrução normativa nº 51 determina que a qualidade do leite de cada propriedade seja verificada a partir da

ordenha para que se identifiquem os problemas na “origem”, ao contrário do que se fazia antes de sua instauração - quando a qualidade do leite era inspecionada no momento do recebimento do leite pela indústria, diminuindo a capacidade de correção das possíveis falhas:

As tetas do animal a ser ordenhado devem sofrer prévia lavagem com água corrente, seguindo-se secagem com toalhas descartáveis e início imediato da ordenha, com descarte dos jatos iniciais de leite em caneca de fundo escuro ou em outro recipiente específico para essa finalidade; o controle da qualidade do Leite Cru Refrigerado na propriedade rural ou em tanques comunitários, nos termos do presente Regulamento e dos demais instrumentos legais pertinentes ao assunto, somente será reconhecido pelo sistema oficial de inspeção sanitária a que estiver ligado o estabelecimento, quando realizado exclusivamente em unidade operacional da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite – RBQL (MAPA, 2011). Devem dispor de equipamentos em aço inoxidável, de bom acabamento, para realização das operações de beneficiamento e envase do leite, em sistema automático de circuito fechado, constituído de refrigerador a placas para o leite proveniente da ordenha, tanque regulador de nível constante provido de tampa, bombas sanitárias, filtro-padronizadora centrífuga, pasteurizador, tanque isotérmico para leite pasteurizado e máquinas de envase. Não deve ser aceito pelo SIF (Selo de Inspeção Federal) o resfriamento do leite pasteurizado pelo sistema de tanque de expansão (MAPA, 2011).

Para que o produto mantenha a temperatura exigida pelos parâmetros de qualidade previstos na INs 51 e 62, além de readequar as técnicas de coleta do leite, o produtor precisa garantir a chegada do produto (*in natura*) até o tanque de resfriamento dentro de 2 horas após a ordenha.

De acordo com Dürr (2012) as principais medidas que devem ser adotadas pelo produtor para que o leite não sofra uma contaminação que poderá comprometer sua qualidade envolve:

1. Manter a sala ou local de ordenha sempre limpos;
2. Usar roupas limpas para ordenhar as vacas;
3. Utilizar água de boa qualidade (potável);
4. Lavar as mãos e mantê-las limpas durante a ordenha (de preferência, usar luvas de borracha);
5. Imergir as tetas em solução desinfetante antes e após a ordenha;
6. Secar as tetas com papel toalha descartável;
7. Lavar os equipamentos e utensílios após cada ordenha com água aquecida, usando os detergentes de acordo com o manual do fabricante dos mesmos;
8. Trocar borrachas e mangueiras do equipamento de ordenha na frequência recomendada pelo fabricante ou quando ocorrerem rachaduras;
9. Lavar os tanques de refrigeração, usando água aquecida e detergentes adequados cada vez que o leite for recolhido pelo transportador. (DÜRR, 2012, p. 11).

Os camponeses, nesse contexto, encontram dificuldades quando tentam reproduzir formas tradicionais de comercialização (como nos casos observados durante pesquisa de campo da venda do leite *in natura* e do queijo caseiro de porta em porta). Nesse novo cenário, a pecuária de leite baseada no trabalho familiar precisa construir as condições necessárias para garantir a qualidade de sua produção (no caso o leite) desde o momento da ordenha, considerando toda logística dos circuitos de produção em cadeia, até a chegada do produto a mesa do consumidor:

O desafio que perpassa todos os mercados é a capacidade de transformar processos e produtos locais (...) em produtos e processos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo frente a consumidores desconhecidos. (WILKINSON, 2008, p. 17)

Essas mudanças significaram uma readequação dos agentes envolvidos na produção, de forma que os setores primários foram pressionados a deixarem de ser meros provedores de alimentos (*in natura*) e consumidores dos próprios produtos, pressionando o produtor rural a assumir um status competitivo no mercado lácteo, tornando-se, portanto, um produtor de mercadorias.

Tendo como parâmetro de produção as novas exigências de qualidade do leite (constituídas no mercado internacional) a estruturação da indústria do leite no Brasil pode significar, segundo aponta Wilkinson (2003) mais uma barreira para inserção da agricultura camponesa nos mercados agroalimentares:

Novos patamares de qualidade tornam-se pré-requisitos de participação nos mercados alimentares, quer domésticos quer de exportação, e a reorganização desses mercados passa pela crescente transnacionalização das empresas líderes sob o domínio da grande distribuição. Esse quadro sugere a continuação de tendências a concentração e consolidação, hoje aceleradas pelas exigências de qualidade que criam barreiras cada vez mais intransponíveis para a pequena produção tradicional, seja na agricultura, seja na indústria. (WILKINSON, 2003, p. 63)

Todas as transformações e exigências provindas da cadeia de leite no Brasil, a partir dos anos 1990, com a abertura do país à economia global e as exigências de qualidade ligadas à sanidade do leite representam assim, para a produção familiar, a necessidade de reajustamento a esse novo contexto, o que significa a necessidade da incorporação de novas habilidades e de um apoio mais efetivo de serviços de assistência técnica.

Tendo em vista a extensão territorial e as devidas diferenciações regionais¹⁴, importa analisar as implicações da reorganização da cadeia do leite brasileira levando em consideração as respectivas especificidades regionais e locais, sendo que suas transformações não serão sentidas da mesma maneira pelos agricultores localizados no sul, que possui forte propensão à inserção mercadológica, e no nordeste – especialmente no estado do Maranhão –, onde, historicamente, o campesinato foi privado do acesso a recursos e políticas públicas de incentivo à produção agropecuária¹⁵.

Contudo, em período mais recente, essa tendência tem se arrefecido, de forma que grupos de camponeses com o acesso a terra assegurado, em assentamentos de reforma agrária, têm conseguido acessar recursos de políticas públicas como o Pronaf e, por essa via, conseguido constituir um pequeno rebanho bovino e se inserir na cadeia produtiva de leite da região.

3.2 Novas exigências de qualidade e reconfiguração da cadeia de produção de leite na microrregião de Imperatriz.

Na seção anterior tentamos demonstrar de que forma as transformações no plano da economia nacional incidiram no aparecimento de novos patamares de qualidade e higiene para a indústria do setor lácteo brasileiro e como estas mudanças foram sentidas nas unidades de produção camponesa. Apresentaremos aqui informações que mostram como a atividade leiteira vem se desenvolvendo na microrregião de Imperatriz nos últimos anos.

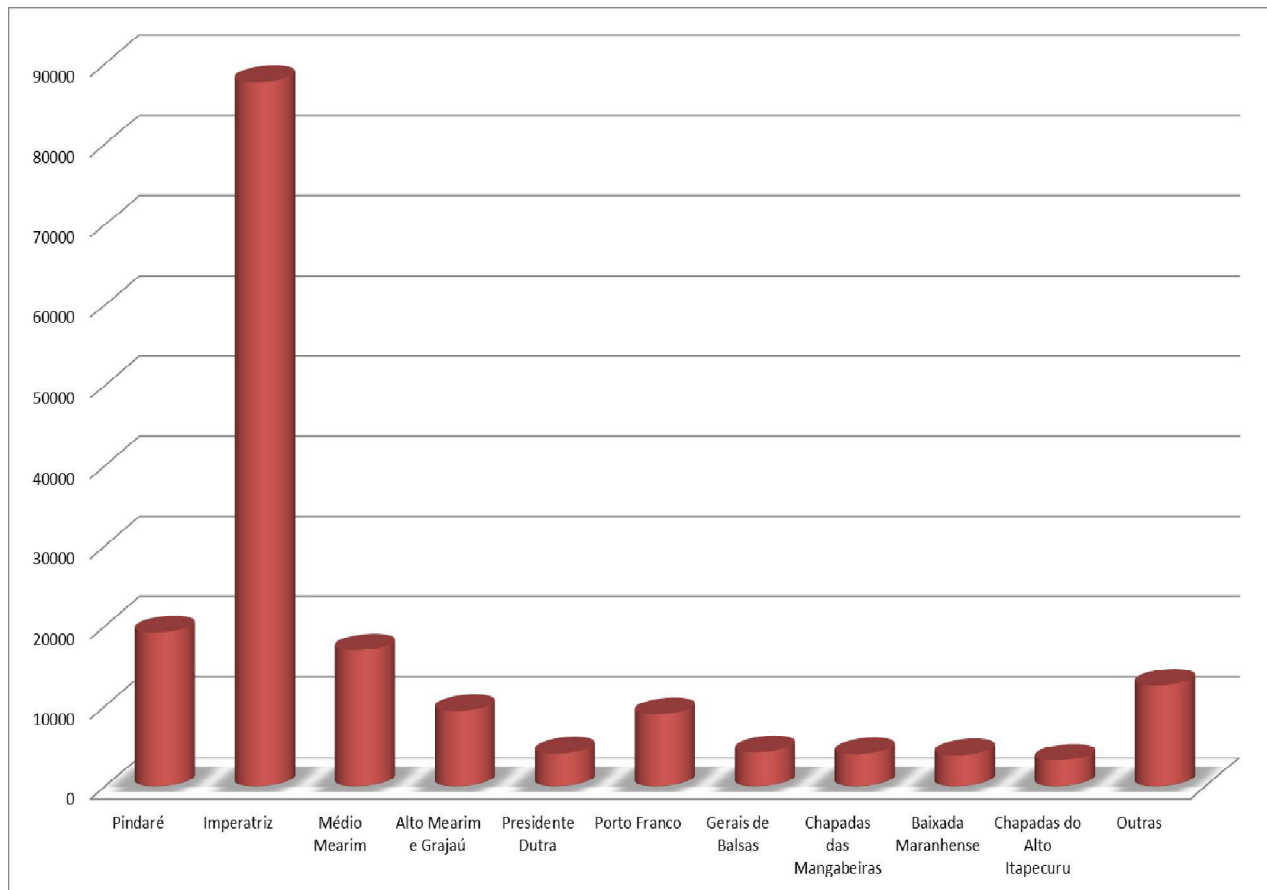
De acordo com dados do IBGE (citado por ZINALDO DA SILVA et al., 2012) a microrregião de Imperatriz se destaca como a oitava região com maior número de vacas ordenhadas no plano nacional. Dados da Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE) reafirmam o potencial produtivo leiteiro desta região. Segundo levantamento feito em 2011, esta microrregião representa o maior rebanho do estado do Maranhão, com

¹⁴ Graziano da Silva (1986) demonstra que as diferenciações na estruturação dos grupos camponeses no Brasil se deram por conta do desinteresse da colônia portuguesa em estabelecer-se nas regiões do sul do país. Esse território foi ocupado por grupos das classes média e baixa da população portuguesa. Constituiu-se dessa forma, principalmente nas áreas que hoje se localizam Porto Alegre e Santa Catarina, um tipo particular de colonização, baseada na pequena produção, com pouca utilização de trabalho escravo e com uma população etnicamente homogênea.

¹⁵ O desembolso dos recursos do Pronaf, voltados para o apoio da agricultura familiar, têm se concentrado nas regiões sul e sudeste, onde os produtores encontram-se mais organizados e com um nível mais elevado de absorção de tecnologias.

participação de 22% do total (gráfico 03), sendo responsável, segundo dados do IBGE (2006), por praticamente metade (50%) da produção de leite produzido no estado.

Gráfico 03: Distribuição por microrregião da produção anual de leite do Maranhão (2006).



Fonte: IBGE, 2006

O potencial produtivo da região em relação à atividade leiteira permite a estruturação de um significativo número de estabelecimentos especializados na fabricação de produtos lácteos. Em um levantamento feito por Zinaldo da Silva et al. (2012) foram identificadas cerca de 2.528 propriedades especializadas na produção de leite e seus derivados estabelecidas na região.

Esse número elevado de propriedades permite, ao mesmo tempo, a organização de uma cadeia produtiva diversificada em seu interior. Carneiro (2015) ao analisar a cadeia de produção do leite na microrregião de Imperatriz, destaca os principais agentes presentes nas esferas da produção (agricultores familiares e

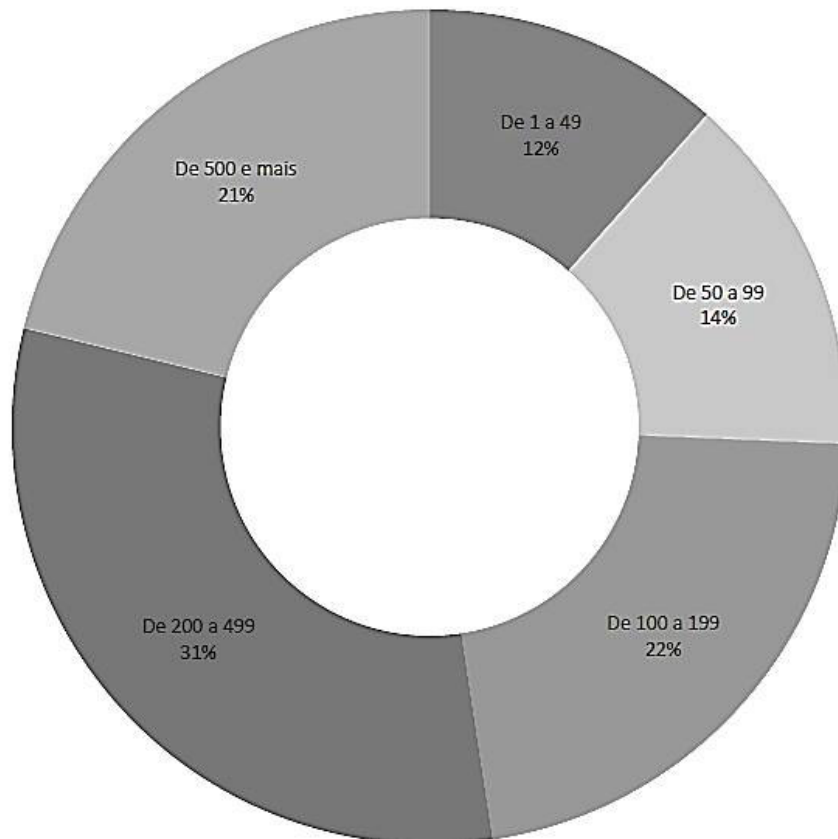
pecuaristas), do transporte (freteiros, atravessadores), da transformação (indústria de laticínios e queijarias) e do consumo final (venda direta, feiras, supermercados, pizzarias, etc..).

De acordo com pesquisa de Zinaldo et al. (2012) os laticínios são o principal destino da produção de leite da região, absorvendo praticamente metade (50%), em seguida vêm às pequenas queijeiras (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%). O fator fundamental para o predomínio dessa estratégia de venda do leite, segundo este autor, é a vantagem do melhor preço de compra pelos laticínios. No entanto, como destacado por Carneiro (2015), outros fatores influenciam nesse processo, caso das relações sociais de confiança estabelecida entre produtores e laticínios, os diferentes prazos de pagamento do leite oferecidos pelos diversos compradores e a possibilidade de utilização de um subproduto na fabricação de queijo para a alimentação de pequenos animais (suinocultura).

Cabe ressaltar, no entanto que, apesar do potencial em relação à produção leiteira, a microrregião de Imperatriz, do ponto de vista do registro nos órgãos de fiscalização sanitária, é marcada por um alto grau de informalidade. De acordo com a pesquisa de Antonio Silva (2011), 60% das unidades produtivas de leite e derivados não possuem registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), no Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tampouco no Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Outra característica importante na análise da pecuária maranhense é a elevada participação da agricultura camponesa nessa atividade econômica (gráfico 04). Os produtores com rebanho que vão de 1 a 99 cabeças de gado representam cerca de 26% do total, seguidos dos produtores com 100 a 199 cabeças de gado com 22%. Com 31% do total do rebanho aparecem os estabelecimentos com 200 a 499 cabeças, seguidos dos produtores com mais de 500, com 21% do total.

Gráfico 04: Produção de leite segundo o tamanho do rebanho bovino na microrregião de Imperatriz (2006).



Fonte: IBGE, 2006

Esses pequenos produtores, com exploração normalmente baseada na unidade familiar, constituem entidades complexas em seu interior, sendo que seus agentes combinam atividades econômicas executadas fora e dentro da própria unidade familiar, tendo por vezes que apelar a eventuais trabalhos assalariados em grandes fazendas (PORRO, MESQUITA, SANTOS, 2004). Essas unidades de produção são caracterizadas, segundo aponta estudo de Zinaldo da Silva (2012) pelo uso de práticas agrícolas extensivas de baixo teor tecnológico e técnicas tradicionais de produção (como a ordenha manual com a presença do bezerro ao pé da vaca).

Um dos elementos que impulsionaram o desenvolvimento da atividade pecuária na microrregião de Imperatriz foi a atuação do BNB (Banco do Nordeste) a partir dos anos 1992, através de investimentos e concessões de crédito aos produtores locais. Segundo pesquisa de Alves (2005), 58% do total dos investimentos da instituição

financeira entre 1976 e 2004 foram destinados à atividade pecuária e alocados principalmente no Maranhão. Em 1994, por exemplo, 63% desses recursos foram destinados ao estado. Da mesma forma em 1998 quando absorveu cerca de 65% do total dos investimentos.

Outro elemento que chama atenção na análise da produção de leite na região são os movimentos institucionais e da sociedade civil no combate a produção informal. O número elevado de unidades produtoras de leite na microrregião e as novas exigências inferidas através da Normativa 51 e 62 implicam no aparecimento de eventos para conscientização e luta contra a produção considerada “clandestina”. Dessa forma, no ano de 2012¹⁶, o Sindicato de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (SINDILEITE) solicita, junto ao Ministério Público Estadual (MPE), medidas de combate à venda do leite *in natura* e do queijo produzido em estabelecimentos informais.

Como resultado desse processo foi articulado uma campanha interinstitucional (**Figura 1**) coordenada pelo Ministério Público Estadual (MPE) que contava com a participação dos serviços de inspeção sanitária (AGED), do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Embrapa, AGERP, etc., visando o controle da comercialização dos produtos lácteos e dos estabelecimentos que não estivessem em conformidade com a legislação sanitária¹⁷, como nos relatou o diretor do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI):

O leite é um produto vendido, em alguns casos, em condições de precariedade sanitária, tendo visíveis amostras de falta de higiene. Devido à falta de qualidade, apareceram movimentos contra a venda do leite in natura, aparentemente produzido na clandestinidade. (Entrevista com Diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz, realizada em 24 de janeiro de 2012).

As repercussões dessas ações puderam ser sentidas rapidamente no âmbito da estruturação produtiva leiteira da região. O que provocou uma espécie de reconfiguração de mercado, uma vez que as relações entre os agentes envolvidos na cadeia de produção (pecuaristas, produtores de leite, queijeiros, e indústrias de laticínios) foram consideravelmente modificadas pela introdução de novas regras.

¹⁶ Oito anos após a instauração da Instrução Normativa 51.

¹⁷ Os principais argumentos utilizados para justificar as iniciativas de conscientização e combate a produção informal se baseiam na defesa da saúde pública, dos direitos do consumidor e da ordem econômica, com destaque para a questão sanitária.

Nesse contexto, é necessário ampliar os estudos empíricos no que se referem às transformações de nível macroeconômicas e seus respectivos impactos nas regionalidades brasileiras e nos espaços de âmbito local. Daí a importância do investimento nos estudos de caso no que se refere às transformações dos espaços agrários e das propriedades dos camponeses inseridos nessa dinâmica.

Figura 1 – Faixa de Campanha contra o leite clandestino, realizada no município de Imperatriz.



Fonte: <http://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/5114-imperatriz-campanha-contra-laticinios-clandestinos-e-realizada-em-escolas-publicas>. Acesso em 30/03/2016.

Diante das transformações ocorridas no setor de produção leiteira nacional, inserimos nosso estudo na análise das repercussões da organização e estruturação da indústria leiteira, tendo como parâmetro as exigências de qualidade e de natureza sanitária estabelecidas nas Instruções Normativas 51 e 62, para os estabelecimentos familiares da microrregião de Imperatriz. Para tanto concentramos nossa atenção no

estudo do comportamento das unidades camponesas situadas no assentamento São Jorge que possui forte inserção na cadeia de leite maranhense.

3.3. Estruturação do arranjo produtivo local (APL) do setor lácteo na microrregião de Imperatriz.

Os desdobramentos causados pelas diversas transformações por que passa o mundo contemporâneo - intensa fragmentação social e fluxo de informações, diluídos num processo violento de concorrência - em um mercado cada vez mais internacionalizado, caracterizado pela cooperação e influência dos diversos agentes envolvidos, impulsiona diferentes agentes socioeconômicos a criarem mecanismos que possibilitem a manutenção e aperfeiçoamento do processo de produção e comercialização do produtor primário até o consumidor final.

Dado a especificidade de minha análise, busco fazer um recorte bibliográfico que me possibilite descrever o movimento dos agentes envolvidos na produção de leite e as relações de interdependência que são construídas em torno dessa produção, considerada com um setor (ou campo) econômico específico. Ademais, procurarei também compreender as repercussões que essa especialização (DURKHEIM, 1995; WOLF, 1970; KELLER, 2006a) implica para os agentes sociais por ela envolvidos.

A venda do produto (leite) que, num momento anterior, era caracterizada principalmente pela relação direta entre produtor e consumidor, passa, a partir de um determinado momento, a ser baseada numa rede de relações entre agentes que se diferenciam social e funcionalmente, como vem sendo descrito pela abordagem teórica da Cadeia de Valor (ou Cadeia de Mercadorias):

Cadeia de Valor ou Cadeia de Mercadoria compreende o conjunto de atividades econômicas sucessivas e necessárias para levar um produto ou um serviço, desde a sua concepção, passando por diferentes fases de sua produção e comercialização, até o consumidor final. Também definimos cadeia de valor como a sequência de processos de trabalho e de produção de valor onde bens e serviços são concebidos, produzidos e levados ao mercado. Este conjunto de atividades-sucessivas e integradas funcionalmente – envolve uma diversidade de atividades de trabalho que adicionam valor ao produto ou serviço. (KELLER, 2006a, p. 01)

A ideia de cadeia sugere que os agentes envolvidos na produção de uma mercadoria estejam interligados por laços sociais e “nós”, formando, assim, uma rede de

relações caracterizada por conexões de cooperação e/ou subordinação (KELLER, 2006a).

Todavia, para compreender como as relações travadas no seio da produção de leite na microrregião de Imperatriz se estruturam, é necessário ter como parâmetro de análise uma ferramenta teórica que me possibilite visualizar todo o universo de agentes que de forma, direta e/ou indireta, influenciam no funcionamento da logística produtiva leiteira, tendo desta forma, participação determinante para sua continuidade.

A intervenção de diferentes agentes sociais e institucionais (AGED, SEBRAE, Ministério Público, Universidades, Sindicatos, etc.) no funcionamento da produção de leite na microrregião de Imperatriz reivindica a utilização de uma ferramenta teórica mais ampla do que a noção de cadeia de mercadoria, que, segundo Keller (2006a), se limita aos agentes diretamente envolvidos na produção (produtores familiares e industriais especializadas na produção de leite e derivados, supermercados, consumidores e etc.).

Diante da leitura teórico-empírica de que a produção de leite na microrregião de Imperatriz funciona como uma cadeia, onde diversos agentes se movimentam distinguindo-se quanto operações produtivas e mantendo certo grau de interdependência, aciono a ferramenta teórica dos arranjos produtivos locais (APLs), entendida por Keller (2006b) como:

Conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, que desenvolvem atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem (KELLER, 2006b, p. 01).

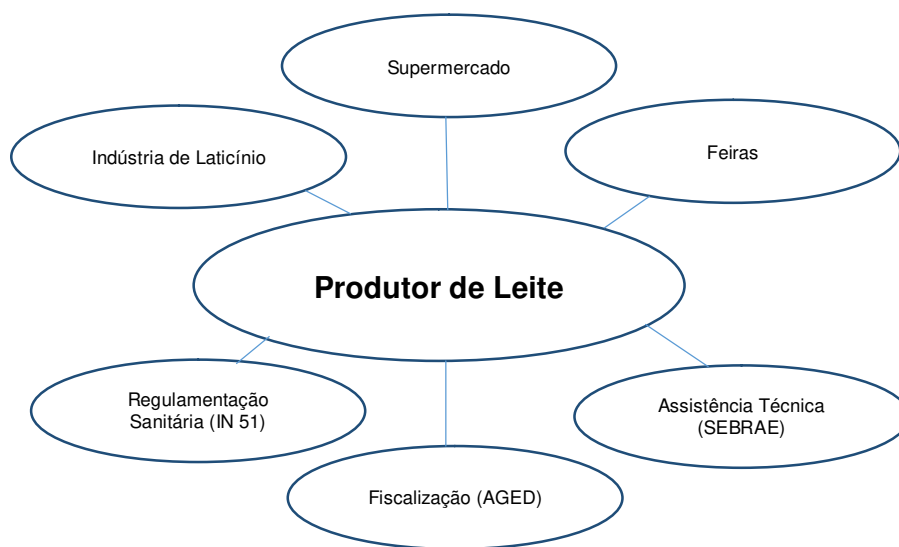
Dessa maneira, quando propõe o estudo dos agentes econômicos, sociais e políticos, a definição de APL permite-nos ampliar a análise das relações mantidas na produção de leite maranhense para além dos agentes envolvidos diretamente na produção e comercialização, visto que estes se revelam fundamentais para compreender a dinâmica da produção leiteira estudada.

O primeiro agente que precisa ser considerado, para darmos conta da complexidade da organização do arranjo produtivo do leite na microrregião de Imperatriz é o Estado. O Estado necessita criar as disposições necessárias, tais como sistemas de monitoramento, mecanismos regulatórios e órgãos executores (SACHS, 2000). No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, o Estado apresenta-se como um agente econômico que intervém e participa no mercado,

articulado com o capital externo e interno (CARDOSO; FALETO, 2004). No caso do arranjo produtivo do leite na região de Imperatriz podemos identificar a forte presença do Estado, no esforço de fiscalização das propriedades irregulares e no incentivo à modernização e profissionalização do produtor frente às novas demandas apresentadas, a partir das transformações que vem ocorrendo nas últimas duas décadas.

Para tanto, surge à necessidade de avançar no entendimento das relações travadas na produção leiteira maranhense, visto que esta depende da intervenção de agentes internos – produtores de leite, industriais de laticínios, supermercados/feiras – e externos – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sindicatos e associações.

DIAGRAMA 01: Principais agentes presentes no APL do leite da microrregião de Imperatriz.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O diagrama acima mostra como está organizado o arranjo produtivo do leite na microrregião de Imperatriz, onde diversos agentes se movimentam em torno da produção leiteira formando um complexo mapa de interações entre agentes que se distinguem enquanto funções e interesses. Nesse sentido, as decisões do produtor são resultantes das tensões que ele trava com agentes internos e externos da produção.

Em relação aos agentes “externos”, consideramos importante para nossa análise a atuação da AGED e do SEBRAE. Ambas instituições têm tido importante papel nos trabalhos de fiscalização e apoio técnico, principalmente para os produtores familiares, consolidando-se assim, como agentes fundamentais para a situação atual da produção de leite no arranjo produtivo em estudo.

Nesta perspectiva pode-se observar o esforço da AGED no que se refere às operações de fiscalização dos estabelecimentos irregulares que não possuem o selo de inspeção sanitária, como nos relatou a médica veterinária Alessandra Lima:

Eu não poderia assim te dizer. Por que não tem uma regra assim. Cada caso é analisado. O grau de comprometimento daquele produto, aí sim a gente pode tomar uma medida que pode ser desde uma multa até a interdição do estabelecimento ou apreensão de produtos. E a gente assiste também as denúncias que a gente recebe. Aí a gente se dirige até o estabelecimento e faz o que tem que ser feito. Dependendo do caso que a gente vê que o produto clandestino que é produzido sem a menor higiene possível, aí, o destino realmente é a incineração. (Entrevista com Alessandra Lima, médica veterinária da AGED-MA, realizada em 30 de abril de 2013).

Da mesma forma, destacamos a forte presença do SEBRAE no que diz respeito à assistência técnica, com programas direcionados a diferentes tipos de produtores (familiares e não-familiares) a se adequarem às exigências sanitárias sugeridas pela indústria, como afirma uma analista do programa Balde Cheio:

Temos tentado intervir na prática desses produtores através de um modelo tecnológico, buscando modernizar a produção de leite no município, profissionalizando assim os produtores inseridos nela. (Entrevista com Márcia Maria Martins Ferreira, Técnica do SEBRAE, em 24 de janeiro de 2012).

Outro aspecto a ser considerado na análise da organização do arranjo produtivo na microrregião de Imperatriz diz respeito às suas características internas, pois esta aponta para a existência de um elevado número de laticínios de pequeno porte, de queijeiras (que não possuem o selo de inspeção sanitária) e de um sistema de distribuição que envolve supermercados locais, venda em feiras e na forma direta ao consumidor.

Trata-se, portanto, como aponta Carneiro (2015), de uma cadeia produtiva fragmentada, sem a hegemonia de uma grande empresa, o que possibilita a constituição de um ambiente de constante disputa pelos fornecedores de leite (agricultores familiares). Ainda segundo Carneiro (2015), este ambiente de concorrência influencia no preço pago pelo leite vendido, que atualmente é considerado satisfatório.

Nessa perspectiva orientamos nossa investigação na análise das principais repercussões da inserção dos agricultores camponeses do assentamento São Jorge no arranjo produtivo da pecuária leiteira da microrregião de Imperatriz.

CAPÍTULO 4 – A INSERÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO ARRANJO PRODUTIVO LEITEIRO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE.

Neste capítulo abordarei a relação dos camponeses do assentamento São Jorge com o arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz, enfatizando tanto a construção da trajetória social dos produtores, como o processo pelo qual a atividade da pecuária leiteira se tornou um elemento fundamental para a reprodução econômica destes grupos familiares.

A ocupação da área hoje denominada assentamento São Jorge se confunde com a trajetória dos camponeses da microrregião de Imperatriz, pois foi construída a partir de uma lógica que permeia diversas referências e trajetórias sociais de camponeses maranhenses e nordestinos. Sua ocupação se iniciou na década de 1990, por meio do estabelecimento de grupos familiares vindos de outras regiões do Maranhão, do estado do Ceará, Sergipe e Paraíba.

O processo de ocupação do assentamento se deu a partir das mobilizações e ações coletivas de luta pela terra, organizadas pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU-MA, nessa região. Em 1997, após um período marcado pelo conflito entre os camponeses e um fazendeiro que reivindicava a posse da terra, o Instituto Nacional de Colonização (INCRA) reconheceu esse território como assentamento de Reforma Agrária.

De acordo com informações do Relatório Final do Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento São Jorge¹⁸, o plantio de lavouras anuais, com destaque para as produções de arroz, feijão e milho apareciam como as principais atividades produtivas dos camponeses locais (no início dos anos 1990). No entanto, durante pesquisa de campo, foi possível observar que por conta de diferentes fatores e transformações nas esferas econômica e ambiental, a dinâmica dessas atividades foram sendo reorientadas pelos produtores, induzindo assim, no aparecimento de novas dinâmicas produtivas e forças alternativas de produção agropecuária.

Dentre estas alternativas destacamos o aparecimento da atividade pecuária como elemento fundamental para reorganização econômica dos grupos familiares que,

¹⁸ Diagnóstico apresentado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização), IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) com o objetivo de consolidar os projetos de assentamento São Jorge e Itaiguara em 2006.

segundo nos relatou um camponês, sua comercialização representa, atualmente, cerca de 70% da renda das famílias assentadas.

Apesar dos obstáculos e dificuldades encontradas para a reprodução de atividades tradicionais como as lavouras anuais e a produção e comercialização, seja do leite ou queijo, as unidades produtivas locais apresentam, de forma geral, certa diversidade produtiva, o que viabiliza sua inserção em diferentes ambientes econômicos e favorece maior autonomia em relação às oscilações de mercado e as mudanças climáticas.

Da mesma maneira, a organização do arranjo produtivo leiteiro local permite a conformação de uma estrutura diversificada no interior da atividade pecuária. Além da comercialização do leite para laticínios, atravessadores e queijeiros a matéria prima é utilizada também para fabricação de queijos que podem ser comercializados para os camponeses locais e nas feiras nos finais de semana.

O argumento está organizado em três seções. Na primeira seção faço um resgate sócio histórico do processo de ocupação e constituição do assentamento São Jorge, destacando o movimento de camponeses com origens sociais distintas na ocupação da Fazenda São Jorge no início da década de 90 e os conflitos com um fazendeiro que reivindicava a posse da terra.

Na segunda seção apresento uma análise dos principais fatores que levaram ao crescimento da agropecuária local. Para isso mobilizo elementos que permitem entender como a pecuária leiteira surgiu como uma alternativa frente às crises econômicas e naturais que culminaram no relativo declínio das produções de arroz e farinha, respectivamente.

Ainda nesta seção busco compreender os efeitos das exigências sanitárias, e conseqüentemente das operações de fiscalização e apreensão de produtos e estabelecimentos considerados irregulares, para os camponeses do assentamento São Jorge. É importante destacar que tais efeitos se dão de forma indireta, pois os órgãos fiscalizadores, em geral, concentram seus trabalhos em torno dos estabelecimentos especializados na fabricação de derivados do leite (laticínios, queijarias) e quase nunca nos produtores da matéria prima (*in natura*), que no caso do nosso estudo, são fornecedores de leite (camponeses).

Na terceira e última seção busco entender de que maneira os camponeses se organizaram economicamente, buscando verificar o papel da pecuária leiteira e das

demais atividades. Destaco, ainda, nesta seção, a diversidade produtiva das unidades camponesas e a variação nos usos da pecuária leiteira nos estabelecimentos familiares.

4.1 O processo de ocupação e constituição do assentamento São Jorge.

Para compreender o processo de constituição do assentamento considero fundamental entender a estrutura da posse/propriedade da terra no município de Cidelândia (onde o assentamento fica localizado). Quando analisamos a tabela 01 aparece um dado importante do ponto de vista da distribuição fundiária no município, pois a grande maioria dos estabelecimentos - com até 100 hectares - e que podemos classificar como representativos da agricultura camponesa ocupam cerca de 16,5% da área total dos estabelecimentos.

Tabela 01: Área e número dos estabelecimentos por grupo de área total no município de Cidelândia (2006).

Estrato de Área	Estabelecimento		Área	
	Em N°	Em %	Em N°	Em %
Menos de 10 hectares	148	20,5	829	1
10 a 50 hectares	287	40	8.749	9
50 a 100 hectares	93	12,9	6.398	6,5
100 a 500 hectares	140	19,4	32.699	33,5
500 a 1.000 hectares	27	3,7	20.088	20,6
Mais de 1.000 hectares	14	2	28.665	29,4
Sem declaração	11	1,5		
Total	720	100	97.439	100

Fonte: IBGE, 2006

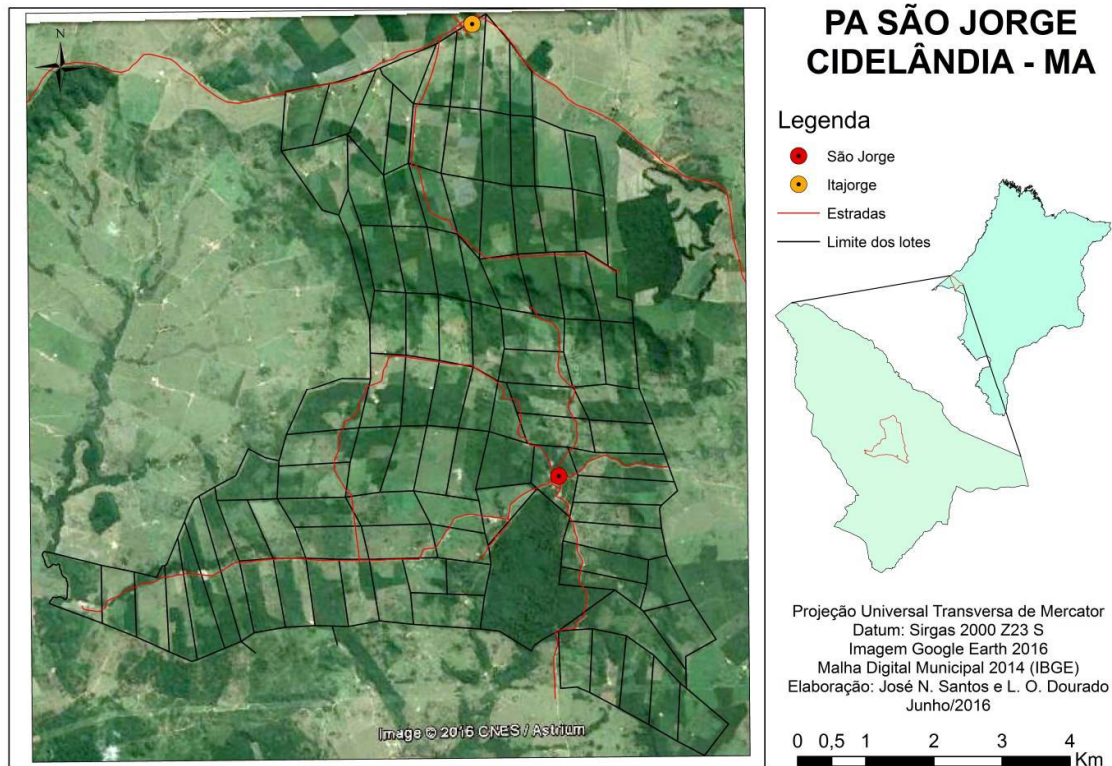
Como reflexo da distribuição desigual da propriedade da terra no município, a história da ocupação e consolidação da área hoje denominada assentamento São Jorge¹⁹ se confunde com o cenário de luta e conflito fundiário no estado do Maranhão, pois foi marcada por um processo de luta entre trabalhadores rurais sem-terra e grandes proprietários fundiários.

Antes denominada Fazenda São Jorge, cujo suposto proprietário era o senhor José Rocha, a ocupação de terra foi reconhecida pelo INCRA (após vários anos

¹⁹ O Assentamento São Jorge, fica localizado no município de Cidelândia, região oeste maranhense, microrregião de Imperatriz, próximo a dois importantes municípios da economia maranhense (Açailândia e Imperatriz).

de luta dos camponeses com o fazendeiro) como PA - Projeto de Assentamento no dia 22 de dezembro de 1997.

MAPA 02: Assentamento São Jorge, com identificação dos povoados, principais estradas e localização no município de Cidelândia/MA.



Elaboração: José Santos e Lidielze Dourado, 2015.

O processo de ocupação da referida fazenda se deu a partir de um levantamento realizado por integrantes do Movimento de Trabalhadores Sem Terra - MST e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz – STTRI, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU-MA e CARITAS, resultando, no dia 13 de julho de 1991, na ocupação da fazenda São Jorge, onde já se encontravam algumas famílias de camponeses que trabalhavam nas áreas do proprietário. Após a ocupação foram chegando famílias de diversos lugares, como Imperatriz, Açailândia, São Pedro da Água Branca, Vila Nova, Olho D'água dos Martírios e Reserva do Ciríaco.

Segundo o relatório de consolidação do PA (projeto de assentamento), o assentamento São Jorge dispõe de 96 famílias distribuídas numa área total de

4.792,5516 ha o que dá uma média de 48 ha por família²⁰. A mão de obra empregada no assentamento é baseada na composição dos membros da família, sendo incorporado trabalho externo apenas de forma esporádica, quando, em algumas circunstâncias, os membros da unidade familiar não são suficientes para a realização das tarefas produtivas exigidas no(s) lote(s) da família.

A fazenda que deu origem ao assentamento São Jorge possui duas estradas de acesso. A primeira, e mais antiga, se dá através da estrada que o liga a um povoado vizinho, chamado São João do Andirobal, (que fica a 6 km de distância). E a segunda via de acesso se dá por meio de uma estrada, construída mais recentemente, que liga o assentamento ao município de Cidelândia (que fica a 14 km de distância).

O assentamento é composto por um conjunto de 96 lotes, uma área de reserva legal de 232 hectares e dois aglomerados residenciais, um conhecido como *vila* e o outro como *bobota*. Na primeira existe um aglomerado de casas construídas próximas umas das outras, o que favorece uma maior interação entre os camponeses e a constituição de um espaço privilegiado de serviços e manifestações culturais e religiosas. Ainda neste espaço podemos observar a presença de diversos serviços e instituições sociais como: escola (ensino fundamental), associação de produtores rurais, igreja católica e evangélica, um pequeno comércio com utensílios básicos para alimentação e higiene e um cabelereiro. Já a parte denominada *bobota* teve uma ocupação mais tardia, as casas foram construídas distantes uma das outras e não encontramos as alternativas (culturais, religiosas e de serviço) observadas na *vila*.

A *vila* possui outra especificidade em relação ao *bobota*, pois, por conta de sua constituição histórica, se tornou um espaço exclusivo de *morada*²¹. Os camponeses da *vila*, além de casas que exercem função de moradia, possuem os *lotes* ou *roça*, que é um pedaço de terra onde fazem plantios (feijão, mandioca, milho) e cuidam do rebanho para produção leiteira. No espaço denominado *bobota*, ao contrário, não se observa essa divisão espacial do trabalho, pois os espaços de *roçado* e de *morada* estão estritamente ligados. Nele o *lote* exerce ambas as funções, de trabalho e de *morada*, em outras

²⁰ Atualmente essas informações sofrem algumas alterações, pois muitas famílias migraram para outras regiões, ao passo em que outras foram se estabelecimento no assentamento.

²¹ Os primeiros camponeses que ocuparam a área do assentamento São Jorge se aglomeraram na região denominada *vila* na tentativa de se protegerem das ameaças e ataques do fazendeiro que reivindicava a posse da terra. Como demonstrou um assentado durante entrevista de campo: “*Tinha medo. Pessoa não andava só. Pessoa não morava no lote, que tinha medo. Ficava tudo na vila concentrado. Aquela vila ali, as casa são muito juntas pro pessoal se sentir seguro*” (Entrevista com produtor 06 em 30 de novembro de 2015).

palavras, os camponeses constroem suas casas no mesmo local onde exercem suas atividades produtivas²².

O assentamento possui ainda um ônibus, cedido pela prefeitura de Cidelândia, utilizado, principalmente, para o transporte de alunos do ensino médio que precisam se deslocar até o povoado São João do Andirobal. O mesmo ônibus é utilizado pelos camponeses para fazer o deslocamento dos produtores que comercializam produtos típicos da agricultura camponesa (cheiro verde, alface, milho, mandioca, farinha, feijão, queijo caseiro e etc.) na feira de Cidelândia nos finais de semana.

No início da ocupação, por conta das ameaças do fazendeiro, os camponeses não utilizaram a terra para a produção agrícola, pois, temendo retaliações e ataques de jagunços buscaram manter-se agrupados em grande número de pessoas, vigilantes a qualquer investida contra os ocupantes, conforme relato do produtor 07:

Produtor 07: E aqui durante esse tempo tinha muita ameaça, as vezes que eu ficava aqui, meu Deus, ameaça [...] Eu não estava produzindo, por que aqui ninguém podia fazer roça. No começo, “nêgo” só podia sair de dez pessoas pra frente, ninguém saía de um, dois, só saía o grupo. Se fosse pra lá, tinha que ir dez. Se fosse lá pra longe, se você pro bobota tinha que ir dez, aonde tivesse um tinha que ter dez, e tinha que tá armado por que as ameaças eram terríveis. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Nesse primeiro momento da ocupação, ainda com poucas famílias, os camponeses foram se estabelecendo na região de maneira espontânea, sem um controle social do território e sem a demarcação individual das áreas produtivas. Como nos relatou uma assentada: “*Não tinha ainda dividido, era pra nós saber onde era nosso pedacinho de terra, mas estava tudo agrupado, tudo no grupo, tudo junto, era todo mundo junto aqui*” (Entrevista com produtor 13 em 29 de novembro de 2015).

O pequeno número de camponeses, que nesse momento ocupavam a fazenda, permitia uma espécie de um rodízio produtivo e de utilização das terras pelos produtores, que de acordo com um de nossos informantes, podiam utilizar diferentes áreas durante os anos:

Produtor 03: [os camponeses] Concentravam aqui e como ainda não tinha (como eu posso dizer): a demarcação, o “cabra” chegava e marcava: nesse pedaço aqui eu vou botar uma roça esse ano. No outro ano ele dizia: eu não vou mais pegar essa região. Aí ele ia pra outra região. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

²² É importante ressaltar que, durante pesquisa de campo, pudemos observar casos excepcionais de camponeses que possuem casas na *vila* e, ao mesmo tempo, *lote* na área do *bobota*. Bem como caso de um camponês que por muito tempo fez *morada* na *vila* e, no momento da pesquisa, optou morar na área produtiva ou de trabalho (*lote*). Esses casos, porém, não representam a maioria das situações observadas no contexto da região pesquisada.

Durante o processo de ocupação, os posseiros começaram a construir barracos para moradia provisória e iniciaram o plantio de algumas culturas agrícolas tradicionais como arroz e feijão. Por conseguinte, as ameaças do fazendeiro começaram a se intensificar, o que levou os camponeses a se organizarem, mobilizando algumas estratégias de resistência, como nos relatou um camponês durante pesquisa de campo quando falava sobre a construção de trincheiras: *“Aqui era rodeado de trincheira pra todo lado aqui, uns homens entrincheirado por que o fazendeiro era toda hora dizendo que ia matar de um por um”* (Entrevista com produtor 07 em 30 de novembro de 2015).

Com o aumento e o prolongamento da presença dos camponeses na fazenda ocupada, o suposto proprietário tentou organizar o processo de expulsão dos posseiros. Tudo era feito com o apoio da polícia e de jagunços fortemente armados. A região se transformou, nesse momento, em um cenário de uma verdadeira guerra:

Produtor 07: Eles vinham ali em cima, dava cinquenta, sessenta, cem tiros aí de tardezinha, à bala passando aí por cima. Os pistoleiros que vinham aí eram uns “cara” vestido de farda. Não era policial não, mas vinha vestido. E aí eles trocaram muito tiro mais os posseiros, e um saiu baleado daqui, que eles diziam que era policial. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Ainda no ano de 1991, o suposto proprietário das terras do assentamento foi assassinado, o que tornou a tensão social ainda mais aguda. Alguns camponeses foram presos pela polícia, com a suspeita de participação na morte do fazendeiro. No entanto, posteriormente, esses posseiros foram liberados, pois não existiam evidências materiais sobre a autoria do crime.

De acordo com as informações fornecidas pelo produtor 07, os camponeses viveram o momento de maior tensão após a morte do fazendeiro, pois os ataques protagonizados pela polícia e jagunços se tornaram mais violentos e intensos, implicando em confrontos armados, destruição de barracos e incineração de diversos bens:

Produtor 07: Aí deu logo no rádio que no outro dia [após o assassinato do fazendeiro] a polícia ia entrar aqui pra atacar. Dizendo que amanhã, no outro dia, ia ter umas duzentas polícias aqui pra tirar todo mundo, e quem não saísse ia morrer na “taca”. Aí a polícia veio mesmo, foi 80 policiais, esparregou todo mundo daqui de dentro, não ficou uma pessoa no barraco. Aí pegou tudo o que tinha no barraco: rádio, comida, rede, roupa, o que existia eles fizeram um monte no terreno do barraco e botou fogo, queimou tudo. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Temendo maiores danos à vida e a integridade física, muitos camponeses abandonaram a ocupação, e outros, em menor número, se esconderam mata dentro, o

que viabilizou a desocupação do território reivindicado pelo fazendeiro. No entanto, segundo um de nossos informantes, os camponeses que se esconderam na mata voltaram a ocupar a fazenda após cessarem os ataques, encorajando outros posseiros a retornarem ao local e estabelecendo assim, novamente, a ocupação da fazenda São Jorge:

Produtor 07: Então nesse dia da polícia, correu todo mundo, ficou só o barraco aí, eles botaram fogo em tudo. Um “bocado” correu pra suas casas, pros povoados, pro São Pedro, pra todo canto de lugar. Mas ficou quatorze escondido no mato. Aqueles mais corajosos, que eram liderança. Aí eles prenderam, parece que, nove ainda. Aí quando foi de noite que eles foram embora com esses nove, e aí eles [os quatorze] ficaram à noite no mato. No outro dia foram chegando os outros catorze, até que ficaram de novo. Aí quando o fazendeiro mandou olhar se tinha gente, aí eles viram a gente já, e não puderam encostar por que não sabiam o tanto de gente. E, por isso, esses catorze ficaram. Aí foram voltando os outros que tinham corrido, foram voltando, voltando, até que aglomerou de novo. Resultado: desses catorze que ficaram hoje nós estamos aqui em mais de cem famílias aqui nesse povoado. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Já com os agricultores estabelecidos na fazenda, em 1992, houve outra intervenção policial, dessa vez favorável aos trabalhadores, para impedir que outros fazendeiros os expulsassem da área²³. Durante esse período os grupos familiares, temendo novas ameaças, acionaram algumas estratégias de resistência como: a construção de guaritas, muretas, trincheiras de observação e a formação de equipes de vigilância para controlar a entrada e saída das pessoas. Assim, os camponeses construíram um sistema de segurança e vigilância na área do assentamento que possibilitava o controle pelas duas vias do território:

Produtor 03: Realmente quando a gente entrou aqui era bem vigiado. Tinha uma mureta bem ali [estrada que dá acesso via São João] e outra lá onde é aquele poço [acesso via Cidelândia]. Ali quando eles vinham lá, lá de cima, eles viam lá em baixo. Quando eles viam lá em baixo eles botavam aqueles “vasilhão” de lata de óleo de cozinha. Eles botavam um arame liso daqui [estrada que dá acesso via Cidelândia] na parede daquele açude de quem vem do São João. Aí quando eles viam daqui [acesso Cidelândia], eles batiam no arame e as latas sacudiam lá [acesso São João], era sinal de que vinha alguém, e isso era vigiado vinte quatro horas por dia. E quando eles viam, eles formavam uma barreira ali, queriam saber quem era, a mando de quem, se tinha algum parente, se tinha alguma amizade aqui dentro, qual era o objetivo dele aqui dentro, era um “bocado” de coisa. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Além das muretas de proteção, vigilância e controle de acesso à fazenda ocupada, os posseiros construíram uma espécie de abrigo subterrâneo, de grande

²³ A mudança de postura do estado (polícia) em relação aos conflitos fundiários pode ser explicada pela configuração política que envolvia o estado do Maranhão. Em 1992 a política de reforma agrária brasileira, que iniciara em meados da década de 1980, encontrava-se em pleno desenvolvimento o que favoreceu a ocupação das áreas consideradas improdutivas e o reassentamento de famílias camponesas.

dimensão, para a proteção dos camponeses considerados mais vulneráveis como crianças, idosos e mulheres, durante os confrontos mais intensos:

Produtor 13: Antes de eu chegar aqui o pessoal contava que tinha um buraco bem ali, uma casa feito um buraco. Aí quando vinha gente, que vinha estranho aí pelas matas, jogava as crianças dentro, as crianças “tudin” e as mulheres e os homens que ficavam num buracão que nem uma casa. Tinha uns armamentos assim [...] Tinha um monte de pau grosso rodeado, tipo uma casa né, todo mundo se escondia ali naquele buraco e um monte de pau assim, e as espingarda assim nos “buraquin” ó! Aí quem chegasse lá, não atingia não, que eles estavam protegidos. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

Por volta dos anos de 1995, após todo processo de constituição e estabelecimento dos camponeses na região, os trabalhadores decidiram distribuir a terra entre os grupos familiares presentes na área. Essa divisão, segundo o presidente da associação de produtores locais, totalizou um total de 94 lotes, cada um com aproximadamente 50 hectares:

Aí em 95, 94 né, começamos a discutir a divisão dos lotes. Começamos a discutir. Convocamos o sindicato. Na época da pessoa do Luizinho. Aí o seu Fernando era o secretário, veio pra cá. Aí a gente, o Marajuba, o Manezinho também já entra nessa história, o Mané Conceição, Valdinar Barros e Querubino pra discutir a divisão das terras. Aí viemos pra cá em 95. Aí decidimos dividir os lotes. Aí veio o Antônio Maria lá da Vila Conceição, que é mestre nesse negócio de divisão de terra. Veio pra cá com o objetivo de dividir. Dividimos essa terra, quando foi no mês de maio, depois da colheita né, da roça, em outubro, começamos a cortar as terras. Quando foi no dia 07, não, no dia 05 de setembro de 95, nós fizemos sorteio dessa propriedade. (Entrevista com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento São Jorge, Luiz Gonzaga, em 25 de novembro de 2012).

Nesse momento começam a chegar à região novas famílias, incentivadas pela notícia de que havia terra “livre”, oriundas principalmente dos municípios de Imperatriz, Açailândia, além de camponeses de outras comunidades como: São Pedro da Água Branca, Vila Nova, Olho D’água dos Martírios, Reserva do Ciriaco, dentre outros lugares.

O ano de 1996 foi marcado pela criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge (ASPRAJORGE), desencadeando, em 1997, no reconhecimento da área como Projeto de Assentamento pelo INCRA.

Um ano após o reconhecimento do assentamento pelo INCRA foram disponibilizados aos camponeses créditos de fomento para alimentação e custeio agrícolas. Ainda nesse período os assentados reivindicaram junto ao INCRA a construção de estradas e a eletrificação da área, tendo sido atendidos no ano de 2005.

Uma característica importante do assentamento São Jorge, e que favorece o desenvolvimento da atividade pecuária por parte dos assentados, é o fato de que a área é bem servida de cursos d'água (em oposição, por exemplo, ao assentamento vizinho, PA Itacira, que encontra-se localizado em um “trecho seco”) e que o tamanho inicial dos lotes – quando o assentamento foi criado – correspondia a dimensão estabelecida pelo módulo fiscal municipal (75 hectares). Todavia, de acordo com levantamento que realizei entre alguns camponeses que produzem leite no assentamento, atualmente, a maior parte dos lotes possui 50 hectares.

Quadro 01: Tamanho do lote e do rebanho bovino em amostra selecionada no assentamento São Jorge, 2015.

Produtor	Tamanho dos Estabelecimentos	Tamanho do Rebanho
	em (Ha)	em (N°)
Produtor 01: Autran	75	100
Produtor 02: Carlinhos	50	50
Produtor 03: Cleiton	50	09
Produtor 04: Gonzaga	50	24
Produtor 05: João Lima	30	56
Produtor 06: Jonas	50	35
Produtor 07: Marajuba	50	50
Produtor 08: Maria Madalena	50	20
Produtor 09: Maria Pereira	50	07
Produtor 10: Reginaldo	35	12
Produtor 11: Zico	50	40
Produtor 12: Branco	15	12
Produtor 13: Maria Brandão	50	10
Produtor 14: Amâncio	50	40
Total	655	450

Fonte: Elaborado pelo autor.

O que se observa na análise da distribuição de terras no assentamento é que o tamanho dos estabelecimentos agropecuários presentes na região (de acordo com a amostra do Quadro 01) confirma a característica principal da organização do trabalho no interior dos lotes que são utilizados principalmente para a prática da pecuária leiteira, pois esta demanda dimensões territoriais consideráveis.

Podemos observar que existem casos de produtores, no entanto, com rebanho bovino de menores proporções, que possuem lotes com extensões territórios que favorecem a combinação de outras atividades, como agricultura e criação, mesmo que em menores escalas.

Outro importante elemento observado nos dados apresentados refere-se ao tamanho das propriedades, pois não existem clivagens significativas na dimensão territorial nos lotes dos assentados. Contudo, quando cruzamos as informações sobre o tamanho dos estabelecimentos com o número de cabeças por produtor, aparece um dado importante na análise da estrutura do rebanho dos assentados em amostra, pois uma quantidade expressiva dos animais, cerca de 22%, encontram-se concentrados no estabelecimento do produtor 01.

Essa concentração pode ser explicada por alguns elementos ligados à trajetória desse camponês, que possui forte propensão à atividade pecuária, pois trabalha com gado desde a infância com os pais, possuindo conhecimentos específicos relacionados aos cuidados com o animal, fabricação de queijos e da *massa do queijo*²⁴. E pelo acúmulo de capital econômico, pois durante conversa, esse produtor - natural do estado de Sergipe - nos relatou que antes de se dedicar exclusivamente a atividade leiteira possuía um caminhão e um motorista contratado para fazer fretes na cidade de origem.

Tabela 02: Produção de leite segundo área dos estabelecimentos agropecuários no município de Cidelândia, 2006.

Grupos de Área Total	Quantidade de Leite (em litros)	Em (%)
Mais de 05 a menos de 50 há	3.307	26,12
De 50 a menos de 100 há	1.913	15,11
De 100 a menos de 200 há	2.546	20,11
De 200 a menos de 500 há	3.801	30,02
De 500 a menos de 1000 há	696	5,50
De 1000 a menos de 2500 há	369	2,91
Total	12.660	100,00

Fonte: IBGE, 2006.

Esse panorama não é diferente quando analisamos a organização da atividade leiteira no município de Cidelândia, pois esta aparece como uma das principais atividades econômicas do município. A produção leiteira em Cidelândia

²⁴ Na ocasião de nossa segunda visita ao assentamento, no ano de 2013, o Sr. Altran utilizava toda produção de leite para fabricação de *massa de queijo*, que era comercializada com alguns queijeiros de Cidelândia. Os fatores que o levaram a optar pela fabricação de massa estavam ligados, aos rendimentos (considerados mais satisfatórios) e a possibilidade de utilização do soro do leite para alimentação animal (suinocultura). Entretanto, em nossa terceira e última viagem a campo (no final de 2015) esse camponês estava comercializando o leite com o laticínio Bethe, por conta, principalmente, da segurança (pelo fato de ser uma empresa que possui o selo de inspeção sanitária) e da confiabilidade da empresa em relação aos pagamentos.

encontra-se distribuída de forma desigual entre grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários (tabela 02). Observa-se que os estabelecimentos de menor porte, com até cem hectares, que podemos classificar como representativos da agricultura camponesa, responderam, em 2006, por cerca de 42% do total do leite produzido, enquanto os estabelecimentos de grande porte – acima de 500 hectares – responderam por somente 8,5% do leite produzido no município. Por sua vez, os estabelecimentos de porte médio – acima de 100 e menos de 500 hectares – foram responsáveis por 50,13% do leite produzido no município nesse período.

4.2 A pecuária de leite como alternativa econômica para os camponeses do assentamento São Jorge.

Como demonstramos no tópico anterior, o assentamento São Jorge foi reconhecido pelo INCRA como assentamento de Reforma Agrária no ano de 1997, mas antes disso, mais precisamente no ano 1991, alguns camponeses já haviam ocupado a fazenda, utilizando a terra como meio de produção para cultivo de diversas culturas.

Nesta seção tentaremos demonstrar como a pecuária leiteira foi se estabelecendo como a principal atividade econômica comercial dos camponeses do assentamento, e quais as principais mudanças derivadas da inserção dos grupos familiares no arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz, através de sua relação comercial com os laticínios e queijarias da região.

Estes camponeses eram, em sua maioria, produtores de arroz (principal produto de comercialização naquele momento) que combinado com as produções de milho, feijão e mandioca (produtos destinados à subsistência dos grupos familiares) e a criação de pequenos animais complementava a renda dos produtores dessa região. Situação que pode ser observada no relato abaixo:

Pesquisador: E quando o senhor chegou aqui em 96 o senhor começou a produzir o que na terra?

Produtor 06: *A primeira coisa que eu plantei foi feijão e milho. Ai depois eu plantei mandioca, fazia farinha, fazia tapioca, todo mundo fazia.*

Pesquisador: Essa produção era pra vender, era pra consumir?

Produtor 06: *O que eu produzi pra vender mesmo foi só arroz. O milho e a mandioca é sempre mais pro consumo, pra dá pro porco muitas vezes. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).*

Durantes muitos anos a venda do arroz foi a principal alternativa de comercialização e renda monetária destes camponeses, no entanto, aproximadamente no ano de 2010, seu plantio se tornou inviável, por conta de uma doença que apareceu no grão²⁵ (que além de impossibilitar o plantio em larga escala também amarelou o grão, tornando sua comercialização inviável), e do que alguns produtores chamaram de enfraquecimento da terra, pois, o uso intensivo da mesma área de roça levou a perda de fertilidade do solo, segundo informações do produtor 07:

Produtor 07: Plantava arroz, feijão, mandioca, abobora, melancia, tudo e os “cambau”. Aqui tinha uma fartura de grão que tu não imagina. Só que foi tanto que foi indo, foi indo, até a terra negar. Há cinco anos atrás aqui não dava mais arroz, dava um “pouquin” de milho, e mandioca foi a que nunca falhou. Eu passei quatro anos sem botar roça por que a ultima roça que eu botei nesses quatro anos, eu botei duas linhas de roça e eu tirei dois volumes de arroz no cacho. Eu fiz três roças consecutivas de três, quatro, cinco, seis linhas e eu não tirei 10 sacas de arroz nessas três roças. Aí não compensava. Muito trabalho. É que a terra enfraqueceu. Aí eu larguei. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Não menos importante para complementação da renda dos camponeses, a produção de farinha também foi sofrendo significativa queda. Diferentemente do caso observado na produção de arroz, o que induziu seu progressivo declínio foram fatores relacionados à considerável baixa de preço do produto na região, tornando sua comercialização inviável no ponto de vista dos grupos familiares:

Produtor 13: Paramos de plantar, aí pronto. Aqui quase ficou sem farinha e farinha também. Teve um motivo que a farinha ficou lá em baixo o preço, dava muito trabalho, aí também foi desvanecendo, o povo também desistindo, trabalhar pra mexer com a farinha não estava recompensando. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

No interior do lote de um assentado, por exemplo, podemos observar a situação de uma farinha que não estava sendo utilizada. A família responsável nos relatou que em algumas ocasiões fizeram o aluguel para outros produtores, mas que atualmente estavam sem utilizá-la por conta dos baixos níveis de rentabilidade. Por sua vez é importante destacar a situação de um camponês, conhecido no assentamento como um dos únicos produtores de farinha e que não responde a estas generalizações, pois delegou a atividade pecuária aos filhos e dedica grande parte do tempo à atividade de fabricação da farinha.

Como podemos observar nos casos descritos pelos camponeses entrevistados, alguns elementos de natureza ambiental e de mercado foram induzindo o

²⁵ Segundo Couto (2015) a doença do arroz se deu nessa região a partir de uma infestação da cigarrinha das pastagens (*Hemiptera: Cercopidae*) e de um possível fungo no solo, fazendo com que se reduzissem sensivelmente as áreas plantadas.

relativo declínio de plantios considerados tradicionais da agricultura camponesa da microrregião de Imperatriz.

Tais obstáculos externos (naturais e econômicos) e a capacidade de ajustamento dos grupos familiares, no entanto, possibilitaram o desenvolvimento de algumas alternativas econômicas, com destaque para duas opções regionais: a) os camponeses entenderam que a terra precisava “descansar”, para isso, suspenderam a produção em algumas áreas com o objetivo de viabilizar o (re) estabelecimento da capacidade produtiva da terra, b) os camponeses, incentivados pelos recursos de políticas públicas como os créditos fundiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, conseguiram constituir um pequeno rebanho bovino, ampliando o investimento na pecuária leiteira²⁶ e na venda do produto em circuitos curtos (venda direta e para queijeiras) e longos de comercialização²⁷ (venda para indústrias de laticínios).

Alguns produtores nos relataram que, após um período de suspensão do plantio, a produção de arroz começou a apresentar níveis de produtividade favoráveis a subsistência dos grupos familiares. Dessa maneira, os assentados estão gradativamente voltando a produzi-lo, no entanto, em menor escala.

No entanto, foi à inserção na atividade pecuária que representou a principal modificação na estratégia econômica dos camponeses e um elemento central para reorganização das atividades produtivas dos estabelecimentos familiares no assentamento São Jorge. Os primeiros rebanhos começaram a aparecer no assentamento no final da década de 1990, quando alguns camponeses conseguiram comprar algumas cabeças de gado, possibilitando a produção de leite.

No início, por conta da pequena quantidade produzida, o leite era um produto destinado ao consumo dos grupos familiares e para composição de alimentação animal (suinocultura). Contudo, os rebanhos foram gradativamente crescendo, com isso a produção de leite se intensificou, e como não havia compradores na região, o consumo de toda quantidade produzida se tornou inviável. Os camponeses, então, buscaram alternativas de comercialização, viabilizando a venda do leite para uma queijaria que ficava localizada no povoado São João do Andirobal.

²⁶ Atividade que de acordo com Capellesso; Cazella (2015) ampliou sua importância comercial a partir dos anos 1990.

²⁷ Considerando a existência de uma cadeia regional e um sistema de distribuição que envolve supermercados, pizzarias, lanchonetes, venda em feiras e a distância, para cidades do Maranhão e Pará, por meio de uma complexa cadeia de intermediários.

O Sr. Jonas, camponês de 47 anos, foi um dos pioneiros nessa atividade, foi ele o primeiro produtor local a vender leite para um queijeiro do São João do Andirobal:

Produtor 06: rapaz nós compramos parece que oito gados. Era gado de leite, gado grande. Quando a minha vaca começou a parir aqui ninguém vendia leite, ninguém tinha dinheiro pra nada. Aí a minha [vacca] começou a parir, aí eu já tinha meu leite, “leitim” pouco, mas era uma festa já. Aí começou a sobrar, como o leite sobra ligeiro, aí [eu disse]: rapaz esse leite vai perder. Mas comprador só tinha lá no São João, lá era que tinha queijeira que fazia. Aí eu tive a ideia de ir lá, conversar mais um rapaz que fazia queijo. Aí eu perguntei se ele comprava o leite. Ele disse: dá um litro? Eu disse: dá. Dá até mais. Pois então pronto! Pode trazer que eu compro. Aí eu tinha uma bicicleta, aí eu botei na bicicleta o leite, primeiro leite que eu vendi foi onze litros de leite. Ficou marcado no computador aqui [apontado para cabeça]. Chegou lá ele mediu onze litros. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

O Sr. Jonas continuou comercializando o excedente de sua produção, percorrida diariamente cerca de 6 km do assentamento São Jorge para o povoado São João do Andirobal (aproximadamente vinte minutos de bicicleta). Com o passar do tempo, a quantidade de leite produzida foi gradativamente aumentando o que levou a intensificação da rotina de trabalho, por conta da distância entre os lotes dos camponeses e o local de coleta do leite vendido:

Produtor 06: Aí passei um “bocado” de tempo nesse negócio, aí cansei, abusei aquele rojão, já estava ruim já. Aí falei pro homem do queijo lá: eu não vou mais trazer leite pra você não! Por que eu estou cansado de sair lá da roça pra deixar esse leite aqui, não estou aguentando mais não. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

À distância e a quantidade de leite produzida, que vinha aumentando com o tempo, impossibilitaram o Sr. Jonas de continuar entregando o leite ao queijeiro do povoado São João do Andirobal. Foi necessário, então, organizar uma coleta coletiva dos produtores do assentamento, para que, dessa maneira, o queijeiro pudesse se deslocar até o assentamento para fazer o transporte do leite.

Assim o Sr. Jonas buscou mobilizar alguns camponeses de sua rede de relações pessoais, de forma a garantir uma quantidade de leite diária favorável ao novo sistema de transporte e comercialização da produção:

Produtor 06: Aí ele [queijeiro do São João] disse: Se você conseguir cinquenta litros de leite eu compro esse leite de vocês lá dentro. Eu mesmo tenho uma moto aí. Aí você recebe esse leite lá na tua casa. Eu disse: recebo. Aí combinamos assim. Aí ele trouxe uma caixa de quinhentos litros. Eu tinha uma casinha no fundo do quintal ali na vila. Aí botamos essa caixa lá. Aí começou. O primeiro leite que eu juntei lá deu sessenta litros. Saí divulgando. Traz cinco, dois, o que tiver. Ficou aquele movimento do leite né? Quando foi com quinze dias nós estávamos com mais de cem litros de leite. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Dessa maneira os camponeses do assentamento começaram a comercializar a produção leiteira de seus grupos familiares. Entretanto, um evento importante ocorreu nesse momento, pois, a queijeira que comprava o leite dos assentados precisou ser fechada, o que motivou a necessidade do estabelecimento de outros canais de comercialização, como o aparecimento de alguns atravessadores vindos do município de Cidelândia.

A relação dos camponeses com esses atravessadores, que passavam de casa em casa recolhendo a produção de leite, por sua vez, nunca foi harmoniosa. Segundo nossos informantes, tais compradores não ofereciam segurança e regularidade nos pagamentos e sempre existia a possibilidade de que a carga fosse apreendida pelos órgãos de fiscalização sanitária, inviabilizando o pagamento dos fornecedores.

Observamos durante pesquisa de campo que os trabalhos de fiscalização e apreensão de estabelecimentos considerados irregulares foram fundamentais para a dinamização e organização da produção e comercialização de leite no assentamento em estudo, pois provocou o que podemos chamar de um clima social de insegurança entre os camponeses, alterando de maneira significativa sua relação com os atravessadores e queijeiros locais.

No entanto é importante destacar o carácter parcial de intervenção dos órgãos de fiscalização sanitária, pois tais operações, em geral, tinham como principal foco os estabelecimentos especializados na produção de derivados do leite (laticínios, queijarias) não tendo, portanto, um efeito direto sobre a dinâmica interna da produção leiteira camponesa. Seus efeitos eram sentidos, de maneira mais direta, nas situações em que os estabelecimentos de seus compradores sofriam alguma averiguação sanitária, o que em algumas circunstâncias, poderia impossibilitar o pagamento, acumulado durante uma quinzena ou mês, dos seus respectivos fornecedores.

Na busca por alternativas que pudessem modificar esse cenário de incertezas os camponeses fizeram contato com um laticínio que tem sede no município de Açailândia e que já fazia coleta dos produtores de leite do povoado São João do Andirobal, o laticínio Bethe.

Com o apoio da associação de produtores locais, os assentados articularam uma reunião com um representante do laticínio Bethe para discutir as possibilidades e condições para a instalação de um tanque de resfriamento no assentamento. O resultado dessa reunião foi à instalação de um tanque de recepção de leite, no ano de 2007, que

fica localizado na *vila* e que ficou sob a responsabilidade da associação dos produtores locais.

A partir de então, vários outros compradores, entre eles atravessadores, laticínios e queijarias, procuraram também estabelecer relações com produtores de leite do PA São Jorge. No entanto, nenhum conseguiu se prolongar por um longo período, como no caso observado do laticínio Bethe²⁸, o que pode ser explicado pelas condições de pagamento estabelecidas por esse comprador que diferentemente da maioria dos outros compradores possui uma política de pagamento baseado na quinzena e pela relação de confiança construída junto aos assentados.

Outrossim, podemos afirmar que a alternativa de venda do leite para as indústrias de laticínios está intimamente ligada às intervenções institucionais de combate ao leite considerado “clandestino”. Pois esse tipo de relação comercial altera significativamente a organização econômica camponesa local, inviabilizando a criação de pequenos animais quando, na negociação, o “soro” do leite (que é utilizado para composição de alimentação suína) não é devolvido ao camponês.

Dessa maneira, por conta da fidelidade com os pagamentos e prazos e pela sensação de segurança, garantida pelo fato de esta ser uma empresa com registro nos órgãos de fiscalização e apreensão de estabelecimentos irregulares, os camponeses construíram uma relação de confiança com o laticínio Bethe que mantém um tanque de resfriamento no local há nove anos.

Apesar disso algumas exigências relacionadas ao transporte e refrigeração do leite são feitas aos produtores (principalmente aos que se relacionam com as indústrias de laticínios). Dessa maneira, os camponeses precisam, logo após a ordenha num período não superior a 02 horas, entregar o leite no tanque de resfriamento do laticínio, o que pode ser penoso para alguns camponeses, ou custar os serviços de um *freteiro*²⁹.

A empresa com mais potencial para substituir e retirar os fornecedores do laticínio Bethe foi a empresa Palate – que fica sediada em Imperatriz - que buscou se inserir no assentamento no ano de 2013. Contudo, essa inserção não foi exitosa, pois,

²⁸ Isso não implica dizer que o laticínio Bethe monopoliza o mercado de leite local. É importante destacar que em todas as etapas da pesquisa podemos observar a presença de diferentes compradores. Exemplo dos laticínios Palate, de atravessadores e de queijeiros. Podemos afirmar assim, que sempre houve um ambiente de concorrência acentuada pelos fornecedores de leite da região, possibilitada pela variação dos usos da pecuária leiteira no interior dos estabelecimentos familiares.

²⁹ Falaremos mais sobre esse agente na próxima seção deste capítulo: “3.3 A organização da produção e comercialização do leite no assentamento São Jorge”.

ocorreram dificuldades tanto do ponto de vista dos prazos como em relação a sua política de pagamento ao leite fornecido pelos camponeses.

Apesar de oferecer cinco centavos a mais em relação ao laticínio Bethe pelo litro do leite, a Palate possuía uma política de pagamento do leite baseada na qualidade do produto. Segundo nos relatou um camponês durante pesquisa de campo, a empresa possuía uma espécie de medidor de qualidade do leite que, no momento da entrega no tanque de resfriamento, identificava a presença de bactérias e, em algumas circunstâncias, de água no produto. O preço pago ao produtor dependia dessas variáveis e podia, assim, sofrer alterações. Dependendo da qualidade a empresa podia pagar um valor menor pelo litro, que pode variar entre 55 centavos e 85 centavos o litro, e até mesmo se recusar em receber a produção.

4.3 A organização da produção e comercialização do leite no assentamento São Jorge.

a) O papel do freiteiro na dinâmica produtiva leiteira

Para compreensão do funcionamento do sistema de produção e comercialização da produção leiteira do assentamento São Jorge, é de fundamental importância descrever alguns agentes centrais desse processo. Dito isto, faz-se necessário entender o papel do *freiteiro* na dinâmica da produção, logística e comercialização do leite no assentamento.

O *freiteiro* é um assentado que, a contrato da empresa de laticínios e com o auxílio de sua esposa, cuida do tanque de resfriamento que recebe e armazena a produção diária de leite. Ele se ocupa também do transporte do leite dos produtores, que, por conta da quantidade produzida e da distância, não podem entregá-lo no tanque, e faz o controle e registro da quantidade de leite entregue por cada produtor diariamente.

Para realizar as tarefas diárias de coleta de leite e manutenção do tanque de resfriamento, o *freiteiro* é pago pelo laticínio de duas formas, através de uma remuneração fixa de um salário mínimo e uma remuneração variável, de cinco centavos por cada litro de leite transportado dos camponeses do assentamento. Esse valor é descontado do pagamento, por litro de leite, feito pelo laticínio aos produtores de leite do assentamento.

Figura 2 – Veículo que faz o transporte do leite produzido no assentamento São Jorge.



Foto: Jonatha Carneiro, 2012

Depois de coletado e armazenado no tanque de resfriamento o leite é transportado através de um veículo especialmente adaptado para essa atividade, um caminhão isotérmico (Figura 2). A coleta da produção no tanque de resfriamento é feita, pelo veículo do laticínio Bethe a cada 02 dias e levado até o povoado denominado Quilômetro 30, Açailândia, onde fica a sede da empresa. Nesse momento, um funcionário do laticínio, com o auxílio do *freteiro*, faz o registro da quantidade de leite coletada no assentamento.

É importante destacar que o serviço de transporte do leite só é feito quando o produtor, considerando o aumento do ritmo de trabalho em determinadas épocas, o solicita junto ao *freteiro*. Foi possível observar, por exemplo, o caso de um camponês que fazia uso da alternativa de *entrega no curral*³⁰ na primeira visita ao campo em 2012. Quando fizemos nossa terceira e última viagem ao assentamento no final do ano de

³⁰ Nomenclatura local para designar o uso do serviço do *freteiro*, quando o camponês deixa os garraões de leite com a produção diária disponíveis em local visível e de fácil acesso, geralmente o cercado do próprio lote, para que o *freteiro*, ao passar pelo local, possa fazer o transporte e entrega no tanque de resfriamento.

2015 esse mesmo camponês, por conta da quantidade de leite produzida, considerada insatisfatória, preferiu não fazer uso do serviço, realizando a *entrega na plataforma*³¹, isto é, diretamente no tanque de resfriamento.

Figura 3 - *Freteiro* coletando leite



Foto: Jonatha Carneiro, 2012.

O uso dos serviços do *freteiro* é importante para os camponeses, pois possibilita uma maior autonomia na gestão de tempo do trabalho nos estabelecimentos agropecuários, permitindo ao produtor o investimento de sua força de trabalho em outras atividades, como o plantio de roça, a manutenção de um cercado ou pasto, segundo nos relatou o produtor 06:

Produtor 06: Por que, na verdade, a gente paga 05 centavos (por litro) pra ele (freteiro) ir pegar lá (a produção leiteira diária). Mas no final das contas eu ganho mais. Por que eu tiro o meu leite e estou liberado pra cuidar de outra coisa né? De outro serviço. Aí sempre pra deixar o leite aqui na vila (local onde fica o tanque de resfriamento), você perde muito tempo. E aí esse tempo, que venho deixar o leite aqui, eu estou trabalhando na minha roça. Fazendo uma coisa e outra lá na minha

³¹ Compreende casos de produtores que fazem o transporte e a entrega do leite direto no tanque de resfriamento, sem o auxílio do *freteiro*.

roça. Então eu achei melhor assim. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Dessa maneira, assim como no caso dos produtores de leite, a dinâmica e ritmo de trabalho do *freteiro* estão condicionadas às características climáticas dos diferentes períodos (seco e chuvoso) do ano. Há períodos do ano (inverno) em que é necessário contratar trabalho assalariado para auxílio no transporte do leite, pois, nesse período observa-se uma forte elevação da quantidade de leite produzida pelos assentados.

b) Influência do calendário e da sazonalidade da atividade agrícola para economia dos camponeses.

Como é destacado pela literatura que estuda a singularidade do trabalho agrícola (MENDRAS, 1978; GARCIA JUNIOR, 1989), uma de suas características é a sazonalidade e a necessidade de adequação do trabalho ao ritmo da natureza. O caso dos produtores do assentamento São Jorge não é diferente, de forma que a dinâmica de funcionamento da economia dos camponeses locais e a rotina de trabalho no âmbito do estabelecimento agropecuário são fortemente influenciadas pelo calendário climático, que, na região, diferencia-se entre o período (ou estação) seco (verão) e chuvoso (inverno³²), influenciando de forma significativa na qualidade e quantidade do leite produzido nos estabelecimentos familiares, na conformação dos preços pagos pelos laticínios por litro de leite e no ritmo de trabalho dos produtores e do *freteiro*.

Uma das questões centrais para economia dos produtores de leite locais é a sazonalidade da produção³³. Para os camponeses do assentamento existe uma clara distinção entre o período do inverno e verão. Nesse primeiro período, as condições climáticas favorecem a formação de um pasto de qualidade, uma alimentação mais abundante do rebanho bovino e, por conseguinte, o aumento na quantidade de leite produzido. De forma inversa, o verão é a época do ano em que tais condições desfavorecem a produção e a formação de um pasto considerado viável do ponto de vista dos produtores.

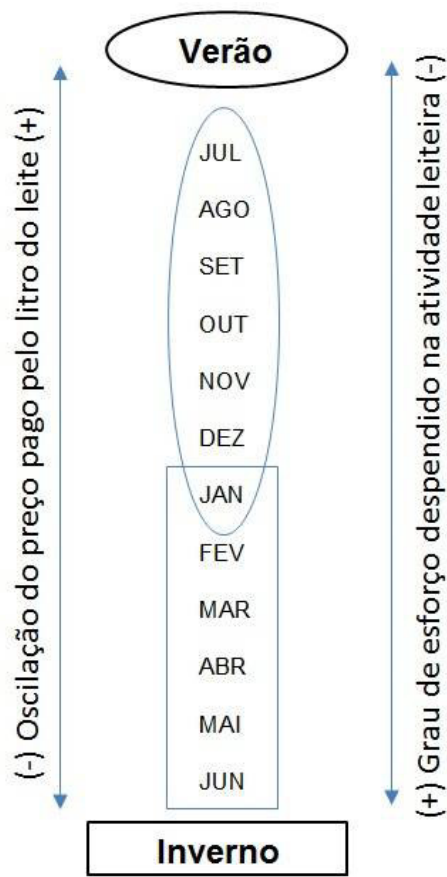
³² O período do *verão* começa entre os meses de *julho e agosto* ao passo que o *inverno* tem início entre os meses de *janeiro e fevereiro*.

³³ A época do verão significa uma menor quantidade de leite produzida diariamente, menor quantidade de esforço despendido pelos produtores de leite, e menor esforço realizado pelo *freteiro*. Época do inverno significa uma maior quantidade de leite produzida diariamente, e, portanto, um maior esforço a ser efetuado pelos produtores de leite e pelo *freteiro*.

Nesse sentido a dualidade entre inverno/verão comanda o ritmo do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e influencia, de forma significativa, na produção e dinâmica econômica da indústria leiteira local. No período do inverno, por exemplo, o preço pago, pelo laticínio, por litro de leite sofre uma diminuição considerável, época em que a produção de leite local encontra-se em crescimento. Tal conformação econômica sofre uma dinâmica contrária no período do verão, época em que a qualidade dos pastos diminui, o preço do litro do leite sofre aumento e há pouca produção diária.

O preço pago pelo litro do leite chega a um valor de R\$ 0,85 centavos entre os meses de novembro e dezembro, ou seja, no final do verão. Esse valor sofre uma diminuição considerável, chegando até R\$ 0,55 centavos por litro, nos meses de maio e junho, período que demarca o fim do inverno.

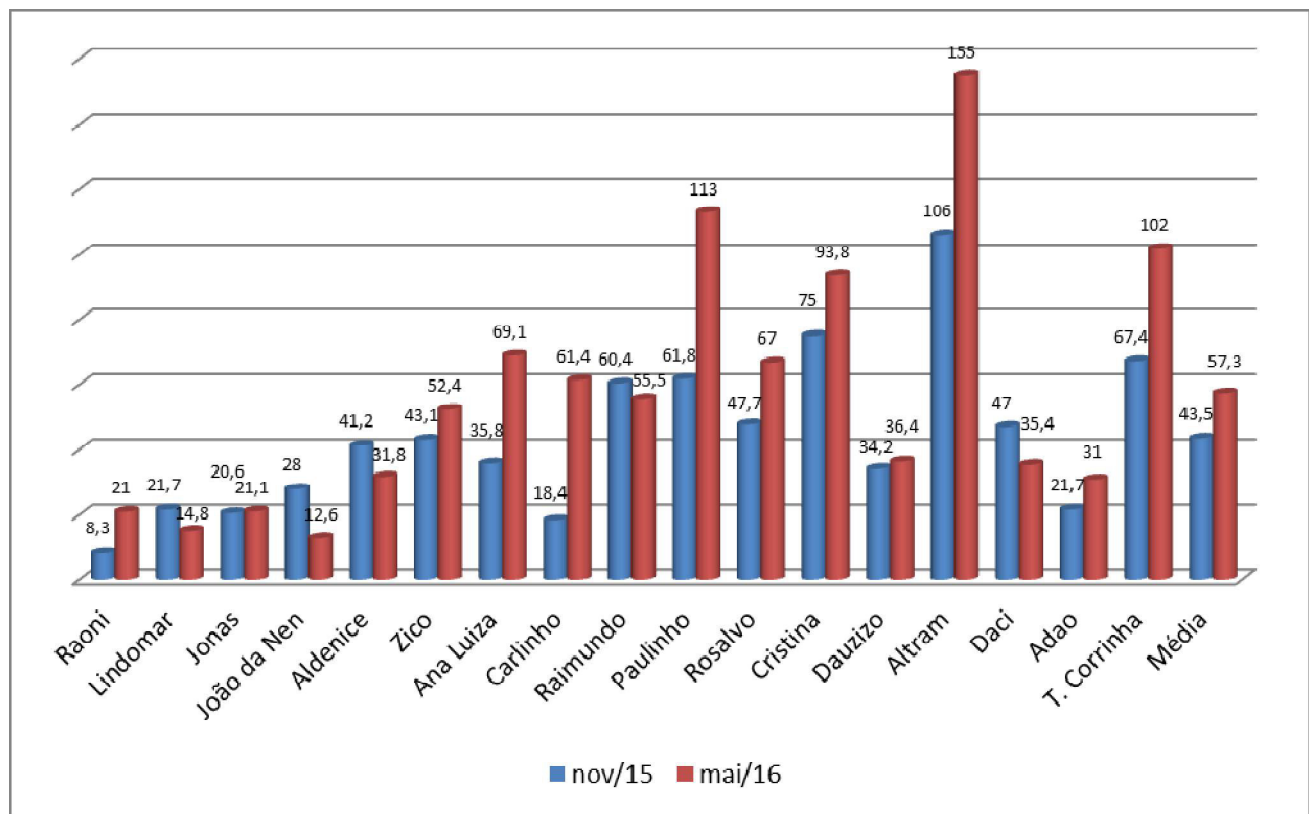
Diagrama 02: Calendário agrícola e organização do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Não só os rendimentos com a produção de leite sofrem alterações durante as épocas do ano. Os camponeses orientam e reorientam sua rotina de trabalho em torno da sazonalidade climática e econômica pelas quais são submetidos. No período do inverno, por exemplo, o tempo dedicado à ordenha precisa ser maior do que no período do verão e o auxílio do *freteiro* para o transporte do leite depende, ao mesmo tempo, da quantidade da produção diária do leite.

Gráfico 05: Comparação da produção média diária de leite por assentado do PA São Jorge (Novembro 2015 e Maio 2016).



Fonte: Pesquisa de campo

O gráfico acima mostra a quantidade produzida por produtor do assentamento São Jorge, tendo como parâmetro as condições climáticas do ano (verão/inverno). Através dele podemos observar que no período do inverno a produção é maior em relação ao período do verão. Em média no verão (novembro) a produção diária de leite sofre uma queda de 13,8% em relação ao período do inverno (maio).

Quando analisamos, através do gráfico 05, os casos dos produtores com maior quantidade produtiva diária (Altram e Paulinho) é possível afirmar que existe entre estes produtores uma tendência à especialização produtiva, tendo em vista a dimensão média dos lotes no assentamento serem de 50 hectares. Tivemos a oportunidade de conversar com Sr. Altram, por exemplo, que possui um lote de 75 hectares, dos quais aproximadamente 50 hectares são ocupados com pasto pro gado e, cerca de 13 hectares, são dedicados a atividade agrícola (roça).

4.4 A economia camponesa e a divisão do trabalho entre agricultura e pecuária nos estabelecimentos familiares do assentamento São Jorge.

Demonstramos nos tópicos anteriores como alguns elementos de caráter econômico e ambiental orientaram as mudanças na organização dos estabelecimentos familiares do assentamento São Jorge, com destaque para o desenvolvimento da atividade pecuária que aparece como uma das dinâmicas e forças mais recentes, fundamentais para sua atual conformação.

Quando realizamos nossa primeira viagem ao assentamento São Jorge no ano de 2012, a pecuária de leite estava em pleno desenvolvimento e representava uma das principais alternativas econômicas locais³⁴. Ao mesmo tempo, algumas culturas tradicionais desses agricultores, como cultivo do arroz e feijão, encontravam-se em processo de declínio, por conta principalmente, das mudanças ambientais (infertilidade da terra para o cultivo do arroz) e de mercado (oscilação no preço da farinha).

Na nossa última visita de campo ao assentamento, no segundo semestre do ano de 2015, observamos que os agricultores familiares do assentamento São Jorge, além da produção leiteira, conjugavam um conjunto de outras atividades que envolvem o cultivo de produtos agrícolas (arroz, mandioca, milho e feijão), a criação de pequenos animais (suinocultura e avicultura) e a produção de hortaliças.

Apesar disso, a forte presença da pecuária leiteira no assentamento e a sua importância na composição da renda monetária desses camponeses nos permite afirmar

³⁴ É importante destacar as limitações no levantamento das informações e no contato com os principais agentes nesta etapa da pesquisa, considerando (como demonstrado no “apêndice” desta dissertação) nossa rede de relações restrita nesse momento da investigação.

que esta atividade econômica aparece como a principal alternativa de comercialização e é fundamental na complementação da renda dos grupos familiares locais.

Minha avaliação é que o gado está sendo o carro-chefe de emprego e renda pra boa parte das famílias que mora aqui. Não é todo mundo, mas boa parte das famílias que mora aqui vive dessa questão aí. É o leite, da venda de um bezerro. Não é a atividade única, eles têm lá o plantio de milho, feijãozinho, é esse aí o complemento. Mas, de quinze em quinze dias, todos fazem sua dívida pra pagar com aquele dinheiro do leite, certo? (Entrevista com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento São Jorge, Luiz Gonzaga, em 25 de novembro de 2012).

Ao mesmo tempo, atividades ligadas ao plantio de mandioca e de grãos como o arroz, feijão e milho, a produção de hortaliças e a criação de animais como a suinocultura e avicultura funcionam como fonte de subsistência desses grupos familiares, sendo comercializados eventualmente.

Compreendemos assim a organização econômica dos grupos familiares presentes no assentamento São Jorge a partir de sua inserção em múltiplas atividades, o que permite uma maior autonomia e capacidade de ajustamento desses produtores a diferentes contextos econômicos e a manipulação diversificada de sua força de trabalho, meios de produção e rendimentos.

Nesse sentido, é possível afirmar que as unidades produtivas em estudo respondem ao que Carneiro (1999) chamou de pluriatividade do núcleo familiar, pois tais camponeses são capazes de garantir a manutenção de suas formas tradicionais como forma de autonomia em relação às influências internas e, ao mesmo tempo, incorporar novos valores e se ajustar a processos de mudanças sociais, econômicas e ambientais em um espaço de negociações e tensões.

Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada - de indivíduos e valores - mas sim como uma estrutura **flexível, plástica**, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Em suma, aceitar esta noção de família e reconhecer a ideia de **dinâmica** é fundamental para se evitar o risco de estabelecermos classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua **flexibilidade** e vulnerabilidade. No entanto, essa dinâmica não pode ser entendida meramente como um conjunto de condições de ordem econômica, cultural e política que determinariam rigidamente o espaço da agricultura familiar. Do nosso ponto de vista, é necessário levar em conta a **dinâmica interna**, atribuída pelo próprio caráter familiar da organização social, que possibilita a essa forma social uma certa margem de **autonomia** na formulação das **estratégias reprodutivas** e na articulação com as condições externas. É importante enfatizar que a ideia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem implementadas pelo grupo familiar nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre relações de trabalho e laços de parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social. É nesse contexto que o recurso a práticas pluriativas deve ser entendido. (CARNEIRO, 1999, p. 03)

Essa pluriatividade (CARNEIRO, 1999) das unidades produtivas do assentamento São Jorge pode ser explicada por diversos fatores ligados a organização do arranjo produtivo local, a capacidade de ajustamento da agricultura camponesa em distintos contextos socioeconômicos tendo em vista sua organização interna e a possibilidade de utilização da chamada “força de trabalho marginal”, não transferível, de mulheres e crianças (TEPICHT, 1973 *apud* FARIA, 2001).

Durante pesquisa de campo percebemos que, além da organização do arranjo produtivo leiteiro local favorecer a constituição de um campesinato polivalente e diversificado (como demonstrado no Capítulo III desta dissertação) a “feira de Cidelândia³⁵” aparece como um elemento central para conformação da estrutura econômica dos assentados em estudo, pois através dela, além do queijo, diversos produtos podem ser comercializados nos finais de semana como derivados da mandioca, cheiro verde, maxixe, quiabo, etc...

Da mesma maneira a organização econômica dos assentados responde a uma divisão social do trabalho bem delimitada. Ambas as atividades (pecuária e agricultura) possibilitam a utilização da força de trabalho de todos os membros da unidade familiar. O trabalho no âmbito do estabelecimento agropecuário permite assim a participação tanto de mulheres como de crianças.

As atividades relacionadas à produção leiteira, consideradas mais “penosas”, como os cuidados com o rebanho, a manutenção do pasto ou de um cercado é estritamente masculina/adulta³⁶. No entanto, durante pesquisa de campo foi possível observar o considerável envolvimento de crianças na atividade leiteira tanto no momento da ordenha, como no auxílio para entrega do leite no tanque de resfriamento para laticínios.

³⁵ Zanini (2015) demonstra a importância das feiras para a organização econômica camponesa. Segundo a autora, as feiras possibilitam a troca entre o camponês, o mercado e a cidade.

³⁶ É importante ressaltar que durante nossa pesquisa de campo foi possível conhecer uma família em que a mulher (com auxílio dos filhos e filhas) cuidava do rebanho, fazia a ordenha e entrega do leite no laticínio, pois seu marido, por conta de problemas de saúde, não podia assumir tais atividades.

Figura 4 - Filho de camponês “tirando leite”



Foto: Jonatha Carneiro, 2015

Essa participação diferenciada de membros da família, em termos sexuais (homem/mulher) e geracionais (jovens/adultos/velhos) também se observa na fabricação de queijo, que é realizada por algumas das famílias entrevistadas. A fabricação de queijos consegue envolver desde crianças até mulheres durante seu processo de produção.

A fabricação de queijo é considerada uma atividade “leve”, pois, consiste na retirada do soro (utilizado para alimentação animal) do leite. Após esse processo o leite estará coalhado e pronto para se transformar em massa de queijo. O camponês, então, bate a massa e aguarda “ficar no ponto”. Após esse processo é só cozinhar a massa pronta.

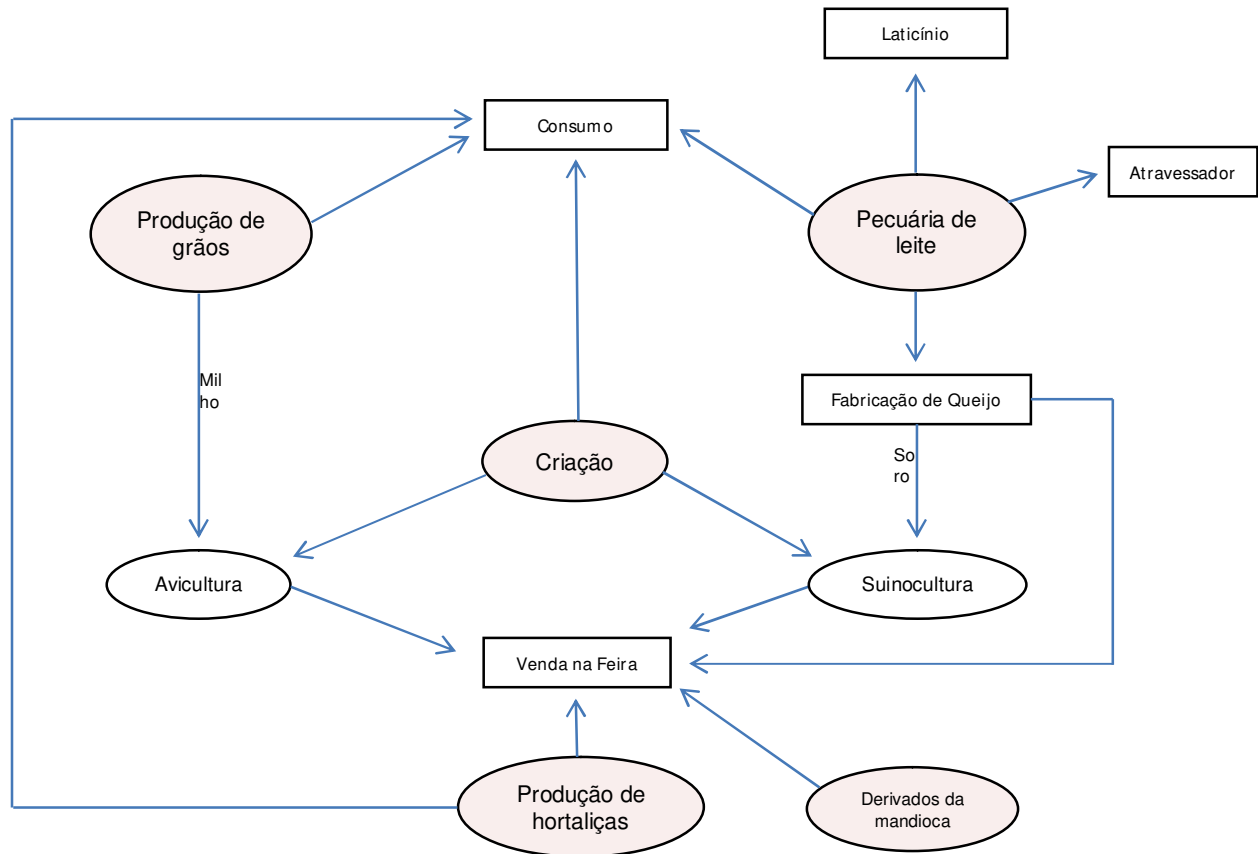
Além do envolvimento no processo de fabricação de queijos e do trabalho usualmente conhecido como “trabalho doméstico”, a produção de hortaliças, para consumo e venda na feira, se configura como uma atividade considerada “própria” das mulheres no âmbito dos estabelecimentos familiares. Foi possível observar que as mulheres também trabalham junto com os homens na roça (atividade considerada mais penosa). Porém, nesse espaço, como dizem os camponeses, as mulheres apenas “ajudam”. *Eu ajudo ele. Não faço é roçar, mas ajudo. Se puder prender um bezerro eu*

prendo. Se eu puder dá água pro gado eu dou. (Entrevista com Fagna, esposa do produtor 02, em 25 de novembro de 2012).

Dessa maneira a economia dos camponeses do assentamento São Jorge se sustenta a partir da articulação de diferentes atividades, dentre as quais se destacam a produção de leite, de grãos, de hortaliças e a criação de pequenos animais (suínos e aves), cujos resultados se orientam para o consumo do grupo familiar ou a venda em diferentes circuitos mercantis, de acordo com o princípio da alternatividade (GARCIA JUNIOR, 1983):

A alternatividade das lavouras de subsistência, entre ser vendida ou consumida, permite atuar diante das flutuações dos preços do mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto ao consumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas. (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 129)

Diagrama 03 – Configuração esquemática da organização econômica dos camponeses do assentamento São Jorge.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar ainda, através do diagrama, que a organização econômica desses agricultores passa pelas matrizes: pecuária, produção agrícola (grãos e mandioca) e a criação de pequenos animais (suinocultura e avicultura). Essas atividades funcionam de forma interdependente, pois a produção de leite possibilita a criação suína, ao mesmo tempo em que a produção de milho é utilizada para alimentação de aves (avicultura).

4.5 A produção camponesa de leite e sua inserção em diferentes circuitos de comercialização.

No tópico anterior demonstramos como a organização econômica das unidades camponesas do assentamento São Jorge responde a uma diversificação que sugere a combinação da agricultura, pecuária e criação de animais, o que viabiliza aos

camponeses locais, ao mesmo tempo, uma maior autonomia em relação sazonalidade da natureza e as oscilações de mercado.

É possível dizer, ao mesmo tempo, que a organização econômica dos camponeses em estudo passa pelos diversos modos de gerir o rebanho leiteiro no interior dos estabelecimentos agropecuários, seja no autoconsumo doméstico, na venda aos laticínios e atravessadores, ou quando, em determinados momentos o camponês alterna entre a venda, consumo e ou fabricação de queijo. Dessa maneira, produção leiteira local responde ao que Tepchit (1973) *apud* Costa (2012) chama de consumo direto (autoconsumo doméstico) e consumo produtivo da família (quando o camponês desloca o produto *in natura* para a fabricação de queijos, por exemplo).

Nesta seção faço uma análise da inserção dos camponeses em diferentes circuitos de comercialização, sejam eles longos (caso da venda para laticínios) ou curtos (caso da venda direta, para atravessadores e queijeiras) destacando a diversidade nos usos da produção leiteira e a capacidade de ajustamento deste segmento econômico a diferentes ambientes econômicos e as mudanças climáticas.

Dessa maneira, destacamos alguns elementos centrais, relacionadas à produção leiteira, que nos permitem fazer generalizações. Para isso destacamos alguns casos em potencial observados durante pesquisa de campo que exemplificam essa diversidade nos modos de gerir o estabelecimento familiar e a produção leiteira durante um ano ou período mais prolongado.

4.5.1 Comercialização com laticínios.

A produção leiteira do assentamento São Jorge possui uma dinâmica, induzida pelas forças ambientais e de mercado, flexível do ponto de vista dos preços e da qualidade da produção. Essa característica possibilita ao produtor de leite local, um cenário de constante mudança nos rendimentos e ritmo de trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários.

Esse ambiente econômico flexível e dinâmico, no entanto, não significa dizer que não existam camponeses que, no âmbito da atividade leiteira, optem por um uso considerado mais “especializado” como é o caso daqueles que comercializam o leite diretamente com os laticínios.

Foi possível observar, durante a realização do trabalho de campo, por exemplo, produtores que ao longo de todas as etapas da pesquisa (2012 / 2013 / 2015) mantiveram uma relação de comercialização com o laticínio Bethe (presente no

assentamento desde o ano de 1997, maior período que um laticínio ficou na região), ao passo que também foi possível identificar produtores que não mantiveram essa relação, pois, em nossa segunda visita ao assentamento, em outubro de 2013, o laticínio Bethe coletava a produção de leite de 27 camponeses locais, ao passo que, em novembro de 2015 essa estimativa caiu para o número de 21 produtores³⁷.

A venda do leite para os laticínios se tornou uma opção viável para os produtores de leite local, pois, significa uma renda regular e segura por conta da relação de confiança que os camponeses construíram com o laticínio Bethe. Todavia, esse tipo de comercialização apresenta um inconveniente, pois, quando os camponeses vendem para os laticínios eles ficam impossibilitados de utilizar o soro do leite. (CARNEIRO, 2014).

Na venda para os laticínios um subproduto do leite – o soro – não é devolvido ao agricultor, o que impossibilita sua utilização (para composição alimentar) na atividade de criação animal (suinocultura). De acordo com os produtores estudados o “soro” representa cerca de 80% da alimentação animal, sendo que na sua ausência a produção suína se torna inviável.

Por conseguinte, a venda para os laticínios vem se constituindo como uma alternativa viável e de preferência de muitos produtores locais. Sua considerável aceitação no assentamento pode ser explicada pelo recente histórico de frustradas tentativas de comercialização com alguns atravessadores que tiveram suas mercadorias apreendidas pelos órgãos de fiscalização e pela sensação de segurança que o laticínio Bethe oferece, por conta do registro no selo de inspeção sanitária e regularidade nos pagamentos.

No entanto, a venda para os laticínios inviabiliza a reprodução da suinocultura e fabricação de queijos tornando o estabelecimento familiar mais suscetível à especialização e, conseqüentemente, as oscilações do mercado.

4.5.2 Comercialização com atravessadores

A comercialização com os atravessadores aparece como alternativa para os produtores de leite do assentamento por algumas razões específicas, que dizem respeito ao preço pago pelo leite, considerado mais vantajoso para alguns camponeses, à

³⁷ Essa queda pode ser explicada pelo fato de que em nossa última viagem, no mês de novembro, as condições climáticas respondiam a um nível elevado de seca.

possibilidade de reprodução da suinocultura e o adiantamento do pagamento feito pelo atravessador.

Como vimos anteriormente, a experiência dos produtores do assentamento São Jorge na comercialização com os chamados atravessadores produziu uma espécie de desconfiança e insegurança em relação a estes compradores. No entanto, essa ainda é uma alternativa de comercialização possível de ser encontrada entre os camponeses locais. Alguns consideram viável esse tipo de negociação por que permite a reprodução da atividade de criação animal (suinocultura) e viabiliza uma maior flexibilidade na negociação de preços e prazos de pagamento, por se tratar de uma relação direta entre comprador e fornecedor.

Diferente do sistema de entrega para o laticínio, os atravessadores passam a cada dois dias no lote dos fornecedores (agricultores) para coleta do leite produzido. Este permite que o produtor retire o “soro” do leite que é, como demonstramos, um importante elemento para composição da alimentação animal (suína).

Essa relação direta entre fornecedor e comprador permite ainda que o camponês negocie preços e adiante pagamentos. Caso de um camponês que nos relatou durante visita ao seu estabelecimento que uma das principais vantagens em comercializar com atravessadores está relacionada à possibilidade de adiantar pagamentos durante uma quinzena, situação inviável no caso da venda pros laticínios.

4.5.3 Fabricação de queijos

A fabricação de queijo caseiro tem sido uma alternativa importante para a organização e inserção econômica da agricultura camponesa. De acordo com Carneiro (1992) esta atividade exerce um importante papel na dinamização das atividades produtivas consideradas “marginais”, o que têm viabilizado uma maior rentabilidade no âmbito da produção agrícola.

Durante pesquisa de campo não observamos a presença de um grande produtor de queijos, mas existem alguns camponeses que optam pela fabricação do produto por conta principalmente da oscilação no preço do leite, e na possibilidade de investimento na atividade de suinocultura.

Visitamos um produtor de queijo do assentamento que havia começado a trabalhar nesse ramo à aproximadamente seis meses, antes esse camponês comercializava a produção de leite com os laticínios. Um dos principais fatores que o

levaram a investir na fabricação está relacionado à possibilidade de criar animais e aos rendimentos, considerados mais satisfatórios, em relação à venda do leite.

O queijo fabricado nesses estabelecimentos é comercializado para os produtores locais, nas feiras de final de semana e para comerciantes de Cidelândia. É importante destacar a importância das relações de reciprocidade estabelecidas entre o queijeiro e os camponeses locais que possibilita a construção de um ambiente favorável de confiança enraizada nas conversas em torno da qualidade e no “gosto” do produto. Como nos relataram alguns assentados durante pesquisa de campo, *“o queijo do homem é bom, eu sempre compro com ele por que é muito bom”*.

Além do “queijeiro em tempo integral” podemos observar que existem no assentamento aqueles camponeses que durante as épocas consideradas mais “penosas” utilizam a fabricação e venda de queijos como estratégia para fugir das oscilações de mercado. Essas estratégias não são constantes e nem podem ser previsíveis ou regulares, pois estão condicionadas às mudanças no ritmo e no preço pago pelo litro de leite.

Entrevistamos uma assentada, por exemplo, que nos explicou que a escolha entre vender o leite para o laticínio e/ou utilizar o produto para fabricação de queijos está intimamente ligada à oscilação do preço do litro do leite e a capacidade produtiva do rebanho bovino no percurso do ano.

Produtor 13: Aí quando diminui... Quando ela [produção de leite] tá dando de dez, quinze litros, até vinte, vinte e cinco, nós bota no laticínio. Aí quando é de quinze pra baixo aí faz o queijo. Nós usa [o queijo] pro nosso gasto e a gente vende dia de sábado na feira. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

A fabricação de queijos pode representar, então, uma estratégia que é acionada pelos camponeses quando a combinação entre a capacidade produtiva do rebanho e o preço pago pelos laticínios é considerada insatisfatória. Esse produto pode ser vendido, tanto entre os assentados como na chamada “feira de Cidelândia” nos finais de semana.

Portanto, na nossa análise, a compreensão da organização econômica dos camponeses do assentamento São Jorge passa, ao mesmo tempo, pela explicação dos distintos modos de gerir a produção leiteira, seja no autoconsumo doméstico, na venda aos laticínios ou atravessadores, na fabricação de queijos ou quando, em determinados momentos o camponês alterna entre a venda, consumo e ou fabricação de queijo, e no papel das atividades alternativas de criação de pequenos animais, cultivo de produtos agrícolas e na produção de hortaliças, ambos para o consumo e comercialização eventual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de estruturação da economia camponesa na microrregião de Imperatriz remonta aos anos 1950, com o processo de abertura da rodovia Belém-Brasília e a chegada de um importante contingente de migrantes na região. Em período mais recente esse movimento foi fortalecido por um conjunto de ocupações de terras, desencadeadas a partir da segunda metade dos anos 1980, que deram origem a inúmeros assentamentos de reforma agrária na região.

Além da dificuldade no acesso a terra, marcada pela forte concorrência com a atividade agropecuária e a indústria de reflorestamento presentes na microrregião de Imperatriz, outros fatores mais relacionados com aspectos produtivos, dificultam a reprodução desse campesinato tais como a ausência de assistência técnica, a má localização dos assentamentos, a dificuldade no acesso aos recursos hídricos e a má qualidade do solo que caracteriza algumas áreas desapropriadas.

Os resultados da pesquisa aqui apresentada mostram como os camponeses da região estão lidando com um desses obstáculos, que envolve a necessidade de adaptação à um conjunto de normas e exigências que estão relacionadas não somente a fatores ligados a produção agroalimentar, principal preocupação de nosso estudo, mas também a uma nova concepção da legislação ambiental, com as exigências relacionadas com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Portanto, podemos afirmar que a história de ocupação e consolidação do assentamento São Jorge espelha de forma exemplar às transformações vivenciadas pelos camponeses e os principais obstáculos que são colocados à reprodução desse grupo social na microrregião de Imperatriz. De posseiros sem terra à assentados de Reforma Agrária os produtores em estudo estão envolvidos, atualmente, em uma cadeia produtiva altamente exigente do ponto de vista da qualidade e higiene.

Vimos que o sistema produtivo leiteiro passou por algumas mudanças em âmbito nacional, resultantes principalmente do fim do controle dos preços do leite por parte do Estado e da comercialização aberta com países vizinhos. Essas mudanças impactaram diretamente a questão sanitária desse produto, sobretudo, a higienização nas fases de coleta e transporte. Dessa forma, todos os agentes envolvidos na produção láctea tiveram que se adequar às normas estabelecidas pelas instruções normativas 51 e 62. Isso atingiu diretamente os camponeses que tinham o leite como um dos principais

produtos da renda, na medida em que tiveram que se ajustar às novas exigências de qualidade, assumindo uma postura competitiva no mercado.

Tais exigências podem ser sentidas, de maneira mais genérica, quando se estabelece um quadro de distinção baseada em elementos de mercado, onde as chamadas *queijeiras* carregam um estigma, alimentado pelas campanhas de conscientização contra o leite produzido na informalidade, reafirmado o caráter *clandestino* desses estabelecimentos (grande parte de agricultores camponeses).

De maneira mais específica podemos afirmar que tais mobilizações além de impulsionar uma reelaboração das formas tradicionais de comercialização, onde muitos produtores se viram na necessidade de descolar a produção leiteira para outros compradores – indústrias de laticínios - (tendo em vista a instalação de um clima social de incertezas na relação entre os camponeses e os compradores considerados *clandestinos*), implicam para os camponeses do assentamento São Jorge, numa situação de ruptura com elementos fundamentais referentes à sua organização econômica interna (pois dificulta a criação suína).

No entanto, a relação dos camponeses do assentamento São Jorge com a indústria do setor leiteiro da microrregião de Imperatriz demonstra a capacidade deste grupo social em ajustar-se a distintas situações, que envolvem mudanças no âmbito da economia e das condições climáticas.

Os distintos fatores que influenciam no funcionamento da produção e comercialização leiteira local incidem num cenário de constantes mudanças, sejam elas econômicas ou climáticas ancoradas sobre a estruturação de um arranjo produtivo local fragmentado internamente, que envolve a participação de diferentes agentes econômicos, e favorece a constituição de um cenário de constante disputa pelos fornecedores de leite.

Dessa maneira, os diversos circuitos de comercialização que envolve a produção leiteira regional (venda direta, para atravessadores, queijarias e laticínios) e os diversos usos da matéria prima no interior dos estabelecimentos agropecuários (consumo, venda, insumo para alimentação animal, fabricação de queijo), viabilizam a estruturação de um cenário de diferentes alternativas de comercialização do leite, possibilitando ao mesmo tempo, uma maior autonomia dos assentados frente às mudanças externas.

A reprodução de culturas tradicionais como o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca e as diversas sinergias que os agricultores fazem entre a produção de leite, o

plântio de grãos e a criação de pequenos animais representam um importante elemento no equilíbrio econômico das unidades camponesas locais, tornando-as menos suscetíveis as oscilações de mercado e a especialização.

Os laticínios representam um importante agente de comercialização leiteira local, sendo a principal alternativa de venda da produção, no entanto, vale destacar que os camponeses em estudo não estão “presos” a qualquer indústria ou outro comprador, pois não existe nenhum tipo de contrato de fidelidade estabelecido entre a empresa e os camponeses. Estes possuem autonomia para vender a produção leiteira em quaisquer momentos e alternar entre as diferentes alternativas de venda regional.

Tivemos a oportunidade de conversar com alguns produtores, por exemplo, que em nossa primeira viagem comercializavam a produção leiteira com as industriais de laticínios. Estes mesmos camponeses, em outras etapas da pesquisa, utilizavam outros canais de comercialização (venda pra queijeiros ou atravessadores) ou deslocavam parte da produção leiteira para a fabricação de queijos.

Por conta disso, verificamos uma mudança nos fornecedores de leite para os laticínios e um alto grau de saída e entrada de um mesmo camponês nos registros de controle de recebimento de leite da indústria processadora presente na região durante um mês ou no percurso de um ano. A venda para os laticínios se transforma, assim, em uma alternativa que é acionada pelos camponeses quando considerada favorável.

Isso não quer dizer, ao mesmo tempo, que não existam dificuldades oriundas dessa relação, pois na comercialização com as indústrias de laticínios, além da ruptura com atividades tradicionais de criação de pequenos animais, estes camponeses precisam se ajustar a uma rotina diária de trabalho e transporte do leite que muitas vezes, por conta dessa periodicidade, se torna penosa.

Durante as observações diretas e a análise dos dados para elaboração deste trabalho, observamos que existe entre alguns produtores uma tendência à especialização (principalmente em relação aos camponeses que se relacionam com os laticínios). No entanto, as informações obtidas junto a esses camponeses não nos dão sustentação para precisar os elementos que influenciam para constituição deste cenário. Entendemos que uma análise mais profunda da propriedade, do rebanho e da trajetória desses produtores, seria necessária, pois através desta, teríamos os elementos fundamentais para inferir conclusões mais contundentes.

Apesar do perigo da especialização que uma relação de exclusividade com os laticínios representa, podemos afirmar que agricultura camponesa da região vem

conseguindo contornar esse problema, através da utilização da produção leiteira para diferentes fins (venda, insumo para alimentação animal e fabricação de queijos) e da utilização de diferentes circuitos de comercialização (laticínios, venda direta, queijeiras), o que tem favorecido a reprodução de um campesinato com uma forte capacidade de autonomia .

Diante disso, podemos afirmar que a inserção desses camponeses em uma cadeia produtiva altamente exigente do ponto de vista da qualidade e higiene, demonstra não somente a capacidade deste segmento econômico em ajustar-se a diferentes situações, mas reafirma, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de uma agricultura camponesa dinâmica, autônoma e polivalente.

Acreditamos que as conclusões inferidas neste trabalho, mesmo que focalizadas em uma realidade específica, dialogam e contribuíram para as discussões mais gerais a respeito da relação do campesinato brasileiro com o mercado industrial.

Esperamos, assim, que nossa pesquisa possa contribuir para alimentar uma discussão mais profunda e séria a respeito das possíveis ações que poderiam ser tomadas no enfrentamento das diversas dificuldades pelas quais passa o campesinato maranhense. Pois, como sugere Carneiro (2009), uma das funções da pesquisa sociológica é subsidiar o poder público com informações de boa qualidade, viabilizando a tomada de ações eficazes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José de Morais. O comportamento do produtor rural da região de Imperatriz-MA diante da legislação ambiental. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará. Belém, 2005. 190 fls.

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Lições da Aula. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Principes d'une anthropologie economique. In: _____. Les structures sociales de l'economie. Paris: Ed. du Seuil, 2000.

BRAGA, Camila Lago. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um estudo de caso na comunidade rural Cinturão Verde em São Luís/MA. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

CAPELLESSO, José Adinor; CAZELLA, Ademir Antônio. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região extremo oeste catarinense. Revista sustentabilidade em debate, v.6, n.2, p. 33-50. Brasília, 2015.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARNEIRO, Jonatha F. Produção familiar e indústria leiteira: a inserção dos produtores de leite do assentamento São Jorge no APL da pecuária de leite da MRH de Imperatriz. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: CARNEIRO, M.D.S.; COSTA, W.C. da (Org.). A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís, 2009, p. 29-36.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Relatório Final do Projeto de Pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira. São Luís, 2013a.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, trabalho e poder: conflitos e luta sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo, Annablume, 2013b.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. Revista Sinais Sociais, v. 10, n. 29, p. 129-149. Rio de Janeiro, 2015.

- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. Artigo apresentado no 16º encontro da ANPOCS. Caxambu, 1992.
- CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. Artigo apresentado no Seminário o Novo Rural. Unicamp, São Paulo, 1999.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. (org) A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012.
- COUTO, Xoán C. S. A adoção de práticas agroecológicas por camponeses: estudo de caso no oeste maranhense. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- DÜRR, João Walter. Como produzir leite de qualidade. Brasília: SENAR, 2012.
- DÜRR, João Walter. Programa nacional de melhoria da qualidade do leite: uma oportunidade única. In: DURR, J.W., CARVALHO, M.P., SANTOS, M.V. O Compromisso com a Qualidade do Leite. Passo Fundo: Editora UPF, 2004, v.1, p. 38-55.
- FARIA, A.M.M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. Revista de Estudos Sociais Cuiabá - MT, v. 6, n.06, p. 45-58, 2001.
- FRANKLIN, Adalberto. Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.
- GARCIA JR, Afrânio R. Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989.
- GARCIA JR, Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. C. B. (Org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos: Edufscar, 2009.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Plano de Consolidação dos projetos de assentamento São Jorge e Itaiguara: relatório final, v. 1. Brasília, DF, 2006.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert S. A. 1968.
- KELLER, Francisca I. Vieira. O homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito. Revista de História, 102, p. 665-709. São Paulo, 1975.

- KELLER, Paulo F. Cadeia de Valor. In: CATTANI, A.D. & HOLZMANN, Lorena. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a.
- KELLER, Paulo F. Verbete Arranjo Produtivo Local. In: CATTANI & HOLZMANN (orgs) Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.) A agricultura familiar: I – Uma realidade multiforme. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.
- MATTOS JUNIOR, J. S. Resistências e Rupturas: as experiências do Assentamento Entroncamento - Itapecuru MA. In: III Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento e transformações Sócio-espaciais, 2007, Porto Alegre. III Grupo de Pesquisa, 2007. v. 1.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975. cap. III, p. 43/50.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MESQUITA, Benjamin Alvino de; SÁ SILVA, José de Ribamar; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Fatores propulsores da expansão recente da agricultura capitalista no Maranhão. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2009.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Instrução Normativa 51 de 18 de Setembro de 2002. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>. Acesso em 14 Janeiro 2014.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO- MAPA. Instrução Normativa 62 de 18 de Dezembro de 2011. Disponível em [http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62_2011\(2\).pdf](http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62_2011(2).pdf). Acesso em 14 de Janeiro de 2014.
- NAVARRO, Z; CAMPOS, S.K. (Org.). A pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro. Ganhar tempo é possível? Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.
- PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamin Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia. Brasília: Editora UNB, 2004.
- PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- RAMALHO, J. R.; ESTERCI, Neide. A resistência em Campo Minado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 25-32, 1996.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Wolfgang Sachs. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, José Graziano da. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, Z. F.; CAVALCANTE, A. A.; BENTO JUNIOR, F. A.; SOUSA, S. R.; LOIOLA, M. L. Características do sistema de produção de leite da Microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Revista de Ciências Agrárias, v. 55, n. 2, p. 92-97, abr./jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2012.047>

SLUSZZ, T.; PADILHA, A. C. M.; MATOS, P.; SILVA, T. N. O impacto da instrução normativa 51 no sistema agroindustrial do leite no Rio Grande do Sul: uma análise na Elegê Alimentos S/A e na cooperativa Languiri Ltda. Anais do XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza, 2006.

SOUZA, Raquel Pereira. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. Tese de Doutorado (Instituto de Economia da UNICAMP), 2011.

THOMPSON, Paul. 7. A entrevista. In: A voz do passado – História oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 62-87. Rio de Janeiro, 2003.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis. São Leopoldo: Oikos, 2015.

APÊNDICE

1. Descrição do trabalho de campo

A pesquisa de campo se deu em duas etapas. A primeira foi realizada no início da investigação³⁸, momento em que estávamos construindo nossas primeiras hipóteses. Esta foi uma etapa mais exploratória. Na segunda etapa tínhamos um esboço de questões e um caminho teórico parcialmente traçado, o que nos possibilitou a demarcação do campo empírico e a definição das principais perguntas norteadoras da pesquisa.

No total foram realizadas 03 viagens ao assentamento São Jorge, a primeira no ano de 2012, a segunda 2013, e a última visita foi feita no final de 2015. Esta última viagem corresponde ao período de construção desta dissertação ao passo que as viagens anteriores foram realizadas durante minha trajetória no curso de graduação em Ciências Sociais.

É importante dizer que as conclusões inferidas nesta dissertação foram resultado de um processo de conhecimento, tanto empírico como teórico e que envolvem minha trajetória nos cursos de graduação e mestrado em Ciências Sociais, sobre as formas de inserção econômica camponesa e as experiências coletivas vivenciadas pelos camponeses do assentamento São Jorge.

Não obstante, buscamos fazer, nesta seção, uma descrição que possibilite ao leitor compreender esse processo de construção, revelando ao mesmo tempo, as dificuldades, os obstáculos, as rupturas e os avanços vivenciados pelo autor durante a pesquisa que subsidiou este estudo. Acreditamos que fazer uma descrição parcial desse processo, privilegiando a pesquisa realizada durante o curso de mestrado, limita a compreensão do processo de construção deste trabalho.

Dessa maneira, buscarei descrever a trajetória desta pesquisa, privilegiando o trabalho de campo realizado no assentamento São Jorge, dando destaque para os processos de ruptura que nos levaram a elaboração de uma abordagem empírico-analítica relacional que considera os resultados alcançados como fruto de um dinâmico processo e envolvimento entre o pesquisador, a teoria e a observação empírica.

³⁸ Esta pesquisa vem sendo realizada desde meu curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) onde elaborei como proposta de trabalho de finalização de curso a monografia intitulada: “PRODUÇÃO FAMILIAR E INDÚSTRIA LEITEIRA: a inserção dos produtores de leite do Assentamento São Jorge no APL da pecuária de leite da microrregião de Imperatriz”. Desta maneira, apresentei como proposta de pesquisa para o mestrado um projeto que dava continuidade a temática da inserção da agricultura familiar no mercado de leite maranhense, de forma que os resultados apresentados nesta dissertação não estão “descolados” dos trabalhos realizados durante a construção de minha monografia.

É importante lembrar que foram feitas viagens exploratórias (e que antecederam as visitas ao assentamento São Jorge) aos municípios de Imperatriz, Açailândia e São Francisco do Brejão (como descrito do quadro abaixo), na oportunidade em que buscamos compreender de uma maneira mais genérica a organização da cadeia produtiva leiteira da microrregião de Imperatriz, que agentes estavam se relacionando em seu interior, e qual a participação da agricultura camponesa nesse setor.

A partir dessa primeira aproximação com o campo empírico da pesquisa, foi possível constatar a significativa participação dos agricultores camponeses na produção leiteira regional e observar o papel importante das exigências sanitárias e de qualidade na conformação de um ambiente de reestruturação econômica (impulsionadas principalmente pelas operações de fiscalização e apreensão dos estabelecimentos considerados irregulares).

Quadro 02: Viagens a campo realizadas no andamento da pesquisa.

Localidade	Período	Instituições e Pessoas Visitadas
Imperatriz	23 á 25 de janeiro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA) ➤ Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz ➤ Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ➤ Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Açailândia	26 á 27 de janeiro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Secretaria de Agricultura de Açailândia ➤ Sindicato dos Produtores Rurais de Açailândia ➤ Assentamento Novo Oriente.
São Francisco do Brejão	27 de janeiro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA)
Cidelândia	24 á 26 de novembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assentamento São Jorge ➤ Associação dos Moradores do P.A. São Jorge.
Cidelândia	21 á 25 de outubro de 2013	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assentamento São Jorge
Cidelândia	27 de novembro á 02 de dezembro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assentamento São Jorge ➤ Seminário de Preservação de APPs

a) Primeira visita ao assentamento São Jorge

A primeira viagem que fiz até o campo empírico que pretendia estudar ocorreu durante os dias 24 e 26 de novembro de 2012, junto com meu orientador, nesta oportunidade foi possível estabelecer os contatos iniciais necessários para a realização do trabalho de campo e começar a verificar como estava ocorrendo à inserção dos camponeses do assentamento São Jorge no arranjo produtivo da pecuária leiteira³⁹.

Nessa viagem mantivemos contato com representantes da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Jorge (ASPRAJORGE) e com alguns assentados, coletando informações para a pesquisa de campo. Esse contato foi facilitado pelo Prof. Marcelo Carneiro que havia realizado uma viagem anterior ao assentamento, na qual apresentou a proposta da pesquisa para as lideranças locais.

Assim que chegamos ao assentamento, o presidente da associação, Luiz Gonzaga nos levou até o tanque de resfriamento do laticínio Bethe, que fica próximo à *vila*⁴⁰, para que tivéssemos conhecimento do que seria a principal forma de venda do leite produzido pelos camponeses locais. Esse momento nos possibilitou observar o trabalho do *freteiro*⁴¹, que posteriormente se tornou um informante-chave dessa primeira etapa de nossa investigação.

Logo percebi que a permanência no tanque de resfriamento seria uma etapa importante, pois, permitia levantar informações relevantes, junto ao *freteiro* e sua esposa (que o auxiliava no trabalho), sobre a produção de leite do assentamento e, ao mesmo tempo, facilitava o conhecimento dos camponeses que durante toda a manhã foram chegando para entregar o leite produzido durante o dia.

Todavia, essa estratégia significou, ao mesmo tempo, uma limitação para compreensão das diversas maneiras de gerir a produção leiteira dos camponeses locais, pois permitiu o contato com aqueles produtores (e somente estes) que, no momento da observação, consideravam a comercialização com os laticínios a alternativa mais viável.

Durante essa visita também pude acompanhar o trabalho do *freteiro* visitando lotes de alguns assentados e coletando informações através de conversas informais e observação direta. Nesse momento preferi não fazer o registro das

³⁹ Também participaram da viagem o Professor Manoel Pinto dos Santos (UFMA-Imperatriz) e a liderança camponesa Manoel da Conceição.

⁴⁰ A *vila* é um conjunto de casas construídas próximas umas das outras e que tem como principal característica a função de *morada*, diferente, por exemplo, do *lote* ou *roça* que é uma denominação local para áreas de maiores dimensões territoriais e que funcionam como local de trabalho.

⁴¹ Camponês que cuida do tanque de resfriamento do Laticínio Bethe e faz o transporte diário dos produtores que, por diversas razões, não tem condições de entregar o leite.

entrevistas através do gravador de voz, pois significava o primeiro contato com os agentes da pesquisa, um processo de autoconhecimento entre pesquisador e pesquisados.

Acreditamos que o uso do gravador pode ser muito válido quando utilizado de maneira correta e no momento mais oportuno. Como pontua Thompson (1992):

O gravador pode até ajudar a entrevista. Enquanto ligado, é um pouco mais provável que as pessoas se mantenham dentro do assunto e que outros membros da família se mantenham afastados. E muito frequentemente, quando ele é desligado, alguns fatos adicionais extremamente significativos podem ser fornecidos, os quais poderiam ter sido refreados, se não houvesse nenhum gravador (THOMPSON, 1992, p. 264).

Esse primeiro contato com os produtores foi importante tanto do ponto de vista da construção das primeiras impressões a respeito do universo social estudado e das relações que ali se constituíam; como também representou um primeiro contato com o terreno da pesquisa e com os agentes que seriam estudados, de forma a preparar uma próxima visita, que me permitisse à obtenção de dados de maneira mais profunda.

b) Segunda visita ao assentamento São Jorge

Durante os dias 21 a 25 de outubro de 2013, nos deslocamos pela segunda vez até o assentamento São Jorge, com o objetivo de entender o processo de inserção dos camponeses da região no arranjo produtivo do leite. Nesta etapa da pesquisa fui auxiliado por Evaristo José de Lima Neto, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que passou a fazer parte da nossa equipe de pesquisa, com a proposta de estudar o processo de construção de uma convenção de qualidade para produção de leite na microrregião de Imperatriz.

As principais preocupações que norteavam nossa investigação nesse momento estavam relacionadas à inserção da agricultura camponesa no arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz e as principais repercussões que esta inserção promovia. Buscando estudar as relações que são travadas na produção de leite, procurei entender a posição social de cada agente envolvido. Um dos pontos centrais que chamou minha atenção nesse momento foi à relação estabelecida entre o produtor de leite e os laticínios especializados, relação regulada pelos órgãos de inspeção sanitária.

Como já tínhamos feito uma visita anterior onde pudemos manter contato com alguns agentes centrais para organização da produção de leite do assentamento,

nessa segunda oportunidade foi possível fazer uma coleta de informações mais aprofundada. Foi o momento de retornar aos lotes anteriormente visitados e realizar entrevistas, agora, pela primeira vez, com gravador de voz.

Ainda durante essa visita foram realizadas entrevistas com 11 produtores de leite do assentamento São Jorge, momento em que foi possível fazer um levantamento de informações importantes sobre os estabelecimentos dos produtores, sobre a organização do trabalho na pecuária leiteira, o destino do leite produzido, e a importância da produção de leite para a organização econômica das famílias assentadas.

Durante essa fase da pesquisa de campo os assentados vivam um momento de desconfiança acentuada, tendo em vista os recentes trabalhos de fiscalização e apreensão de estabelecimentos irregulares na região e nas proximidades o que, por sua vez, dificultou nosso contato com os produtores de queijo, considerados irregulares pelos órgãos fiscalizadores.

Produtor 06: Inclusive de vez em quando a federal vem, fecha, vira aquela bagunça. Aí quando a federal vem, fecha, assim, ela dar prejuízo pra todo mundo. Por que o empresário não pode pagar, por que fechou né. Às vezes derrama leite né? E aí você que é produtor, você perdeu, por que o cara diz que não pode pagar. (Entrevista realizada em 24 de outubro de 2013).

Além desse fator consideramos a escolha do *freteiro*⁴² como informante chave, uma limitação para compreensão, nesse momento, sobre a diversidade de formas de organizar a produção de leite na região.

Os resultados da pesquisa construídos até aqui foram apresentados na minha monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, intitulada: Produção Familiar e Indústria Leiteira: a inserção dos produtores de leite do Assentamento São Jorge no APL da pecuária de leite da microrregião de Imperatriz (CARNEIRO, 2014).

As principais conclusões apresentadas nesta monografia apontavam que a inserção da agricultura camponesa do assentamento São Jorge no arranjo produtivo do leite implicava numa dificuldade de reprodução de uma das suas principais características: a polivalência. Os resultados construídos e defendidos neste trabalho sofreram importantes críticas no âmbito das discussões inferidas no GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade).

⁴² A relação com o *freteiro* nos possibilitou ter contato com uma rede de relações restrita, ou seja, com os camponeses que, no momento da pesquisa, comercializavam o leite com os laticínios.

No ano de 2015 (um após a conclusão do curso de graduação) ingressei no curso de mestrado em Ciências Sociais e dei continuidade à pesquisa da análise da situação da agricultura camponesa no arranjo produtivo do setor leiteiro maranhense. Nesse momento busquei reorientar minhas hipóteses, por conta principalmente, das críticas ligadas ao que apontei em minha monografia como processo de especialização produtiva da agricultura camponesa (CARNEIRO, 2014). Por conta dessa reorientação da pesquisa, organizei mais uma viagem de campo, para procurar verificar as implicações da inserção dos agricultores camponeses do assentamento no arranjo produtivo leiteiro.

c) Terceira visita ao assentamento São Jorge

Outra visita foi feita à região nos dias 27, 28, 29, 30 de novembro e 01 e 02 de dezembro de 2015, momento em que a associação de produtores do assentamento fez um convite ao Prof. Marcelo Carneiro, meu orientador, para participar do Seminário Sobre Restauração de APPs (Área de Preservação Permanente). Esta foi uma oportunidade de realizar mais um trabalho de campo com os produtores de leite da região e, ao mesmo tempo, fazer uma “prestação de contas” junto à comunidade que estávamos estudando, apresentando, assim, os principais resultados de nossas pesquisas.

Aproveitando a participação do Prof. Marcelo Carneiro e da graduanda do curso de Geografia Lidielze Oliveira Dourado no evento organizado pelos assentados, me desloquei até o assentamento, com minhas hipóteses reformuladas, para tentar perceber, de maneira mais profunda, como os camponeses do assentamento São Jorge estavam se organizando frente à estruturação do arranjo produtivo leiteiro e as exigências de qualidade do setor lácteo. Nesta oportunidade foram realizadas entrevistas com os produtores de leite, além de conversas informais e observação direta.

As principais hipóteses nesta etapa da pesquisa se constituíam em duas ideias centrais: a) a inserção no mercado leiteiro aparece como elemento central da economia camponesa, sendo que outras culturas de cultivo agrícola entram em declínio, b) a inserção no mercado leiteiro aparece como elemento alternativo, sendo importante para composição econômica e da renda dos produtores, quando combinado com outras atividades de criação e agricultura⁴³.

⁴³ Utilizamos aqui a conceituação de Wilkinson (2008) de “caráter parcial de integração” que pode ser identificado quando o produtor integrado mantém uma “diversidade de outras atividades tanto de subsistência quanto mercantis que, embora sendo manipulado também pelas agroindústrias para aviltar os

No primeiro dia de nossa pesquisa de campo procurei participar do evento organizado pela associação dos produtores, esse momento foi importante por que me possibilitou conhecer outros produtores (não pertencentes à rede de relações do *freteiro*) e rever alguns camponeses que já havia entrevistado etc. Esse contato mais informal possibilitou uma aproximação com alguns produtores que, posteriormente, facilitaria as conversas e entrevistas para pesquisa.

Após a escolha dos informantes em potencial para pesquisa busquei, durante o trabalho de campo, antes de realizar uma entrevista mais aprofundada, estabelecer um contato inicial com os camponeses. Dessa maneira, como já sabia a localização dos lotes de alguns assentados (por conta dos trabalhos de campo realizados anteriormente), procurei fazer visitas durante a manhã (momento da ordenha) para então manter um contato informal com os produtores, além de, nesse momento, ir fazendo um trabalho de levantamento de informações iniciais, o que facilitaria a realização das entrevistas em outra oportunidade.

Algumas informações importantes para pesquisa são extraídas dos camponeses com maior facilidade quando o pesquisador não “institucionaliza” a entrevista. O sentar em uma cadeira, explicar os objetivos da pesquisa, pedir permissão para ligar o gravador, ou seja, delimitar o espaço onde começa e termina a entrevista, se configura, em muitos casos, como uma barreira entre o sociólogo e os agentes que ele está investigando. A conversa informal favorece uma “leveza” na interação que possibilita a coleta de informações importantes, que seriam, ao mesmo tempo, difíceis de serem extraídas numa entrevista “formalizada”.

Esse contato inicial facilitou o trabalho de coleta das principais informações de nossa investigação, pois possibilitou o que Bourdieu (1997) chama de aproximação social e familiaridade entre o pesquisador e seus informantes em potencial, que é uma das condições principais para estabelecer uma comunicação não violenta e reduzir a violência simbólica que se pode exercer através da pesquisa e das entrevistas.

Assim, busquei manter contato com alguns produtores da rede de relações do *freteiro* que havia entrevistado anteriormente, mas tentei ao mesmo tempo, ampliar o contato com outros grupos de produtores que, naquele momento, não optavam por comercializar a produção de leite com os laticínios presentes no assentamento. Isso nos

níveis de renumeração, aumentou a autonomia do produtor e permitia que ele mantivesse inserção em outros mercados”. (op. cit., p. 78)

levou a expandir nossa “lupa sociológica”, ampliando o olhar para as diversas estratégias de organizar a produção de leite dos camponeses locais.

Durante toda prática da pesquisa busquei manter contato com os diversos agentes envolvidos na produção de leite (sejam os que fornecem leite aos laticínios, os que fabricam queijo, os que alternam as estratégias quando a venda para os laticínios não é compensatória) para assim tentar compreender como os camponeses do assentamento São Jorge estão se inserindo no arranjo produtivo local da pecuária leiteira.